

MARIA ISABEL MOUTINHO DUARTE ILDEFONSO

**AS MULHERES NA IMPRENSA
PERIÓDICA DO SÉC. XIX**

O JORNAL A VOZ FEMININA (1868-1869)

MESTRADO EM ESTUDOS SOBRE AS MULHERES

**ORIENTADORA: PROFESSORA DOUTORA MARIA BEATRIZ
NIZZA DA SILVA**

UNIVERSIDADE ABERTA

LISBOA, 1998

ÍNDICE

Introdução	3
O jornal <u>A Voz Feminina</u>	8
A educação feminina para o casamento	32
O papel da esposa	45
As profissões possíveis	60
O lazer de uma elite	74
Beleza e Moda	93
Espírito associativo	110
Leitoras e escritoras.....	124
Mulheres e Política	140
Conclusão	149
Bibliografia	152

INTRODUÇÃO

A investigação acerca de um jornal feminista, cujas colaboradoras são contemporâneas da geração masculina dos anos setenta, afigurou-se-nos de interesse no âmbito dos estudos sobre as mulheres.

A exploração minuciosa desta publicação permitiu-nos colher informações sobre uma multiplicidade de temas e obter uma visão da Europa e do mundo filtrada por uma óptica feminista, na medida em que interessava evidenciar todos os acontecimentos que contribuíssem para demonstrar a existência de mutações que incluíam as mulheres.

Havia ainda uma intenção pedagógica, que pretendia apontar os erros e conduzir a modificações de mentalidades e comportamentos por parte das leitoras. Ficamos assim a conhecer mais profundamente a esfera em que se movimentavam as mulheres e a complexa problemática envolvente. Numa época em que predominava o aforismo “la femme c'est la maison”, importava indicar muito claramente como desempenhar esse papel, que exigia conhecimentos.

Contribuir por meio de aquisições culturais para o desaparecimento da ignorância das mulheres, aproximá-las das actividades intelectuais e abrir-lhes novas perspectivas, tais eram alguns dos objectivos de A Voz Feminina.

Iniciamos o nosso trabalho com a narrativa da vida do jornal e dos êxitos e dificuldades por que passou, procurando investigar as suas causas. Seguidamente recolhemos dos textos informações sobre a carreira privada feminina: a educação, a preparação para o casamento e finalmente a consumação dos deveres de esposas e mães. Um olhar sobre o que a sociedade podia oferecer como actividades laborais, mesmo partindo da premissa de que eram condenadas, não deixou de nos parecer interessante neste ponto de viragem de uma época, que se intitulava como século do progresso.

Grandes catalisadores do interesse e expectativas femininas eram o lazer, a beleza e a moda tão inseparáveis das preocupações das

mulheres como as tarefas domésticas. Essas actividades permitiam-lhes uma desejada projecção para o exterior, um escape e derivativo das pesadas responsabilidades de interior. Mas, mesmo no exterior, existiam os deveres da filantropia e mediação social tão característicos deste século, assim como o movimento associativo.

As actividades literárias, necessidade intelectual para as colaboradoras, prova de talento e distinção para as leitoras, que desejavam publicitar os seus trabalhos, ocuparam sempre lugar de destaque. A recensão literária revela-nos quais as publicações recebidas pelo jornal, principalmente as que implicavam uma visão sobre as mulheres na Literatura portuguesa.

O nosso trabalho termina com o tema política e direito, que tanta polémica causou, dentro e fora do jornal, na altura em que no estrangeiro se concretizavam as primeiras conquistas na aquisição dos direitos civis e políticos.

Consideramos A Voz Feminina como a mais significativa publicação orientada por mulheres auxiliadas por homens feministas. Apesar da inevitável datação de algumas abordagens, o jornal é extraordinariamente moderno e progressista e grande parte da problemática continua actual: defesa da democracia, da natureza, combate ao racismo, à exclusão social e sexual.

Acordar de cento e trinta anos de esquecimento as vozes empenhadas destas mulheres, seguir o seu pensamento, sentir os seus entusiasmos e decepções, solidarizar-se com as suas lutas foi para nós um privilégio e um prazer.

Das tarefas domésticas às lides jornalísticas

“... tendo dado andamento aos meus negócios domésticos; estando as camas feitas, os quartos limpos, o jantar arranjado, a minha casa como um paraíso de frescura, asseio, flores e sossego, os meus gatinhos providos com um festim de Baltasar, sento-me à mesa; pego na pena; aproximo o papel que vou imolar e... Mau! Aí vem Mercúrio com duas provas de granel para serem revisadas... Tomo tinta, e olho para o tecto, imprecando inspiração de uns florões de gesso que ali se acham pespegados. Oiço passos...”

Editorial de Francisca Wood, in A Voz feminina, nº 76, 1869.

O JORNAL A VOZ FEMININA

“ Atira-lhe bastante lama; uma
porção se lhe ha de pegar.”

Rossini, W.T.Wood, nº 47, 1868.

Com a data de 5 de Janeiro de 1868, surgiu o número 1 do primeiro jornal feminista português, de vida agitada e polémica, mas firme nos seus propósitos e ideologias que manteve ao longo da sua breve existência. Exibia o título de A Voz Feminina, seguido dos subtítulos: jornal semanal, científico, literário e noticioso, exclusivamente colaborado por senhoras. O primeiro número advertia que toda a correspondência devia ser enviada “franca de porte” para o Largo do Rato, 14, 1º e na última página podia-se identificar a tipografia, localizada na Rua de S. Bento, 127-129.

Uma redacção não identificada desculpava-se no “Expediente” de não ter o primeiro número saído a 5 de Janeiro de 1868, como indicava o cabeçalho, mas em data posterior. Também se fazia um apelo à colaboração literária das senhoras.

Neste histórico primeiro número, a estrutura do jornal, que se manteve sem grandes alterações até ao último número, era a seguinte: um editorial, neste caso assinado por Francisca Wood e que defendia a valorização das mulheres confrontadas com uma geração de homens cultos, seguia-se um folhetim, um artigo de actualização sobre educação física e moral, extremamente preocupado com a ignorância geral das mães de família sobre conhecimentos higiénicos, uma secção de modas precedida de conselhos às senhoras modistas, publicação de poesias, secção noticiosa, correspondência, secção literária e a previsão de uma secção de anúncios. É curioso verificar que toda a colaboração se encontrava assinada, embora ainda se procurasse esconder a identidade com o recurso às iniciais.

No número seguinte, uma carta assinada com a simples inicial W., atribuída a “uma senhora da mais reconhecida ilustração e talvez a mais ardente sectária de A Voz Feminina”, indicava a orientação que deveria ser seguida pelo jornal. Aconselhava a publicação, sem comentário, de um resumo dos factos políticos da semana. Não exercendo as mulheres a

política, tinham parentes a ela ligados e era natural que tivessem interesse pelos acontecimentos políticos. Os artigos científicos eram também úteis “às necessidades domésticas de uma senhora e sua ilustração”, além de artigos sobre geografia, história, física e outras ciências. Imprescindível ainda uma recensão literária das obras publicadas por autores portugueses e estrangeiros, mas “que sejam revistas concisas e imparciais”.

Ainda neste número, a “Correspondência” assinalava o bom acolhimento do jornal na cidade do Porto, em intervenções de D. Emília A.S. Assis e D. Maria Adelaide Fernandes Prata. Esta última congratulava-se por pertencer a um país progressista, onde se publicava um jornal colaborado só por senhoras, prova de indiscutível adiantamento e civilização.

Os editoriais dos três primeiros números, como na generalidade ao longo de toda a publicação, defendiam os direitos das mulheres à educação, à cultura e à emancipação.

A “Correspondência” do terceiro número era dirigida à redacção e assinada pela inicial W. Pensamos que é visível, embora ainda subrepticamente, a presença do casal Wood, grande animador de todo o projecto. Assim, talvez que nesta “Correspondência se tratasse de William Wood, o marido, dirigindo-se à redactora sua mulher. Expunha aspectos da evolução da legislação inglesa de que era bom conhecedor como sua pátria de origem, aspectos esses que se mostravam favoráveis ao sexo feminino. Também neste número, na secção de “Expediente”, um aviso às pessoas estranhas advertiu que não se publicariam artigos contrários à ideologia do jornal.

O cabeçalho do quarto número apresenta três importantes novidades: o desaparecimento da afirmação “exclusivamente colaborado por senhoras”; Francisca Wood assumia-se como redactora principal e o endereço para o envio da correspondência mudou para o número 94 da

Rua da Fonte Santa onde se situava também a tipografia. O envio do preço das assinaturas da província deveria ser feito para o Largo do Rato, 14 - 1º, onde se encontrava a administração. À razão da primeira mudança não seria alheio o facto de, na realidade, o jornal não ser exclusivamente colaborado por senhoras, pois os homens deram uma significativa contribuição, escondendo-se em iniciais e pseudónimos femininos. Francisca Wood confessou que até ao 5º número, enquanto o jornal foi propriedade de Gameiro e Macedo e o redactor era Pinto Almeida, a colaboração masculina era assinada pelos pseudónimos de Carlota A.P. e Leonora A.P.G. e a colaboração feminina estava a cargo de Ana e Henriqueta de Figueiredo, Maria Gameiro, Emília A.S. Assis, Maria F. Prata, Rosa Sampaio, Emília da Maia, Guiomar Torrezão, Francisca Wood e uma assinante da capital. Outra razão que explicou a mudança de redacção foi de ordem económica: os primeiros números eram extremamente bem impressos em muito bom papel e a receita não dava para os gastos, pelo que se optou por uma apresentação mais modesta. Assim, Francisca Wood era identificada como responsável pela redacção e alma de um movimento que encontrava algum eco em cidades como Porto, Coimbra, Viana, Évora e Setúbal. Tratava-se portanto de uma minoria de mulheres e homens cultos, conhecedores das realidades nacionais e estrangeiras e que procuravam abrir novos horizontes à mentalidade limitada da sociedade portuguesa dessa época.

O expediente deste quarto número assinalava a irregularidade das datas de publicação e continuava a insistir com as senhoras para que enviassem colaboração literária.

É natural que a pequena elite feminista, que tomou a iniciativa de agitar a acalmia nacional, se socorresse do auxílio masculino, já mais experiente, para se abalançar ao cometimento de semelhante empresa. Com excepção de Francisca Wood que assinava o primeiro editorial, verificamos que os dois editoriais seguintes são de Carlota A. P., isto é,

um colaborador masculino. A redacção do incipiente A Voz Feminina deveria ter dificuldade nos primeiros números em conseguir senhoras capazes de produzir editoriais. Assim se explica o auxílio dos homens, de quem as senhoras sempre receberam apoio e simpatia, como mais tarde confessaria Francisca Wood. O grupo contaria ainda certamente com a colaboração das leitoras, a quem nos primeiros números eram feitos inúmeros apelos. Esperava-se que a iniciativa da publicação de um jornal defensor dos direitos das mulheres recebesse um bom acolhimento e viesse mais tarde a dar os seus frutos. No entanto, foi um erro o subtítulo “exclusivamente colaborado por senhoras”. Bastaria a ousada proposta do jornal para provocar escândalo, mas o aspecto travestido da colaboração só deu aso a calúnias e maledicências, expondo ao ridículo e insinuações desagradáveis os homens e mulheres promotores da iniciativa. Mas o mais grave eram as consequências para o movimento feminista que neste primeiro embate se expusera desnecessariamente, revelando uma fraqueza que até nem era a sua. Tratou-se apenas de insegurança de principiantes que os inimigos fizeram pagar caro. Francisca Wood foi a primeira a reconhecer que “os embiocados eram unicamente dois cavalheiros e nisto foi o erro: não há nenhuma razão para que os homens não escrevam num papel de senhoras”.

O sexto número do jornal procurava esclarecer as leitoras acerca da situação económica, administrativa e literária. Fazia ainda um primeiro balanço das facilidades e dificuldades até aí experimentadas. Com um mês de existência o jornal já tinha uma tiragem de 2000 exemplares, tipografia própria (Tipografia da Voz Feminina, Rua da Fonte Santa, 94) um gerente D. Luís d’Almeida Mello e Castro (de quem são publicadas algumas poesias), assinantes na capital e na província e trocava exemplares com colegas de outros periódicos. Apareceram também as primeiras dificuldades: erros tipográficos que forçaram à inutilização do quarto e quinto números, a inexistência de uma redactora principal que se

traduzia em falta de homogeneidade na matéria publicada e escassez de colaboração com conseqüente atraso na publicação do semanário. Para obstar a tudo isto, D. Francisca Wood ofereceu-se para o cargo de redactora principal, coordenando a matéria publicável não só no conteúdo como na forma, substituindo os homens na revisão do jornal e eliminando-se assim as dificuldades ortográficas bem como a irregularidade da publicação.

Francisca Wood recebeu garantias de colaboração regular por parte de Guiomar Torrezão e de Maria Adelaide Fernandes Prata e toda a colaboração literária devia ser dirigida para a sua casa na Rua de S. Domingos à Lapa. Aí recebia as senhoras que pessoalmente quisessem com ela tratar de qualquer assunto literário. Igualmente era acarinhada e incitada toda aquela que se iniciasse no jornalismo: é o caso da "assinante da capital", convidada a identificar-se e a continuar uma prometedora colaboração.

Os artigos não assinados eram considerados da redacção e escritos exclusivamente por senhoras, podendo os incrédulos examinar os originais. Por aqui se depreende o impacto que o jornal tivera na sociedade lisboeta, que se recusava a acreditar na autoria feminina da colaboração. Restava justificar a mudança de atitude quanto aos textos masculinos. Francisca Wood entendeu que a exclusão de escritos de autoria masculina, "longe de lhe dar o lugar que competentemente deve ocupar na literatura contemporânea, o colocava abaixo da perfeição de princípios que pretende atingir". Mas o público não ficou inteiramente satisfeito: exigia a exclusão da colaboração masculina. Francisca Wood não cedeu, pois pensava que lutar contra a intolerância e os privilégios e pô-los em prática no jornal era ilógico. Mais tarde, teve o prazer de verificar que outros jornais de mulheres seguiram esta orientação: Journal des Femmes, de Genève, Revista, publicação trimestral inglesa, Revolução, Sorrisos, Advogado das Mulheres, Advogado das Mulheres

em Nova-York, Mãe e família e Lar Doméstico (este dirigido pela célebre autora de A cabana do pai Tomás, Harriet Beecher Stowe), todos jornais da América do Norte. Nestas publicações pedia-se a colaboração dos homens e verificou-se que eram justamente os de mais valor que mais defendiam a causa feminista.

Afirmando-se à medida que se sucedem as edições semanais, a redactora surge no cabeçalho do número 14 com o seu nome completo: D. Francisca d'Assis Martins Wood, evidenciando o primado da direcção feminina e minorando os estragos causados pela falsidade do subtítulo inicial. Esta senhora, que revela um domínio inteligente da palavra escrita, além de sólida cultura e grande segurança, tinha a seu favor circunstâncias que não estavam ao alcance de muitas leitoras: vivências europeias, o apoio e colaboração de seu marido e de um grupo unido nos mesmos ideais. De facto, era difícil encontrar senhoras aptas a escreverem para um jornal e ainda a afrontarem a família e a sociedade, daí o recurso à colaboração não assinada, a qual era declarada de autoria feminina pela redacção. Mesmo assim, como se depreende pela leitura do semanário, havia, além de surpresa e escândalo iniciais e posterior silêncio e oposição, um movimento de simpatia por parte das mulheres mais evoluídas. Existiam as incondicionais, as reticentes e as opositoras. As primeiras demonstravam fortes convicções, grande segurança e frontalidade recusando esconder-se no anonimato, no recurso a iniciais e assumindo a responsabilidade de tudo o que escrevem. Era o caso de Francisca Wood, Guiomar Torrezão, Mariana Angélica de Andrade, de Adelaide Fernandes Prata. Já a adesão da poetisa Amélia Janny, de Coimbra, invocando diversas justificações para a sua apatia e desmotivação, mostrava um certo tom reticente.¹ Esta atitude era compartilhada por muitas senhoras, que temiam ser confundidas com

¹ Correspondência, Amélia Janny, nº 15, 1868.

apoiantes de determinado radicalismo feminista de cariz estrangeiro, apesar de ser certo que as reivindicações culturais nunca poriam em causa os papéis tradicionais. Quanto às opositoras, infelizmente em maioria, a redactora queixava-se da “falta de entusiasmo e zelo das senhoras portuguesas, que em geral se negam a ajudar a empresa mesmo com o miserável óbulo que a folha custa”.

Mas entre as declaradamente opositoras, manifestou-se Maria Amália Vaz de Carvalho que recusou colaboração com o argumento de que “o jornal enfim, deve ser masculino, exclusivamente masculino, porque só homens têm o espírito positivo que esse género demanda”. Sabendo-se das insinuações malévolas suscitadas na sociedade lisboeta a propósito da colaboração exclusiva feminina, o argumento da célebre escritora afigura-se-nos de mau gosto. Mas Francisca Wood contra atacou enérgica e frontalmente: “Se assim é, já não falta tudo, tendo uns dito que a redactora desta folha é homem com bigodes retorcidos, outros que se quer fazer homem”.² A recusa de apoio e colaboração era uma realidade como se conclui destas afirmações: “Faltam aí ainda alguns nomes já festejados e queridos: D. Amália de Carvalho, Júlia Gusmão, Cadet, Canuto, Fernandes Pratas, Ifigénia de Carvalhal e mais algumas bem conhecidas e festejadas. A essas competem-lhes tomar aí o seu lugar. Nem lhes está bem a sua falta de cooperação na A Voz Feminina”.³

De facto, não se completavam ainda quatro meses sobre a publicação do 1º número do jornal e já a redacção constatava que mulheres abastadas e primorosamente educadas não colaboravam nem compravam A Voz Feminina. Publicou-se então o seguinte comentário: “As senhoras portuguesas, no todo, não tomam aquele interesse que antecipávamos, em que a sua condição intelectual seja considerada com

² Correspondência, nº 25, 1868.

³ Carta dirigida à nossa colaboradora, a Exm^a Sr^a D. Guiomar Torrezão, por Costa Goodolfin, nº 21, 1868.

respeito pelas nações cultas da Europa, entre as quais há hoje um movimento decidido em favor da emancipação das mulheres. Um jornal redactado por senhoras é uma novidade na Europa, de cuja iniciativa deveríamos nós, as portuguesas, ufanar-nos. Mas, segundo todas as aparências, não nos ufanamos.”⁴

Face à recusa de colaboração feminina, a redacção pediu o auxílio dos homens por meio do envio de artigos científicos e históricos, que auxiliassem a instrução das leitoras, dispensando os artigos de carácter recreativo, que já existiam em abundância.

Entretanto, a partir do número 18 a correspondência passou a ser dirigida para a Rua de S. Domingos à Lapa e no número 21 anunciou-se a mudança da administração, abandonada por D. Luís d’Almeida Mello e Castro e assumida por William Wood, como foi mais tarde participado no número 40, passando o casal a controlar o jornal. As mudanças sucederam-se: a partir do número 22 a impressão abandonou a Tipografia da Voz Feminina na Rua da Fonte Santa e ficou a cargo da Tipografia Lisbonense no Largo de S. Roque. Verificou-se depois certa irregularidade quanto ao local de impressão a partir do número 32: este número e o seguinte saíram da Tipografia de Vicente A.G. dos Santos, na Rua da Vinha, 53, mas já o número 34 saiu da Impressora de J. Coutinho, na Rua dos Canos, 50. O jornal número 35 e seguintes regressaram à Tipografia de Vicente A.G. dos Santos, mas os números 42 e 43 foram impressos na Tipografia da Voz Feminina na Rua de S. Domingos à Lapa, 29, onde se manteve regularmente até ao número 64, mudando-se o nome para Tipografia Luso-Britânica, que assegurou a impressão até ao último número, o 76. The Printer’s Register de Londres, que relatava tudo o que era necessário saber sobre a arte tipográfica mundial, consagrava um longo artigo a este jornal, onde se afirmava que era publicação muito

⁴ Editorial, nº 13, 1868.

diferente das que geralmente se conheciam como jornais de senhoras. Era um semanário do tipo continental, contendo artigos com referência aos interesses do sexo e o indispensável folhetim. The Printer's Register dá também uma resenha das vicissitudes tipográficas de A Voz Feminina, o que provocou na redactora uma impressão estranha ao ver o seu jornal seguido de tipografia em tipografia com tanta escrupulosidade por observadores a oitocentas milhas de distância.

Também começaram a falhar os primeiros pagamentos: preveniram-se as assinantes da província e ilhas que o envio do jornal seria suspenso àquelas que ainda não tivessem satisfeito o pagamento e ameaçaram-se depois as assinantes em dívida com a publicação do seu nome, visto não terem tido a delicadeza de avisar que já não pretendiam receber o jornal.

As dificuldades com as assinantes são objecto de dois artigos de fundo da redactora em que transparecia alguma amargura: “em primeiro lugar, as colaboradoras e os colaboradores da Voz Feminina trabalham pelo amor da causa, isto é, grátis. Em segundo lugar, o jornal não dá para cobrir os seus gastos. Cobriria mais de metade se todos os assinantes pagassem, mas infelizmente, devido ao tom baixo da nossa moral, nem todos pagam e mesmo há localidades nos arredores de Lisboa, onde um só paga e todos lêem”. Além disto, alguns assinantes não encontravam outra maneira de indicar a sua reprovação, senão recebendo os primeiros números do trimestre e devolvendo-os depois sujos de estearina e completamente inutilizados. Existia pois um déficit semanal coberto pela redacção, a qual não tolerava dívidas.

Francisca Wood fez um balanço de oito meses de publicação semanal e aguardava o fim do ano para tomar uma resolução. Tinha ainda esperança que o jornal cobrisse a despesa e afirmava: “Ganhos para nós não os queremos, nem os carecemos no que é puramente material, sem contar o grande trabalho mental e o desgosto inerente a

uma afronta vergonhosa; mas seria uma insensatez absurda, quixotesca, continuar um trabalho que não achasse apoio ou simpatia na maioria das nossas conterrâneas, a quem é dedicado". Mas a redactora fez, apesar de tudo, um balanço positivo: a sua recompensa "consiste em se ter já dito no nosso país que as mulheres, e no estrangeiro que as portuguesas de agora são alguém, tendo-as de há muito tido por ninguém".⁵ Também as acusações de que os textos do jornal eram "irreligiosos e indecentes" faziam prova da sua força e evidenciavam o receio que provocavam. Além disso, o jornal nunca se afastou da linha seguida e julgou conveniente esclarecer a sua posição, por meio da introdução de novo subtítulo, no número 51: "A mulher livre ao lado do homem livre".

Mas não cessavam os ataques, a curiosidade maldosa, as atitudes ridículas, que revelavam as lamentáveis limitações da sociedade lisboeta, que tanto exasperavam Eça de Queiroz, fazendo-o pedir a Deus que desencadeasse... outro terramoto! A situação era tão insustentável que levou Francisca Wood a publicar uma "Declaração", pois se continuava a insistir que o jornal não era escrito por senhoras "senão por homens, uns mascarados e outros desmascarados", chegando-se ao ponto de se apresentar, em casa da redactora, uma dama curiosa em verificar se era feminina a sua identidade. Francisca Wood atribui esta reacção ao facto de ela própria ter publicado inúmeros textos sem assinatura. Não era da identidade das colaboradoras que se suspeitava, mas sim a da redactora.

Francisca Wood esclareceu que foi sem o seu consentimento que apareceu com o seu nome o editorial do primeiro número. Lamentava o facto que a expôs a lamentável publicidade e lhe retirou a paz e privacidade que gozara até então. Pessoalmente, pensava que era um erro assinar os artigos de um jornal, pois assim poucas pessoas havia que "tenham o valor moral de falar sempre conscienciosamente". Perdia-

⁵ Editorial, Francisca Wood, nº 33, 1868.

-se muito em objectividade: “Quando os artigos se não assinam, o controversista ou antagonista ataca uma sombra, quando se assinam ataca um homem ou uma mulher”. Não era, porém, qualquer destes motivos que a levava a não assinar, mas sim a sua natural aversão à publicidade.

Como não se acreditava na afirmação de que os artigos não assinados eram escritos por senhoras, não seria publicado nenhum texto, por mais insignificante, sem ser assinado. Francisca Wood, indignada, perguntava a quem duvidava da sua identidade: “Porque não poderão as senhoras escrever tão bem ou tão mal como os homens? Estamos a meados do séc. XIX e ainda lhes parece isso impossível!”⁶ Como se verifica, as consequências do primeiro erro foram irreparáveis e serviriam de cavalo de batalha para desacreditar o trabalho e as convicções destas mulheres. Tanto mais lamentável, quanto elas revelavam notáveis capacidades para as defender. A insistência em explorar a ingenuidade, não era senão um pretexto para denegrir o que verdadeiramente estava em causa e era inaceitável naquele tempo e naquela sociedade: a emancipação das mulheres.

Entretanto, verificou-se uma mudança de tom relativamente aos assinantes: pedia-se-lhe delicadamente o pagamento das assinaturas e o aviso atempado das respectivas desistências. Acederam as leitoras, embora continuassem ainda por receber, a 11 de Outubro de 1868, as abonações de Belém, Algarve, Torres Vedras, Torres Novas, Leiria, Faro, Beja, Guarda, Covilhã, Coimbra, Seixal e Setúbal.

Por vezes a oposição ao jornal deixava de ser passiva e ultrapassava as regras da boa educação, como se depreende da leitura de uma informação ao público: “todas as cartas dirigidas a esta redacção serão directamente entregues ao administrador desta empresa, quem

⁶ Declaração, Francisca Wood, nº 35, 1868.

escolherá de entre elas as que são próprias para serem lidas por senhoras dando às outras, se algumas tais houverem, o destino que merecem”.⁷

Analisaremos seguidamente alguns factores susceptíveis de estarem na origem do desencontro entre o semanário e seus destinatários. Começaremos pelo público leitor. Dez anos depois da publicação deste jornal, “a escolarização da mulher era inferior, pois, em 1878, 89.3% eram analfabetas, enquanto a percentagem dos homens era de 75%”. Temos pois uma elite culturalmente privilegiada, a redacção do jornal, que tinha por objectivo comunicar com uma minoria alfabetizada. A maioria das mulheres portuguesas eram esquecidas (o que não estava de acordo com a tendência progressista desta publicação), mas o mais provável é que talvez fosse óbvio que só reformas de fundo poderiam modificar a situação, sendo “ainda significativo o crescimento de escolas primárias para o sexo feminino, que passaram de uma quasi inexistência para 153 em 1862 e 1345 (nove vezes mais) em 1900”.⁸

As abonações do jornal provinham de zonas urbanas ou urbanizadas e as leitoras pertenciam a famílias de classes médias e altas: “Em 1867, a burguesia teria duplicado no País, já com um predomínio maior de homens de negócio e ligados à indústria, do que de funcionários públicos. E, em 1890, a classe média pode ser estimada em 12 a 14% da população do País, embora em cidades como Lisboa e Porto essa relação chegasse aos 30%”.

A política desenvolvimentista, centrada nas vias de comunicação, tornara possível, desde 1863, contactos fáceis e frequentes com a cultura europeia através das ligações ferroviárias. Estas asseguravam também, desde 1864, pela linha do norte, os contactos culturais entre Lisboa, Porto

⁷ Expediente, redactora, nº 43, 1868.

⁸ Catroga, Fernando e Carvalho, Paulo A.M. Anchor de, Sociedade e Cultura Portuguesas II, Lisboa, Ed. Universidade Aberta, 1996, p. 137.

e Coimbra. Pela leitura da colaboração, correspondência e secção noticiosa, verificamos a grande ligação aos movimentos culturais europeus e americanos, uma actualização permanente sobre os acontecimentos mundiais, subentendendo o domínio de línguas estrangeiras, que é aliás patente no jornal.

A colaboração das senhoras do norte revelava-se mais desinibida e isenta de ambiguidades, enquanto nas lisboetas se observava uma maior contenção devido à diferença de ambiente social, cultural e económico: “a burguesia do Porto, de influência inglesa, dedicava-se, sobretudo, aos negócios do vinho, ao comércio com o Brasil, e, a partir da década de 70, às operações bancárias; distinguia-se da de Lisboa, que tinha um comércio internacional mais diversificado e revelava um peso mais forte da alta burguesia e da nobreza recente, que medravam à volta da Corte e do poder monárquico-constitucional: deputados, magistrados, conselheiros, diplomatas, burocratas, etc”.⁹

As senhoras da cidade do Porto, devido à ligação tradicional à Inglaterra, não poderiam deixar de sofrer uma influência cultural, desde a sua maneira de estar no mundo até ao conhecimento da novelística inglesa de Jane Austen a Brontë. Não esqueçamos que é no ano de 1868, em que se inicia a publicação do jornal, que Júlio Diniz publica Uma Família Inglesa, e as obras deste autor não passam despercebidas na secção de crítica literária de A Voz Feminina. No primeiro jornal feminista era evidente a influência inglesa exercida pelo casal Wood, predominando entre a sociedade lisboeta a influência parisiense.

A presença da mulher leitora e da sua origem social foi assinalada ao longo da publicação: no artigo do primeiro número “A todas as senhoras sem excepção de nação”, verificava-se que este apelo se destinava a senhoras que sabiam ler e escrever e pertencentes a

⁹ Catroga, Fernando, Sociedade e Cultura Portuguesas II, Lisboa, Ed. Universidade Aberta, 1996, p.127,128,137.

determinada classe alta ou média, pois era seu desejo serem “respeitadas e obedecidas” pelos seus servos.

Uma comunicação muito interessante, não assinada, consistia nas confissões de uma leitora que afirmava “Eu era ignorante e mal educada”, sua mãe tolerava-lhe todos os caprichos: “Levantava-me por exemplo ao meio dia, levava na toilette duas horas, em seguida ia para a sala, passava as mãos pelo piano, soletrava num livro, porque pouco mais do que isto sabia, jantava e à noite ia para o teatro”. Era adulada e aclamada nas recepções, embora não o merecesse, “pois tinha ouvido dizer às minhas criadas que uma senhora sendo rica tudo sabia...”. Sua mãe, embora tardiamente, tentava corrigi-la, mas a jovem, ou fingia um ataque de nervos ou respondia de modo insolente “Sabe que mais, mamã, eu sou muito rica e mamã dizia-me, quando eu tinha oito e nove anos, que eu não precisava de saber! E demais se não aprendi em criança, hoje que sou mulher não estou para me cansar!”.

Um admirador sofria em silêncio, envergonhado, os sorrisos da assistência que ouvia a jovem exhibir estouvadamente a sua ignorância. Querendo imitá-lo, um dia em que ele empregou o termo “claudicar”, foi tão infeliz na sua utilização, que foi alvo de uma gargalhada geral. As confissões terminavam com a constatação: “Ainda há muitas meninas, de famílias notáveis e em circunstâncias análogas aquelas em que infelizmente estive...”¹⁰

Mas o público leitor encontra-se caracterizado por uma assinante de Paderne, que escreveu à redactora protestando contra o uso da língua francesa num jornal português e chamando a atenção para o facto de na província não se conhecer essa língua. Descrevia assim as leitoras do semanário: “porque há senhoras que lêem pelo gosto de se instruírem, outras (como elas dizem) para matar o tempo, outras que nada lêem, e

¹⁰ Correspondência, nº 4, 1868.

gostam de assinar qualquer jornal só para que se diga que são assinantes, e outras, finalmente, para saberem as modas, e terem de que falar.”¹¹

A redactora reconheceu o seu erro: “ o ter julgado as províncias pela capital”, erro sempre fatal para uma publicação, que é não saber ao certo a quem se dirige. O jornal, embora fiel à sua linha programática, não podia correr o risco de só comunicar consigo mesmo. A caracterização do público da província mostrava que em quatro perfis de leitora, apenas um correspondia ao que dele se esperava: as que liam pelo gosto de se instruírem.

O afastamento entre jornal e público verifica-se ainda pelo rarea da correspondência. No início, estamos perante leitoras e assinantes entusiasmadas, que faziam confissões, davam sugestões, aderiam ao movimento de enriquecimento cultural proposto. Gradualmente a correspondência vai desaparecendo ou verificava-se apenas entre membros da redacção e perdeu-se o contacto entre comunicadoras e leitoras. É sintomática a carta da redactora a uma leitora, agradecendo-lhe a sua adesão, que lhe fez esquecer “a oposição imerecida com que algumas senhoras nos brindam.”. A sensação de isolamento é patente neste desabafo: “Cartas como a sua, minha senhora, são para mim, como gota de água refrigerante para o transeunte no deserto árido!”¹²

As relações com os outros jornais eram cordiais e apareceram referências a O País de Coimbra, A Voz do Povo do Funchal, Eco do Algarve, Jornal das Damas, O Tipógrafo do Rio de Janeiro, O Egíptiense, Ateneu de Londres, Aurora do Cávado, Gazeta da Beira, Correio dos dois Mundos e Galignan's Messenger, folha inglesa com enorme circulação em Paris e que fez referência à Voz Feminina. A única

¹¹ Correspondência, F.R.G.P. n.º 41, 1868.

¹² Correspondência, Francisca Wood, n.º 40, 1868.

razão de queixa da redactora contra colegas jornalistas resumia-se à atitude insultuosa do redactor de O Bem Público.¹³

É ainda curiosa a forma como J. César Machado, de A Revolução de Setembro, assinalava o aparecimento de A Voz Feminina: “Este é o título que escolheram para o seu jornal algumas senhoras, que talvez por já não poderem ler os nossos periódicos se resolveram a fazer um.”¹⁴

Maria Ivone Leal aponta também como causas deste desencontro razões políticas e religiosas, que ainda mais contribuíram para afastar este “grupo de estrangeiros e estrangeirados” de um público “que continuava a pensar segundo esquemas mentais anteriores a 1820”.¹⁵

A questão ibérica, que atingiu o auge no ano de 1868 com a revolução republicana espanhola, pôs em pânico os conservadores nacionais: publicaram-se livros e poesias patrióticas, temia-se pela independência nacional e pelos maus ventos que sempre sopram de Espanha. O primeiro sinal desta questão surge com a transcrição da poesia “Um brado patriótico”, publicada pelo Egitaniense e comentada por Francisca Wood. A redactora, no seu jeito sereno e equilibrado, fazia um comentário pacifista e feminino: repudiava a ideia de que devemos odiar a Espanha e afirmava “ao nosso coração de mulher é infinitamente mais agradável a ideia de amor a Espanha como irmã”.¹⁶ Concordava em que os portugueses se deveriam manter vigilantes e que o que mais interessava era a defesa da liberdade.

Mas esta intervenção não satisfez os ardores patrióticos que então se viviam: o jornal é censurado por não comungar na agitação geral, utilizando então a ironia defensiva para justificar não terem tomado

¹³ Editorial, Francisca Wood, nº 74, 1869.

¹⁴ Notícia de A Voz Feminina pelo sr. J.C. Machado, Revolução de Setembro de 19 de Julho, nº 29, 1868.

¹⁵ Leal, Maria Ivone, Um século de periódicos femininos, Lisboa, Ed. CIDM, 1992, pp. 70-71.

¹⁶ Um brado patriótico, António José de Carvalho, nº 39, 1868.

posição quanto à pretensa “agressão ibérica”. Foram invocados três motivos:

1º A política é vedada às cabeças femininas, talvez devido ao volume dos penteados.

2º A agressão parecia-lhes o ataque de D. Quixote aos moínhos de vento.

3º “Porque a nossa missão na terra é de paz, amor e caridade; e não de guerras e derramamento de sangue”.¹⁷

Muito inteligentemente se virou o ataque contra o agressor: se as mulheres não deviam imiscuir-se em política e menos ainda em guerra, não seria de estranhar a sua não intervenção na questão ibérica.

Já o artigo político, bem estruturado, de William Wood sobre o mesmo assunto, embuído embora de bons e racionais argumentos, era de facto uma visão de quem está de fora, amigo sincero da família portuguesa, mas não sentindo as dúvidas transmitidas de geração em geração e justificadas por séculos de luta pela sobrevivência. O seu exemplo acerca do entendimento entre a Inglaterra e a Escócia após prolongada luta foi infeliz. Certamente Wood não seria tão optimista se fosse escocês. Também a animosidade latente entre ingleses e franceses, semelhante à existente entre portugueses e espanhóis, foi ignorada. Pensamos que a argumentação de Wood, embora muito estimável, não era convincente para as sensibilidades nacionais.¹⁸

Mariana Angélica de Andrade salvou a situação e, embora apologista da paz e também descrente quanto à possibilidade de uma união ibérica, fez protestos do mais ardente patriotismo, que não era vedado às mulheres como a política e todos os negócios da nação. Depois de apodar de “degenerado” algum português que queira tornar-se espanhol, fez a sua confissão de fé patriótica: “eu sou tão nacional, tão

¹⁷ Questão Ibérica, Uma colaboradora, nº 41, 1868.

¹⁸ A independência nacional e a Ibéria, W. Wood, nº 42, 1868.

portuguesa dos pés à cabeça, que não invejo coisa alguma dos reinos estrangeiros.”¹⁹

Se alguma animosidade houve, pensamos que classificar de antipatriótica a Voz Feminina era mais um pretexto para a sua rejeição, impossível que era para a maioria a aceitação do seu programa. Como explicar então que os contemporâneos Latino Coelho e Casal Ribeiro tivessem outrora advogado uma reorganização política da Península em Estados federados, em vista a uma prosperidade económica comum, livre da hegemonia castelhana? Estas teses não os impediram de serem aceites nas camadas conservadoras da Regeneração.

Passemos agora ao ponto mais delicado: a questão religiosa. Registamos sete editoriais, dois artigos e muitas referências a este tema, que parecia apaixonar a opinião pública da época. Forçoso é recordar o contexto em que se inserem: atravessava-se o período de luta contra o poder temporal do Papado e este procurava defender-se das novas ideias, do racionalismo ao socialismo. A acção missionária visava não só os outros continentes, mas também a própria Europa. A figura do missionário actuante no meio rural, junto das mulheres do povo que procurava furtar aos ventos da descrença, está presente na nossa literatura, de Camilo e Júlio Dinis.

A polémica religiosa fazia parte do ambiente polémico geral, do turbilhão de ideias e acontecimentos contraditórios que foi característico do séc. XIX. A década de 60 foi particularmente fértil em eventos que sacudiam constantemente a sociedade e suscitavam apaixonadas discussões entre adeptos e opositores: a expulsão das Irmãs da Caridade e a extinção dos morgadios em 63, da pena de morte em 67 e da escravatura em 69.

¹⁹ União Ibérica, Mariana Angélica de Andrade, nº 43, 1868.

Francisca Wood iniciou o seu ataque à atitude do clero para com as mulheres, que se desejavam passivas e crentes, educando religiosamente as novas gerações²⁰. Os “filhos de Loyola” foram asperamente criticados em editorial, que exprimia a severa opinião da redactora (a pedido de uma assinante do Algarve) sobre os missionários e “filhas de Maria”.²¹

Várias intervenções evidenciavam a posição religiosa do jornal: divulgação dos “Horrores da Inquisição” na Espanha e Países Baixos, recomendação da leitura do livro A agonia do Papado, a notícia “Concílio Ecuménico” em Nápoles realizado em simultâneo com um concílio de pensadores livres ao qual Victor Hugo escreveu uma carta de encorajamento. Francisca Wood criticou a Igreja católica e o luxo papista em termos que nos permitem claramente reconhecer as críticas características da Igreja reformada²².

Mariana Angélica de Andrade, como habitualmente, utilizou um discurso comedido, não entrando em conflito aberto com o clero: teceu comentários sobre bons e maus sacerdotes e insurgiu-se contra Pio IX, que criticava o luxo das mulheres nos templos, esquecendo o luxo com que ele próprio se apresentava nas cerimónias religiosas. O polémico Papa censurava o desrespeito dos dias santos, não tendo em conta os problemas do operariado, que ganhava consoante os dias de trabalho. A irreverência nas igrejas, censurada pelo Vaticano, também não mereceu a aprovação de Mariana Angélica, pois tanto em Portugal como em Espanha se ouviam nos locais sagrados as músicas profanas mais inadequadas. Terminava afirmando: “Falem ao decoro, tirem o prestígio à

²⁰ Editorial, Francisca Wood, nº 21, 1868.

²¹ Editorial, Francisca Wood, nº 53, 1869.

²² Editorial “A Religião”, Francisca Wood, nº 61, 1869.

religião e a anarquia reinará na sociedade com todo o seu cortejo de desgraças”²³.

Utilizando uma argumentação poderosa e fluente, Francisca Wood atacou o Papa da Encíclica “Quanta Cura”, defendendo as mulheres da hostilidade da Igreja, que condenava os cursos acadêmicos abertos às mulheres francesas, estudos esses que não iriam preparar boas mães de família, mas mulheres “enfundadas com vã e oca ciência”.

Depois de pôr em evidência a ignorância feminina principalmente nos países católicos, Francisca Wood perguntava ao Sumo Pontífice se acaso “os estudos acadêmicos, os estudos de ciências têm deteriorado os homens? Têm feito deles maus pais de família?”. Continuou atacando duramente Pio IX, que acusou de falta de caridade e se era sabido que as mulheres, pelos seus defeitos, foram acusadas de ser a pior coisa que há neste mundo, opinião que foi também a dos canonizados S. Bernardo, S. Jerónimo, S. Francisco Xavier e S. Gregório, então “que piores poderemos ser quando tivermos estudado essa ciência vã e oca que agora se ensina em França?”²⁴ Vale a pena tentar a experiência pois o mundo avança “e as mulheres com ele” e era imparável a emancipação moral e política das mulheres.

Este editorial teria feito os seus estragos nos meios eclesiásticos, granjeando-lhe “a oposição acérrima das cabeças tonsuradas” e teria escandalizado as senhoras e os literatos, de quem se queixará Francisca Wood ao abandonar a Voz Feminina. Mas, conhecendo-se as polémicas do século, o anticlericalismo intelectual generalizado, a contestação ao controle espiritual da Igreja, porque seriam mais inaceitáveis estas críticas? Precisamente porque eram femininas e se nessa época era tolerável a crítica dos homens e a sua inobservância dos preceitos religiosos, o mesmo era impensável para as mulheres.

²³ Editorial, Mariana Angélica de Andrade, nº 61, 1869.

²⁴ Editorial, Francisca Wood, nº 68, 1869.

Na própria geração de 70, as críticas à Igreja nem sempre significavam um corte com essa mesma Igreja: Eça de Queiroz casou religiosamente, pese embora A Relíquia e O crime do Padre Amaro e Antero confiou a educação das afilhadas a um colégio de religiosas. Em nossa opinião, o público português, e muito particularmente o clero, não pode perdoar a Francisca Wood uma clara missionação reformista em país de missionários católicos numa época em que a Igreja se via tão atacada.

Temos de admitir da parte do casal Wood alguma falta de diplomacia em país do qual não aprovavam a religião e cujo Clero estaria disposto a combater as rebeldias dos filhos da terra, mas era intransigente quanto a ataques de conversos de outra religião.

Foram muitos os desencontros e desgastes sofridos pelo jornal e era inevitável o choque de mentalidades. De uma lado uma minoria progressista, feminista, pacifista e universalista, que não justificava a opressão, exploração ou maus tratos, quer se tratasse de povos, mulheres, negros ou até animais, numa visão tão moderna que ainda encontra eco nos nossos dias. Do outro lado, uma maioria, cuja mentalidade nacional, estreitamente conservadora, confundia patriotismo e religiosidade com imobilismo. Esta sociedade, sem poder criativo, estiolava-se numa literatura sem brilho, tendo como modelo Tomás Ribeiro e vitimando a Poesia com composições elaboradas à custa de lugares comuns românticos, de um sentimentalismo exagerado, como se pode verificar na colaboração literária até de A Voz Feminina. É esta sensação de asfixia, de passividade, em contraste com o turbilhão do século, palco de extraordinárias modificações políticas, económicas e sociais, que veio a concentrar-se e a explodir de forma inovadora e original nos homens da geração de 70. Pena foi que fosse impossível às mulheres acompanhá-los.

Deste choque irreconciliável de mentalidades resultou a decisão, desde há muito ponderada por Francisca Wood, de abandonar a empresa. Reconhecia a impossibilidade de prosseguir em ambiente tão hostil, não abandonando, contudo, a intenção de continuar colaborando em jornais feministas de todo o mundo.

A EDUCAÇÃO FEMININA PARA O CASAMENTO

Um segredo

.....

Ah! que sofra muito embora!
Não me faz pena quem chora
Vindo o seu mal de ambição!
Deve ser bem castigado,
Castigo bem prolongado
A quem venda o coração!

D. M^a do Carmo da Costa Freire, nº 15, 1868.

A investigação dos setenta e seis números do jornal A Voz feminina revela-nos a existência de uma publicação oitocentista que, do ponto de vista dos estudos sobre as mulheres, é a mais interessante que conhecemos tanto pelo conteúdo, como pelo vanguardismo dos seus pontos de vista, verdadeiramente inovadores no nosso país nos anos de 1868 e 1869. A leitura deste jornal proporciona o contacto com uma elite de mulheres instruídas, conhecedoras não só da nossa sociedade, como das tendências mais modernas europeias e americanas. Este tipo de jornalismo apresenta ainda uma frescura e subjectividade muito femininas, que advém da inexperiência e do amadorismo de muitas colaboradoras, ainda não habituadas às práticas rotineiras da vida profissional. Resulta assim que, através desta publicação, nos é dado conhecer o pulsar da sociedade lisboeta, o choque das diferentes mentalidades e a defesa determinada dos interesses das mulheres.

A educação feminina para o casamento, tratando-se como é óbvio de classes médias e altas, ocupa um lugar de destaque no jornal, deixando desde o início bem claro que se pretende abandonar a educação tradicional para a substituir por um tipo de educação formativa que permita às mulheres o acesso à instrução e à verdadeira formação moral. Os papéis tradicionais não são totalmente postos em causa, mas exigem-se novas regras de desempenho. Logo no primeiro número do jornal, em editorial de D. Francisca Wood, ela evidencia admiração pela jovem geração de escritores portugueses, cuja cultura contrasta com a exclusiva preocupação das mulheres relativamente à moda e ao seu aspecto exterior. Era natural que, perante a célebre geração masculina de setenta, a elite feminina sentisse humilhação e se preocupasse com o que esses jovens pensariam do sexo feminino. Preocupação legítima e justificada pelas páginas queirosianas de As Farpas escritas em 1872²⁵.

²⁵ Queiroz, José Maria Eça de, Uma campanha alegre, in Obras completas, Lisboa, Ed. Enciclopédia, 1988, vol. XIV, caps. LXXV e LXXXV.

Prosseguindo a análise do primeiro editorial, verificamos que Francisca Wood aconselha as jovens durante a fase do namoro, verdadeira instituição oitocentista, também analisada por Ramalho Ortigão em As Farpas.²⁶ A editoralista adverte sobre o perigo dos galanteios, sendo preferível conquistar a apreciação moral e a estima, por parte do admirador, utilizando a metáfora das bonecas: “Os homens agora tratam-nos como se fossemos bonecas, e eles crianças”. Recorda as suas bonecas: como as mulheres, eram apaixonadamente amadas, mas as suas cabeças nada continham, das suas bocas nada saía e acabavam por ser aborrecidas e desprezadas. As preocupações com o aspecto exterior não devem ser abandonadas, mas é essencial juntar o saber aos atractivos da natureza. “Façamo-nos pois verdadeiros anjos do lar, mostremos ao mundo varonil que lhe não somos inferiores senão em força física”.

Reconhecendo-se a inadequação da educação feminina nacional, procura-se um modelo. Esta preocupação transparece na “Correspondência” do primeiro número, onde D. Carlota A.P. em comunicação datada do Porto, em 26 de Dezembro de 1867, afirma que a educação inglesa é preferível à educação francesa pois é “mais perfeita, mais completa e mais útil”. É necessário estudar três a quatro horas por dia, o que é possível sem prejudicar “a missão no lar doméstico”, ainda restando tempo para as preocupações com a moda. Quanto ao estudo da música, esta correspondente é peremptória: “Uma senhora em geral... leva 6 ou 7 anos a estudar música e conclue por não saber nada! E o mais que faz é bater no piano sem graça, nem arte...”²⁷

Também na secção da correspondência, D. Maria Adelaide Fernandes Prata, da cidade do Porto, lamenta a 22 de Janeiro de 1868

²⁶ Ortigão, José Duarte Ramalho, Farpas escolhidas, Lisboa, Biblioteca Ulisseia de Autores Portugueses, 1991, A sociedade, II, A estatística dos divórcios, o casamento, o namoro, pág. 181.

²⁷ Correspondência, D. Carlota A.P., nº 1, 1868.

que as mulheres não estudem Geografia, Astronomia e Matemática e que estas disciplinas sejam preteridas pelo estudo do piano. Este exige tanto tempo, que só é justificável para um profissional: “é uma cousa estúpida e monotona passar a maior parte da vida junto d’um instrumento”; “Antes tocar menos e cuidar mais das letras”.²⁸ Os estudos literários também não são cuidados. “A jovem de hoje tornada amanhã senhora, e por consequencia, mãe de família” ignora a beleza da língua francesa que só utiliza para ler os jornais da moda. “Raras são as Senhoras que tomam gosto pela litteratura”.²⁹

Com o desassombro habitual, D. Maria Adelaide Fernandes Prata censura às senhoras portuguesas a educação literária ministrada às filhas, mandando-lhes ensinar o francês sem saberem bem o português: “entusiasmadas com uma língua estranha, que aprendem quasi sempre de leve, ignoram a riqueza da sua, que falam mal e escrevem pior”. A jovem casa e esquece o francês “e ei-la sem saber nem uma nem outra língua”.

Quanto aos romances, as meninas gostam de os ler, não para se instruírem, mas pelas histórias de amor. Devem ser proibidas de o fazer, enquanto o seu espírito não estiver fortalecido pelo estudo e só depois “podem então dedicar-se à leitura amena dos romances, que já não lhes será tão perigosa”.³⁰

A correspondente D. Adelaide B.S. da C. de Évora, persegue objectivos ambiciosos “Bom seria que Portugal... aceitasse o princípio, de que a mulher, possuindo talento e vocação, deve e pode ser aproveitável na parte intelectual, como qualquer homem”. Até cair numa realidade mais modesta: “Todavia o que desejava é que as Senhoras portuguezas,

²⁸ Correspondência, D. Maria Adelaide Fernandes Prata, nº 4, 1868.

²⁹ Correspondência, D. Carlota A.P., nº 1, 1868.

³⁰ Correspondência, D. Maria Adelaide Fernandes Prata, nº 3, 1868.

tomando por norma a educação inglesa e a alemã, tratassem por meio de uma instrução regular, de desenvolver a sua influência na sociedade”.³¹

Eça de Queiroz, na sua intervenção em As Farpas sobre a problemática feminina, segue idêntica linha de pensamento quanto ao modelo educacional e aos estudos musicais e literários.

Um editorial de D. Francisca Wood despoleta o tema dos defeitos inatos de que as mulheres são acusadas, tais como a vaidade, a astúcia, a inveja e a insensatez. Há muitas mulheres que correspondem a estas características, o que não implica que sejam defeitos inatos. O costume de levar as meninas pequenas ao teatro, ouvindo as conversas das mulheres adultas, faz despertar nelas o amor do luxo exagerado: “Como é possível que uma criança frequentando teatros, indo com a mamã a sociedades, onde ouve críticas perenes sobre vestuário, estando sempre com senhoras de idade superior, cujos gostos embebe, não seja, quando chega aos anos de puberdade, amiga de fazer figura; cega por luvas, leque e sombrinha? Não pode, na verdade, ser senão verme roedor de dinheiro”.³²

Em outra ocasião, sob o título “Educação Física e Moral”, a editorialista aconselhou a que a educação das crianças se fizesse longe dos adultos para que tudo isto não aconteça. Quanto à inveja também não é um defeito inato e acontece quando “a educação do sexo feminino é como actualmente entre nós um erro logico, em todas as suas fases”. Quanto à astúcia, ela existe devido à opressão em que vivem as mulheres, pois “a astúcia é a força do escravo”. As mulheres só serão diferentes se forem livres, que é o objectivo perseguido pelos homens e mulheres que colaboram no jornal. “Não queremos a mulher criança, piegas, banal, como a sociedade a tem feito; queremos-la sensata, nobre, inteligente, económica, elegante como deve ser, como pode ser, como

³¹ Correspondência, D. Adelaide B.S. da C., nº 1, 1868.

³² Editorial, Francisca Wood, nº 43, 1868.

Deus a fez". "Não queremos a escrava astuciosa", mas para isso "é necessário que o homem deixe de tyrannizar, de escravizar, que o homem, ele mesmo, exija que a mulher se eleve; que o homem ele mesmo, deixe de enganar a mulher e troque a dissimulação pela lealdade".³³ A educação feminina para o casamento, segundo A Voz Feminina, deixou de ser a dócil submissão, a anulação das mulheres como seres pensantes e actuantes. A nova educação pretende criar, como afirma Mariana Angélica de Andrade, "a mulher ilustrada e livre, porque queremos a mulher virtuosa; e sem liberdade e instrução a virtude é quasi um impossível!".³⁴

Os erros na educação feminina, expostos por Francisca Wood em editorial, são seguidos quase passo a passo por Eça de Queiroz em As Farpas. Aconselha a redactora de A Voz Feminina que se adopte a educação na "nursery" à maneira inglesa, não deixando as crianças contactar com outras pessoas além do pessoal a elas destinado. Não se procedendo assim, as meninas ouvem falar de namoros e escândalos e adquirem uma precocidade nociva. Depois "vejam a mesma menina com outras da sua idade e escutem as suas conversações!". Dever-se-ia evitar contaminar "primeiro a creança que deveria ser inocente, - depois a mulher que deveria ser casta". Escutemos as apreciações queirozianas no prefácio que escreveu aos "Azulejos" do Conde de Arnos: " - as meninas que segundo nos revelou ultimamente o castíssimo e idealíssimo Feuillet, conhecedor perfeito dos costumes da virgindade, quando estão juntas, todas de branco, num canto da sala, têm conversas *qui feraient rougir un singe...*".

Francisca Wood nota ainda: "O segundo mal é que as crianças em contacto contínuo e familiar tornam-se de um egoísmo intolerável, porque

³³ Editorial, Francisca Wood, nº 43, 1868.

³⁴ Editorial, D. Mariana Angélica de Andrade, nº 54, 1869.

se acostumam às concessões da ternura materna”.³⁵ Além disso, o hábito de as mães as levarem consigo às visitas, ao teatro, prejudicava o seu horário, a sua alimentação, o seu estudo, a sua saúde. Chegam aos 18 anos a saber tocar piano e falar francês e inglês, ignorando o português, a história do seu país, a religião, e não tiveram tempo para ler. Quanto melhor seria ter estado na “nursery” prosseguindo os seus estudos e cumprindo os seus horários. As mães devem ir sós às suas obrigações sociais e, se levam as filhas, não é por amor delas mas de si próprias.

A grande maioria dos números de A Voz Feminina coloca a tónica na necessidade imperiosa da “ilustração” das mulheres, condição imprescindível para a mudança da sua situação. Este tema é uma constante e dele se tiram todas as ilações. Uma delas é a problemática do “sedutor”. Exigindo-se às jovens inexperiência, castidade, pudor, negligenciando-se a educação, imperando a ignorância, afrouxando-se os laços religiosos, o sedutor via a vida facilitada. Eis como é descrito num editorial datado de 19 de Abril de 1868 que, não estando assinado, se presume ser da autoria da redactora principal, D. Francisca Wood: “-lesma que deixa o seu trilho marcado com traços asquerosos; que se arrasta segredando ruína e desolação à inocência... Se as mulheres chegassem a persuadir-se que... não nutrem por ellas outro sentimento que um desejo puramente animal, sem a mais tenue partícula de estima, de apreciação moral, ou de respeito; se vissem o sorriso mofador, as miradas irrisórias que acompanham qualquer alusão à vitima ludibriada quando o sedutor se acha no meio de um auditório conhecedor e simpathico, ah! Estremeceriam de pavor!”³⁶

O donjuanismo, verdadeira obsessão masculina durante este século, alimentador de vastíssima literatura e também condenado pelos

³⁵ Editorial, D. Francisca Wood, nº 11, 1868.

³⁶ Editorial, nº 14, 1868.

autores de As Farpas, tem diversas abordagens no jornal em análise. Também no editorial de Francisca Wood com o título “Os satélites” se alude ao costume de uma senhora não poder sair sem ser acompanhada ou de idosos ou de crianças ou de criados. A autora pergunta-se: será “que as senhoras portuguesas carecem de fiscalização? Carecem de ser vigiadas? Carecem levar sempre consigo uma testemunha ocular das suas acções?”³⁷. A articulista exorta as senhoras a insurgirem-se contra este costume que é ofensivo da sua dignidade, além de inútil, visto que, quem é desonesto, pode sempre iludir o acompanhante. Mas, no número seguinte e em continuação de “Os satélites”, indaga-se a causa deste costume, que é a existência do conquistador, do sedutor “dessa classe de vadios viciosos, cujo principal objecto é procurarem-se conquistas”, sem que sofram como as mulheres as consequências. Esta injustiça merece este desabafo indignado: “Ele, o traidor, o enganador, cá neste nosso retalhinho do mundo, sacode a casaca e fica limpo!”³⁸

Também Guiomar Torrezão, em editorial, nota que se continua a insistir na fragilidade, que existe devido à ignorância e que é responsável pela cedência à sedução e consequentes implicações. Um folhetinista referido neste editorial confessa: “envolvemos a mulher no véu das lisonjas e não queremos que tenha vaidade; para iludi-la embuçamos a alma”.³⁹ Só a mulher instruída poderá desemboçar a alma a quem a quer iludir.

Protesta Mariana Angélica de Andrade contra o abandono de recém nascidos e atribui o facto à ignorância das mulheres: “Se fossem mais instruídas e por consequencia mais religiosas, não seriam tão facilmente enganadas...”⁴⁰.

³⁷ Editorial, D. Francisca Wood, nº 37, 1868.

³⁸ Editorial, D. Francisca Wood, nº 38, 1868.

³⁹ Editorial, D. Guiomar Torrezão, nº 46, 1868.

⁴⁰ Editorial, D. Mariana A. de Andrade, nº 54, 1868.

Sendo toda a educação feminina da época vocacionada para o casamento e conseqüente maternidade, excluídas as mulheres da vida pública, das actividades económicas ou culturais, resta-lhe cultivar o amor e assumir a fragilidade. Sai em sua defesa um editorial sob o tema da força das mulheres. Apoiando-se em exemplos históricos, um raciocínio demonstrativo torna inaceitável que o homem “persista na cantilena de que a mulher é fraca”.⁴¹ Se é por ceder às paixões, verifica-se que não joga, não bebe, não fuma e cede a uma única paixão, o amor, concluindo-se que o homem que a seduz cede também a essa mesma paixão.

Indiferente ao donjuanismo dominante, Francisca Wood, afirma: “Sem duvida carece o homem do nosso paiz de grandes reformas; carece de principios de moral; carece de sentimentos religiosos; carece de reverencia, de verdade e de castidade”. Sabe que reclamar castidade num tal contexto é sujeitar-se ao escárneo de homens que se deixam “arrastar pelas suas paixões”.⁴²

Como castigar o crime da sedução? Citando um artigo de Voz do Povo do Funchal, condenando este crime, refere que era punido somente com 1 a 2 anos de prisão e que arruinava toda uma vida.⁴³ A Voz Feminina desejava que, à semelhança do que ocorria no estrangeiro, existissem em Portugal leis que punissem severamente este crime.

As colaboradoras de A Voz Feminina estão bem conscientes da complexidade das situações com que se deparavam as mulheres desse tempo: dependência económica, falta de liberdade e de uma boa instrução, substituída por educação baseada em falsas premissas. Com efeito a frivolidade dos ensinamentos de canto e piano, a aprendizagem superficial das línguas, a ignorância de conhecimentos básicos, a religião não interiorizada, entretinham namoradas e noivas pressionadas pela

⁴¹ Editorial, nº 29, 1868.

⁴² Editorial, nº 31, 1868.

⁴³ Sedução, nº 30, 1868.

necessidade de fazer bons casamentos, mas que não estavam preparadas para os difíceis papéis de esposas e mães.

Havia a exigência de um retrato ideal de donzela, cujas virtudes de modéstia entravam em conflito por vezes com o domínio das relações sociais e respectivo desempenho nos acontecimentos mundanos: ópera, teatro, bailes e saraus. Com efeito a ideia das mulheres como “ornamento da sociedade” aparece frequentemente nas páginas do jornal. A complexidade do jogo amoroso durante o namoro exigia das jovens o domínio e o controle desse jogo dentro das estritas regras estabelecidas. Em tácito acordo, antes do casamento eram as mulheres que podiam ditar as leis nessa relação, enquanto que, após o matrimónio, eram os homens que as deviam orientar.

Finalmente era cada vez mais difícil a assunção da tarefa de esposas modelo, anjos do lar, mães impecáveis, anfitriãs respeitadas, patroas obedecidas, tudo num mundo em mudança, que exigia mulheres diferentes, mais adaptadas às necessidades de maridos também diferentes e existindo entre o casal um profundo fosso cultural.

A solução destes problemas, segundo as colaboradoras de A Voz Feminina, estaria na educação, na cultura, na dignificação das mulheres. Mas levantavam-se outras dificuldades: o desconforto de serem tomadas por “femmes savantes”, a desconfiança dos homens e das outras mulheres. A verdadeira preparação para o casamento arriscava-se a ser um obstáculo a ele. Vejamos o que pensavam e sentiam estas pioneiras da mudança.

Francisca Wood cita o escritor J. C. Machado para exprimir o receio que inspiravam as mulheres diferentes, pois as outras mulheres não perdoam “ que uma entre elas, tão formosa como elas, como elas tão senhora, se permita, além de conversar, sorrir, amar, dançar - pensar! As mães indicam-na às meninas como perigosa; os burgueses evitam olhá-la; os noivos temem-se; e os tolos, que andam em maioria, dizem

consigo que uma senhora que tem espírito, é uma senhora que se afasta do seu fim, e que eles não se acham preparados, de um dia para o outro, a conversar num baile com uma senhora que pensa, porque vão a um baile para se distraírem e não para terem trabalho". Ora "o costume é uma lei tirânica" e os homens portugueses "estão acostumados a figurinos animados com o sopro da vida". Imagina-se que a mulher ilustrada é aborrecida, não sabe rir, que se entretém a filosofar com o homem que a leva a dar uma volta pela sala. Este preconceito contra a mulher pensadora é o que se sente no estrangeiro contra a mulher ignorante, embora estejam longe os tempos das detestáveis "femmes savantes". Francisca Wood crê que o progresso também chegará a Portugal e homens haverá que "prefiram mulheres a figurinos", existindo já um núcleo de senhoras ilustradas e um número muito maior de "homens altamente instruídos e talentosos". Às portuguesas não falta inteligência, mas têm contra si circunstâncias adversas: oposição de pais e maridos e desigualdade de oportunidades, pois enquanto estes têm acesso à Universidade de Coimbra, às bibliotecas e podem viajar, as mulheres não têm onde nem como se instruírem. No estrangeiro elas frequentam escolas, bibliotecas, livrarias, zoos, galerias de pintura e escultura, aquários, etc. Entre nós com abundância só "modistas, janelas, cuias e escândalo".⁴⁴ D. Mariana Angélica de Andrade aconselha vivamente a aquisição de cultura, mas adverte as leitoras que não mostrem grande erudição e que aparentemente se mostrem até frívolas e vulgares, "contanto que o não sejam" e saibam agir como tal. Julgava necessária esta camuflagem para que continuassem os progressos femininos sem as ameaças e represálias da censura social.⁴⁵ Guilherme Wood observa que não são só os homens que se opõem à cultura feminina, são as próprias

⁴⁴ Editorial, D. Francisca Wood, nº 36, 1868.

⁴⁵ Editorial, D. Mariana Angélica de Andrade, nº 16, 1868.

mulheres com “o seu indiferentismo, a sua apatia moral, a sua desunião”.⁴⁶

Corajosas e resistentes, as mulheres de A Voz Feminina defendem simplesmente os seus princípios e não alteram a sua conduta com medo da opinião alheia. “Na verdade, tão grande absurdo é deixarmo-nos coactar por opiniões alheias, como querer coactar o próximo com as nossas”.⁴⁷ Estão firmemente convencidas que as mulheres modernas só se prepararão adequadamente para o casamento e maternidade, se abandonarem uma ignorância que além de insensata, se pode tornar criminosa. Reconhecem o apoio e a compreensão de muitos homens, mas a maioria ou é como o escritor contemporâneo, citado por Mariana A. de Andrade (“Não gosto de mulheres sábias: são uma espécie de pombas com bigodes”)⁴⁸, ou afere o valor das mulheres unicamente pela utilidade que possam ter para os homens. É o que se depreende do artigo de Francisca Wood intitulado “Nova Medida”. De invenção estrangeira e adaptada ao gosto universal é a nova medida para avaliar a inteligência das mulheres: os homens não gostam de uma inteligência excessiva, mas empática que os siga “sem jamais lhe passar adiante”, pois não gostam de se sentir “pequenos deante do outro sexo”. O homem quer simpatia, não antagonismo “quer uma companheira, não uma competidora; e infinitamente menos quer ele uma superior”. Após ter denunciado o egoísmo deste articulado, Francisca Wood conclui que é seu desejo que “a mulher seja o que pela sua inteligência e dons moraes deve e pode ser, útil não só ao homem, mas à humanidade, e a si mesma”.⁴⁹

⁴⁶ Editorial, William T. Wood, nº 28, 1868.

⁴⁷ Editorial, nº 15, 1868.

⁴⁸ Portuguezas Distinctas, Mariana A. de Andrade, nº 29, 1868.

⁴⁹ Nova Medida, D. Francisca Wood, nº 43, 1868.

O PAPEL DA ESPOSA

Um Segredo

Duas almas numa só
Bem presas por doce nó
N'esta vida e mais além!
Tudo no mundo s'esquece,
Tudo que é festa aborrece,
Só no esposo existe o bem!

D. Maria do Carmo da Costa Freire, nº 15, 1868.

O papel de esposa, que as colaboradoras de A Voz Feminina reclamam, é muito diferente do tradicional. Baseia-se na igualdade da inteligência pois “tem começado o homem a perceber que a companheira do único ente racional, não podia senão ser racional; que a companheira do ente que constitui o último elo na escala da perfectibilidade havia necessariamente de participar nas excelências e imperfeições que constituem a natureza humana”.⁵⁰

As mulheres tinham sido esposas ignorantes e submissas, cegas propagadoras da espécie, mostruário da opulência de seus maridos, sem qualquer tipo de poder oficial nas decisões que afectavam a sua vida: casamento, filhos, bens de família. O seu poder sempre existiu, mas era paralelo e oculto, misterioso e potencialmente transgressor. Mas, no progressista séc. XIX, os homens mais notáveis reconheciam a necessidade de mudança, não só pela enorme evolução já conseguida, como também pela necessidade de companheiras diferentes.

Os homens eram assim, como se depreende da leitura de A Voz Feminina, os maiores opositores e simultaneamente os melhores apoiantes das mulheres. Opositores, porque até aí tinham controlado, detido e negado os valores femininos. Apoiantes, porque as mulheres que desejavam ver mudada a sua situação só neles encontraram auxílio e não, como seria lógico, nas próprias mulheres. Teria pois de se deixar ao tempo a tarefa de “quebrar os grilhões desta escravidão, tanto mais degradante quanto é voluntária”.⁵¹ Quanto ao sexo masculino, a redactora principal confessa que é nele que “quasi inteiramente os nossos princípios não achado apoio e simpatia”⁵².

Francisca Wood explica as razões da imobilidade feminina: umas mulheres são naturalmente apáticas, outras estão inutilizadas pela

⁵⁰ Editorial, nº 18, 1868.

⁵¹ Editorial, D. Francisca Wood, nº 26, 1868.

⁵² Idem, nº 52, 1868.

educação e pelo exemplo, outras porque estão absorvidas pelo “crochet” e pelo “bastidor”, outras porque têm “a noção antediluviana” de que a literata é irrisória. Mas “a ilustração da mulher portuguesa progride” e vai-se tornando impossível que as mulheres, vivendo com homens cultos, não sintam que também são inteligentes e “que o seu lugar é ao lado, não aos pés do homem destinado a executar com ella a peregrinação da vida; ao lado, não aos pés, do pai dos seus filhos!”⁵³.

Em crítica não assinada a uma prelecção do Conde da Vidigueira uma colaboradora nota que “a mulher... até aqui só tem inspirado; tem sido passiva. Agora aspira a mais; aspira a ser activa; a ser digna companheira do homem intelligente, o que equivale a ser igual a ele na intelligencia”.⁵⁴

Chamam em seu auxílio o cristianismo para fundamentarem e autorizarem as suas teses de dignificação das mulheres. D. Carlota A.P.G. chama a atenção para a modificação que o cristianismo operou, chamando-as a cumprir uma missão: “Proclamaram Jesus como regenerador da humanidade pela elevação da mulher, reabilitada do aviltamento”.⁵⁵ Também William Wood se socorre da Bíblia chamando a atenção para o facto que nada há nela que afirme a inferioridade moral das mulheres. Assim as melhores inteligências do século “estão determinadas a que a mulher se levante do seu abatimento moral e social”.⁵⁶

As colaboradoras do jornal repudiam veementemente o papel de esposa, quando este é unicamente sexual e reprodutor: afirma-se que A Voz Feminina tem por objectivo provar que as mulheres *são alguém* e estão determinadas a não sofrer a inferioridade moral a que têm sido

⁵³ Editorial, D. Francisca Wood, nº 45, 1868.

⁵⁴ In A Voz Feminina, nº 16, 1868.

⁵⁵ As mulheres e o Cristianismo, D. Carlota A.P.G., nº 2, 1868.

⁵⁶ A Imagem de Deus, William T. Wood, nº 28, 1868.

sujeitas por culpa não tanto dos homens, mas do estado da civilização que só agora levou alguns homens a reconhecerem “a vantagem de ter a seu lado entes dignos de serem suas companheiras, capazes de os secundar nas suas aspirações, de simpatizar com o seu engrandecimento e de partilhar os seus gozos quando estes são racionais, e não brutais”.⁵⁷ Também um editorial se pronuncia contra os que valorizam as mulheres pelo número de filhos. Isto talvez fosse justificável “procedendo dos lábios do homem que desde o despontar da sua virilidade tinha andado de espada em punho, demolindo a raça humana” e que “naturalmente apreciava quem repovoasse;”. No séc. XIX em que “as mulheres estão pugnando por se levantarem moralmente à altura do homem” é intolerável a visão apenas reprodutora, que equivale a afirmar “- Vós, minha mãe, e tu minha esposa, sois duas gatas ou duas cadelas ou duas ratazanas ou duas coelhas; ou em fim duas de qualquer das brutas que só vivem para comer, dormir e multiplicar a sua raça”.

Conclui ser inaceitável que se continue “a calcular o valor intrínseco da mulher pelo número da sua progénie”.⁵⁸ O papel da esposa é querido pelas colaboradoras e leitoras de A Voz Feminina, mas desde que desempenhado por mulheres para ele preparadas, prontas a assumir novas responsabilidades e conseqüentemente novos direitos: “As colaboradoras deste jornal, e, podemos logicamente concluir, as suas leitoras, não querem mais do que provar que a mulher é moralmente igual ao homem, e que tanto pela alta missão a que a sua natureza a destinou, como pela posição social que preenche, tem direitos legais iguais aos do homem”.⁵⁹

Naturalmente que as mulheres têm de conquistar esses direitos, modificando-se e melhorando-se, lutando contra o ambiente e as

⁵⁷ Editorial, nº 33, 1868.

⁵⁸ Editorial, nº 20, 1868.

⁵⁹ Echo do Algarve, Francisca Wood, nº 39, 1868.

circunstâncias em que vivem. Mas ambos os sexos têm de travar esta luta, pois “o homem no nosso país é educado num ambiente de paixões tenebrosas; a mulher numa ambiente de banalidades e futilidades”. Mas uma nova esposa surgirá e o jornal tudo fará para o conseguir: “todos os meus esforços, tanto na minha vida privada como na minha vida pública, tendem a purificar a mulher das faltas que procedem da educação e dos costumes; a faze-la moralmente tal, que o homem chegue a achar nela tudo o que pode desejar na sua companheira; isto é, o realce do seu lar, o lenitivo das suas penas, um incentivo à virtude, a sua conselheira e a sua amiga.”⁶⁰ É muito nítida a ideia do papel junto “do seu queridissimo companheiro; do ente belo e nobre... que Deus lhe deu para a proteger, para desenvolver na sua alma um sentimento de inefável felicidade”.⁶¹

As esposas ignorantes podem unir-se a homens virtuosos, que são incapazes de as maltratar. Daí advém a felicidade doméstica, mas se a mulher não é instruída, apenas é tolerada e o marido não se orgulha dela como acontece a quem é casado com uma mulher culta. Esta é a opinião de Francisca Wood, que adverte que nem sempre o amante que implora é insincero, porém “chega a hora da saciedade” e só a mulher que “é o que deve ser” consegue transformar a paixão em “amizade carinhosa conjugal”, aquele sentimento tão bem enunciado na palavra inglesa “attachment”: “já estes não se procuram com o arrebatamento da paixão, o egoísmo cego do amor” mas “porque não podem viver um sem o outro.” Mas não é em geral “a mulher dos nossos dias”, que é “capaz de efectuar esta gloriosa metamorfose; não é a mulher frívola, a mulher iliterata, factua, inscia, devotada a banalidades, que ha-de atrair a si ... esse homem que lhe escapa...”. As lágrimas, o ressentimento, o espírito de retaliação ou as súplicas e carícias só provocam irritação e desprezo, mas se a mulher for ilustrada e moralmente forte, “capaz de discernir com

⁶⁰ Editorial, D. Francisca Wood, nº 47, 1868.

⁶¹ Editorial, nº 29, 1868.

perspicácia as oportunidades frisantes”,⁶² então surgem os elos que prendem o coração do marido. Concomitantemente “há um gozo indizível, beatífico, sublime, ouvindo um esposo ilustrado sancionar as nossas opiniões sobre assuntos de interesse universal, e que por conseguinte estão fora d’esse círculo extremamente circunscrito que até agora se tem apelidado esfera da mulher; admitindo o nosso direito a discussões sérias ... enfim rendendo-se à influencia do nosso ser moral”.⁶³ Só as mulheres casadas e instruídas saberão “estabelecer um sistema preciso e regular de governo doméstico”, “ter a necessaria prudência, docilidade e paciência para viver bem com o seu marido, suavisar-lhe dissabores e animá-lo em seus desalentos”. Só estas mulheres saberão resistir às dificuldades da vida, “destruir intrigas, evitar dissensões e ralhos tão fatais ao sossego e felicidade da família”.⁶⁴

O casamento é diversas vezes abordado neste jornal. É o acontecimento maior da vida destas mulheres oitocentistas, de cujo êxito dependem as suas vidas, uma verdadeira carreira privada, justificativa da própria existência, embora já se comecem a abrir novas perspectivas académicas e profissionais para casadas e solteiras. Vejamos como é visto o casamento. Entraram dois e saíram um, só têm uma vontade e uma só alma. Em circunstâncias favoráveis ou adversas permanecerão juntos e “se um tropeçar, o outro deverá suste-lo; se tiver frio, aconchegá-lo-ha ao seio”. É nas esposas que “a *comunidade* deve subsistir na sua rigorosa acepção”.⁶⁵

D. Emília A. da Maia, colaboradora do jornal, discorre sobre o casamento, um acto importantíssimo, mas de que se fala como coisa vulgar, provocando arrependimentos e desgraças que surgem “dos

⁶² Editorial, D. Francisca Wood, nº 31, 1868.

⁶³ Editorial, D. Francisca Wood, nº 1, 1868.

⁶⁴ Correspondência, Alexandre da Silva Torres, nº 49, 1868.

⁶⁵ Amor Conjugal, nº 3, 1868.

casamentos desiguais e inconsiderados”. Só deveriam efectuar-se com o “recíproco conhecimento de seus caracteres e estimarem-se mutuamente”. Muitas vezes a jovem se baseia em bom aspecto físico e “maneiras afáveis” e depois se acha casada com um indivíduo “violento e grosseiro” que a torna infeliz. “Os casamentos feitos por ambição, são ainda mais repreensíveis e até mesmo repugnantes, pois jamais se poderão amar dois entes, unidos por um sentimento tão vil”. Se a fortuna desaparece, ela verifica que nada a une ao marido, é incapaz de o consolar, pois não o ama e está a ele ligada por laços indissolúveis. Vê-se “o esposo privado de encontrar na sublime afeição de uma consorte dedicada, um lenitivo às suas desventuras”. Termina concluindo que deveria haver “reflexão profunda sobre um acto tão sério que importa nada menos que a sorte vitalícia de dois entes”.⁶⁶

Mas as mulheres verdadeiramente preparadas para o casamento sabem assumir o papel da esposa: “A mulher instruída pode e deve ser muito mais útil ... ao esposo, do que a mulher ignorante e sem cultura; quantas vezes esta se torna perigosa, arruinando o esposo milionário, com exigências d’um luxo desregrado?”. Uma boa esposa é muitas vezes “a tábua de salvação do casal; conseguindo com prudentes admoestações que o esposo retroceda no caminho da total ruína”. Na adversidade, a boa esposa sabe “reprimir as lágrimas” e encorajar o marido. A mulher instruída “pode-se contar com ela para grandes coisas na prosperidade, e melhor ainda no infortúnio” ao contrário da mulher ignorante que se torna “o flagelo do esposo” recordando-lhe “as grandezas passadas, sem as quais não se poderá conformar jamais”.⁶⁷

A esposa do séc. XIX crê no progresso e se o homem caminha “não deve a mulher estacionar”. São frequentes as metáforas utilizadas para fazer compreender que é vazia a beleza sem conteúdo: “uma mulher

⁶⁶ Os casamentos, Emília A. da Maia, nº 49, 1868.

⁶⁷ Correspondências, D. Maria Adelaide Fernandes P., nº 2, 1868.

sem dotes morais nem conhecimentos literários é como flor sem aroma”⁶⁸, referindo-se à lindíssima camélia; ou “a mulher formosa sem ilustração é como essas belas estátuas, que se admiram mas não se amam”. O ideal do “anjo do lar”, uma constante oitocentista, só será atingido pela esposa educada: “E a compensação lógica da sua ilustração ... será a mais importante conselheira do homem, ao lado do qual criou uma família!”⁶⁹

Para a redactora principal um dos melhores melhoramentos do século é “esse acordar da mulher do letargo em que jazia”, a “vaga irresistível do progresso” que conscencializa as mulheres dos seus direitos: “Quero portanto ocupar na sociedade um lugar igual ao do meu companheiro. Iguais no nascer e no morrer havemos de ser iguais no viver”.⁷⁰ Mas urge acalmar os maridos e a sociedade. Não se julgue que as mulheres desejam abandonar os seus postos na abençoada triologia de esposas dedicadas, mães extremosas e excelentes donas de casa.

D. Maria Adelaide Fernandes Prata sossega os maridos que temem que os interesses intelectuais prejudiquem os domésticos. Para esta correspondente portuense “d’um lado a mesa de costura e do outro a escrevaninha e uma estante com livros”.⁷¹ Também a poetisa Amélia Janny exprime a sua concordância com “a instrução da mulher ao nível do homem”, não para exercer cargos públicos ou tratar de política ou deixar o lar doméstico, “mas para o tornar agradável sempre e alcançar que o homem, no tumultuar da vida pública, anseie voltar para o remanso da família, na certeza de encontrar quem o afague e, ao mesmo tempo, compreenda os seus pensamentos, sem o enfastiar com a descrição dos figurinos, e d’outras futilidades deste género”.⁷²

⁶⁸ Editorial, D. Mariana Angélica de Andrade, nº 16, 1868.

⁶⁹ Editorial, D. Carlota A. P., nº 2, 1868.

⁷⁰ Editorial, D. Francisca Wood, nº 50, 1868.

⁷¹ Correspondências, D. Maria Adelaide Fernandes P., nº 2, 1868.

⁷² Correspondências, Amélia Janny, nº 15, 1868.

Mas é urgente que o estudo seja permitido às mulheres. Egoisticamente os homens querem ver partilhados os seus desgostos, as suas doenças, as suas adversidades, mas recusam-se a dividir as suas glórias, impedindo-as de estudar. Esta é a opinião de D. Mariana Angélica de Andrade que se pergunta: “Se Deus concede às mulheres o mesmo grau de inteligencia que dá ao homem, para que ha de ela viver na obscuridade? Para que resignar-se a viver sem lustre?” Para que exista verdadeiro progresso em Portugal, no séc. XIX, tornam-se necessárias “a civilização do homem; a instrução da mulher”. “Não é capricho, é necessidade; não é ambição, é justiça”.⁷³

No entanto, estabelecem-se em A Voz Feminina duas tendências, uma mais moderada e defendida por D. Mariana Angélica de Andrade e D. Francisca Wood e outra mais radical e de acordo com Stuart Mill, defendida por William Wood e D. Guiomar Torrezão. Segundo Ivone Leal estabelece-se uma “polémica mansa” entre estes editorialistas.⁷⁴ D. Mariana Angélica de Andrade considera a “seita” de Stuart Mill “demasiadamente progressista” e crê que ameaça o papel tradicional das mulheres. Assim opõe-se a que as mulheres exerçam cargos públicos por entender que “não seria essa a sua mais propria e brilhante posição social”. Concorde com o progresso intelectual das mulheres e seu direito à independência, mas sem excesso e “sem que nunca o alvo das nossas ambições toque as raias do ridículo”. São tão justos e tão modestos, e mesmo assim tão criticados, os objectivos a alcançar, o que seria se as mulheres desejassem ser ministras, deputadas, juízas, etc. As mulheres podem ser “romancistas, poetisas, admiradoras de grandes sábios”. Escrever torna-se tão vulgar como tocar piano, pois não prejudica os seus deveres de dona de casa nem os “deveres três vezes santos de filha, esposa e mãe”. Mas trabalhar fora de casa é impensável, pois “como ha

⁷³ Editorial, D. Mariana Angélica de Andrade, nº 23, 1868.

⁷⁴ Leal, Maria Ivone, Um século de periódicos femininos, p. 65

de ser a guarda incansável de seus filhos, companheira extremosa de seu marido, anjo bom e protector do seu lar?!" É pois necessário que a mulher seja auxiliada a instruir-se e a escrever, que cumpra bem o governo da casa, mas ser ridicularizada "se quizer saber o estado financeiro do país"⁷⁵, deixando aos homens o bem estar da Nação.

D. Francisca Wood não é adepta incondicional das teses de Stuart Mill, que seu marido expôs e defendeu. Isto porque essas teses não põem limites aos direitos e liberdades das mulheres, sendo inferido que estas possam eleger e ser eleitas. Num editorial, noticiando a pretensão feminina americana de formar um governo de mulheres, não suporta a ideia de se julgar que o seu grupo partilha e simpatiza com este tipo de ambições: "a missão da mulher não é governar nações, é governar famílias". E todas as transformações que se desejam são "para que desempenhe dignamente os sagrados deveres de esposa, de mãe...". As mulheres reclamam todos os direitos políticos e legais "mas não abandonando a sua missão no lar".⁷⁶

Mariana Angélica e Francisca Wood queriam as mulheres instruídas e com direitos e pensavam que não seriam menos dedicadas ao matrimónio, instituição basilar da sociedade moderna. Era possível a compatibilidade entre a cidadã, a esposa e a mãe: "deu a mulher começo à obra grandiosa da sua regeneração, nesses países ditosos onde a mulher não se envergonha de ser ente livre e responsável ao mesmo tempo que é esposa e mãe."⁷⁷

Já Guiomar Torrezão, em oposição à tendência moderada, afirma num editorial que não se devem as mulheres dedicar apenas ao romance, à poesia, ao jornalismo, mas a estudos sérios: História, Filosofia, Arte e Ciência. A mulher deve ser admirada "não só como mãe, não só como

⁷⁵ Editorial, D. Mariana Angélica de Andrade, nº 30, 1868.

⁷⁶ Editorial, D. Francisca Wood, nº 39, 1868.

⁷⁷ Editorial, D. Francisca Wood, nº 52, 1868.

esposa, mas como artista, como escritora, como estudiosa...”⁷⁸ Reconhecendo a importância do papel de mãe, acha que as mulheres que não o são podem ser úteis à humanidade, ocupando cargos públicos e servindo o seu país pela palavra e pela pena.

Um outro problema da vida conjugal, o adultério, é abordado estabelecendo-se polémica sobre este tema acerca da posição masculina e feminina. No editorial defende-se que a culpa não deve pesar mais sobre a mulher do que sobre o homem. O facto de o adultério feminino poder prejudicar os filhos legítimos, o mesmo acontece com o adultério masculino. Se este não os prejudica, é porque muitas vezes não se sustentam os filhos ilegítimos, constituindo isto um falso argumento, pois é crime colocar no mundo seres sem meios de viver nem protecção. O argumento de que o adultério feminino desonra o homem e não viceversa não é válido, pois o homem não deixará de ser honrado, se a mulher o não é. Se o marido se sente ludibriado, humilhado e envergonhado, o mesmo acontece com a mulher traída. Na Correspondência uma assinante da capital emite uma opinião conforme aos estereótipos: a mulher deve sofrer resignada o adultério do marido e esperar que ele se canse para voltar aos seus braços e prosseguir a vida em comum. Quanto à mulher adúltera deve sofrer o castigo da sociedade: ser abominada, desprezada e abandonada, pois não é admissível imitar a leviandade do marido.

Coroando o papel da esposa, temos o papel de mãe, que não é esquecido em A Voz Feminina. Uma boa parte da argumentação reclamando para as mulheres boa instrução e dignificação moral assenta nos requisitos que devem possuir as mães modernas: conhecimentos científicos de medicina e higiene, mas também instrução que permita ministrar ou vigiar a educação dos filhos.

⁷⁸ Editorial, D. Guiomar Torrezão, nº 42, 1868.

Logo no primeiro número do jornal, Francisca Wood salienta a importância da mulher ilustrada no lar doméstico, pois a sua influência “estende-se às gerações futuras nos filhos”⁷⁹ e ela será não uma mãe “piegas” ou criminosamente indulgente, mas sensata e preparada para “tão importante missão”.

Ainda no mesmo número, se chama a atenção sobre os cuidados a ter com os recém-nascidos, pois “a sociedade está em imediata dependência das mães de família”⁸⁰ e a ignorância sobre higiene e outros conhecimentos pode pôr em perigo a vida das crianças.

“Como escolher o tratamento e alimentos mais adequados à tenra idade, e à robustez de seus filhos?”⁸¹ É interessante notar que a observação queirosiana em As Farpas sobre o aspecto das nossas crianças e subsequente explicação é idêntica à que se faz neste jornal: “Porque serão as crianças estrangeiras tão fortes e rosadas e as nossas tão enfesadas e pálidas?” Porque desde o berço começaram os erros de educação.⁸²

Também as mães de família são aconselhadas a cultivarem suas filhas, pois só assim poderão ser boas esposas e boas mães: “a ignorância é muitas vezes perigosa e criminosa” e sendo a mãe de família a primeira educadora, aquela “que à virtude reúna uma sólida ilustração, é duplamente respeitável”.⁸³ É necessário o domínio de uma cultura básica, de conhecimentos gerais, para que possam ensinar os seus filhos e levá-los a tomar gosto pelo estudo. As respostas de uma mãe ignorante às perguntas do filho levarão este mais tarde a escarnecer dela, como afirma D. Carlota A.P. num editorial.

⁷⁹ Editorial, D. Francisca Wood, nº 1, 1868.

⁸⁰ Algumas considerações às mães de família, D. Maria da C.H.P.G., nº 1, 1868.

⁸¹ Correspondência, Alexandre da Silva Torres, nº 49, 1868.

⁸² Educação Physica e Moral, W., nº 4, 1868.

⁸³ Editorial, D. Carlota A.P., nº 3, 1868.

A missão de educadora é constantemente reclamada: o cristianismo chama-a para o “altíssimo cargo de educadora, que desde o princípio lhe destinara o Creador”.⁸⁴ Exige-se: “Eduque-se a mulher para que ela depois saiba educar os seus filhos... Não basta dar-lhes a vida; é necessário que depois se lhes ensine como se vive!” Só assim a mulher completaria os três papéis: boa esposa, boa mãe e boa dona de casa.⁸⁵

O respeito generalizado pela mãe reflecte-se tanto na argumentação masculina como feminina. William Wood, ao rebater a oposição dos homens ao progresso feminino, relembra que nenhum homem pode deixar de sentir que uma mulher foi sua mãe, concitando assim a reverência para com o sexo feminino, enquanto Mariana Angélica de Andrade queixando-se da mesma situação, observa que as mulheres deram a vida ao homem para este se tornar depois “seu senhor e seu tirano”.⁸⁶

A missão da mulher é “ser a mãe do homem; ser a mãe dos seus filhos, sua companheira necessária e indispensável”⁸⁷. Mas “todos concordam que o progresso e o aperfeiçoamento da sociedade depende principalmente da educação das pessoas do sexo feminino, que quando mães de família transmitem aos filhos os bons princípios com que foram educadas”.⁸⁸

O próprio jornal confia na maternidade para assegurar o futuro e a perenidade da sua obra, pois as colaboradoras e leitoras de A Voz Feminina são todas jovens e vão educar de forma diferente as suas filhas “para serem a seu turno mães pensadoras”.⁸⁹

⁸⁴ Algumas reflexões concernentes á Voz Feminina, D. Leonor A.P.G., nº 2, 1868.

⁸⁵ Editorial, D. Mariana Angélica de Andrade, nº 41, 1868.

⁸⁶ Portuguesas Distintas, D. Mariana A. de Andrade, nº 29, 1868.

⁸⁷ Editorial, nº 18, 1868.

⁸⁸ Colegio das Ursulinas, Guia do Viajante em Coimbra, nº 29, 1868.

⁸⁹ Editorial, nº 33, 1868.

Existe a noção da missão transcendente das mulheres no lar doméstico, junto da sua família e na sociedade, onde se vai projectar não só por mérito próprio, como através de seus filhos e filhas. Hiperbolicamente se afirma: “A mulher que bem compreende a grandeza da sua missão na terra, tem em si, um tanto ou quanto de sobrenatural, que muito a aproxima da Divindade!”.⁹⁰

Um certo tom messiânico assegura às mulheres, e principalmente às mães, um poder futuro e universal “pois é na família que reside o germen dos futuros destinos da humanidade”.⁹¹ Uma ameaça paira sobre aqueles que querem travar o progresso das mulheres, atemorizados com uma “força assustadora para certa classe de homens que até agora não governado o mundo cristão com sofismas e aleivosias”.⁹² Em última análise atacar as mulheres, impedir o seu desenvolvimento é atacar a mãe, donde surge “a vida física”, e secar “a fonte da qual poderia dimanar a vida moral, e quem sabe se a completa redenção para os males que atribulam e desvirtuam a humanidade”.⁹³

⁹⁰ Editorial, D. Carlota A.P., nº 2, 1868.

⁹¹ Editorial, D. A.C. Isabel da Costa, nº 22, 1868.

⁹² Editorial, nº 33, 1868.

⁹³ Editorial, D. Guiomar Torrezão, nº 46, 1868.

AS PROFISSÕES POSSÍVEIS

A queixa...

.....
Trabalhar! isso fiz, mas doente
Sem alento, sem forças, parei;
"Tenho fome!" disseram meus filhos,
E o demónio tentou-me... roubei!...

Mariana A. de Andrade, nº 36, 1868.

A situação laboral das mulheres no séc. XIX estava dependente da divisão sexual do trabalho em tarefas masculinas e femininas, sendo dados adquiridos a fragilidade das mulheres que deviam ser remetidas para o lar e para as tarefas de esposas e mães e a obrigação masculina de assumir o trabalho e o sustento da família.

As mulheres das classes mais necessitadas tinham de trabalhar, como aliás sempre fizeram, por vezes duramente na agricultura ou no pequeno comércio e artesanato. Os serviços absorviam a maior parte da mão de obra feminina, principalmente nos meios urbanos: os trabalhos de agulha, o tratamento das roupas e principalmente o serviço doméstico.

O trabalho das mulheres era considerado um mal necessário tanto pelos patrões como pelos próprios trabalhadores, estando a actividade laboral feminina sempre em falta relativamente ao que deveria ser a sua única ocupação: os cuidados para com a família e as obrigações para com o lar.

As mulheres das classes mais abastadas, sem o alibi da necessidade, viam ainda longínquas as possibilidades de uma carreira profissional intimamente relacionada com os progressos conseguidos na educação do sexo feminino. Na década de 60, estava-se de acordo tanto quanto aos conteúdos programáticos, como quanto à separação dos sexos. Estava vedado às raparigas o estudo da filosofia e das ciências “duras”, assim como a ginástica, e era permitido o estudo da literatura, línguas vivas, desenho e trabalhos de agulha.

Esta orientação é visível em A Voz Feminina, onde Mariana Angélica de Andrade concordava em que as mulheres cultivassem a literatura e admirassem os grandes sábios, enquanto Guiomar Torrezão pensava que o estudo das Ciências, da História e da Filosofia devia estar ao seu alcance. A primeira tendência aceitava o primado dos direitos da família e da sociedade sobre a educação feminina, que devia servir os interesses do marido e dos filhos. Uma mulher educada prendia o esposo

ao lar e podia utilizar os seus conhecimentos na educação dos filhos e ainda brilhar na sociedade. A carreira profissional não era admissível nem desejada. A segunda tendência, reclamando o direito a todo o tipo de estudos, visava o posterior aproveitamento profissional e a valorização das mulheres por si próprias, não necessitando de invocar o papel de esposas e de mães para justificarem a sua existência e os seus direitos à educação e ao trabalho.

No ano de 1868, estavam na ordem do dia, no estrangeiro, as conquistas académicas e profissionais das mulheres, que serviam de estímulo e incentivo ao pequeno grupo feminista de A Voz Feminina. Assim, são frequentes as referências a essas conquistas: na Universidade da Sorbonne organizaram-se “diferentes cursos de instrução para senhoras, os quais, segundo os jornais parisienses, têm tido muito bom êxito. Perto de trezentas senhoras, incluindo duas sobrinhas da imperatriz Eugénia, cursam actualmente naquela Universidade, a qual é também concorrida por meninas que desejam aperfeiçoar a sua educação e por jovens que desejam seguir a profissão de instrutoras.”⁹⁴

Em Inglaterra “a emancipação não é uma palavra sem eco, uma banalidade que se tolera” e em 1851, as mulheres, em número de 70.000, constituíam a maioria do corpo docente.

O curso superior que mais resistência encontrava, devido aos preconceitos da época, era o curso de Medicina. A Voz Feminina tem nas suas páginas várias referências a mulheres que conseguiram vencer esta oposição: “Uma senhora russiana de 24 anos de idade acaba de receber o grau de doutor em Medicina na Universidade de Zurich.”⁹⁵

O meio médico, exclusivamente masculino, tendo subtraído às mãos femininas os poderes sobre o corpo, cerrava fileiras aos primeiros assaltos das mulheres na conquista de uma profissão que já fora sua: “Há

⁹⁴ Variedades, nº 6, 1868.

⁹⁵ Variedades, nº 6, 1868.

peçoas a quem não apraz a ideia de que as senhoras se devotem à profissão de medicina, especialmente aqueles que pouco motivo dão para se esperar muito da sua habilidade. Felizmente vivemos num tempo em que só se pode opor ao progresso, palavras mais ou menos absurdas.”⁹⁶

É nas notícias da última página, sob a designação de “Variedades”, que o jornal, entre assuntos vários, vai noticiando os triunfos femininos: “Quatro senhoras inglesas estão-se educando nas escolas médicas de Paris para tomarem os seus graus de M.D. e uma, miss Garrett, já passou honrosamente cinco exames.”⁹⁷

O medo das mulheres sábias, do excesso de conhecimentos livrescos que afastem as mulheres dos papéis tradicionais, vai cedendo à obstinação das estudantes, determinadas que estavam na conquista do mundo do trabalho em todas as suas vertentes.

“Na lista das senhoras que foram aprovadas nos exames da Universidade de Londres este ano, seis foram mais do que aprovadas, tiveram honras... No dia 5 de Julho próximo, começa outro exame de senhoras em toda a Inglaterra. A Universidade de Cambridge nomeia síndicos para irem examinar em todas as localidades onde hajam pelo menos 25 candidatos... e deve haver uma comissão de senhoras para assistir aos exames e uma deve desempenhar o ofício de secretária. Daremos o resultado destes exames... e daremos também o programa dos estudos, os quais hão de surpreender as nossas leitoras”. A mesma notícia continuava a divulgar os sucessos académicos das mulheres: “Miss Alice Manly que no ano último ganhou na Escola de Artes de Londres a medalha de ouro, foi este ano admitida como estudante da Academia Real. Miss Sarah MacGregor ganhou a medalha da rainha na Escola das Artes por desenhos para rendas e para decorações de

⁹⁶ Variedades, nº 63, 1869.

⁹⁷ Variedades, nº 69, 1869.

igreja”.⁹⁸ Também em Inglaterra, um grupo de senhoras e alguns cavalheiros iam fundar uma universidade para o sexo feminino, entre Londres e Cambridge. Uma doação de mil libras de uma senhora seria destinada à construção do edifício para 100 estudantes com um programa de estudos semelhante aos já existentes. Os professores eram de ambos os sexos, mas sendo femininas as autoridades universitárias.

Sucedem-se as referências às aptidões profissionais do sexo feminino, que provavam a validade das suas pretensões e pretendiam encorajar as leitoras a seguir idêntico percurso ou pelo menos a não deixar extinguir a chama da ambição: uma mulher pintora vendeu um quadro em Londres, uma enfermeira foi homenageada pelo rei da Prússia, em Nova York triunfou uma mulher jornalista.

Referindo-se o resultado dos exames a crianças dos dois sexos, em Inglaterra, sobre as mesmas matérias, em 1866, comprovou-se a igualdade intelectual dos sexos, tendo as meninas um desempenho igual e até superior aos rapazes. O examinador de matemática em toda a Inglaterra considerou que “os meninos pareciam não discriminar o ponto vital de uma prova, enquanto que às meninas jamais escapava um”.⁹⁹ Também verificou uma maior docilidade e disciplina nas raparigas, não necessitando de ser vigiadas, enquanto os rapazes copiavam e transgrediam todas as regras.

No contexto nacional, o exame das ofertas de emprego nas colunas de A Voz Feminina evidencia a existência de professoras, mestras ou preceptoras portuguesas ou estrangeiras, externas ou internas, que ofereciam os seus serviços e de colégios que anunciavam a sua presença. As matérias leccionadas eram a língua inglesa e francesa, o canto, bordados, caligrafia, geografia e música.

⁹⁸ O sexo feminino, nº 76, 1869.

⁹⁹ Educação física e moral, nº 6, 1868.

O ensino em casa merecia o aplauso geral, pois enquadrava-se na “educação materna” exercida pela mãe ou sob sua vigilância. Era preferido pelas famílias de elevado estatuto social que, à maneira inglesa, podiam contratar uma preceptora interna, que controlava a aquisição de conhecimentos e de boas maneiras. Eis uma oferta: “Uma senhora portuguesa que fala francês e canta perfeitamente, bem relacionada e de educação delicada, quisera entrar numa família como preceptora”.

Um único anúncio revela a existência de uma professora, talvez vocacionada para o ensino de adultos e que ensinava em sua casa: “D. Josefina Costa acha-se habilitada para dar lições de instrução primária e elementos de francês a quem precisar do seu préstimo.”

O ensino doméstico ou em colégios em regime de externato permitia o controle da educação pela família, furtando-se à excessiva influência religiosa do internato. Num colégio de meninas necessitava-se de “uma assistente portuguesa, que possa ensinar bordados e canto”, enquanto A Voz Feminina recomenda o Colégio de meninas na Rua de S. Bento “como em tudo digno do patrocínio público”.

Do Guia do Viajante em Coimbra transcreveu o jornal apreciações sobre o Colégio das Ursulinas: “instituição digna dos mais subidos elogios pela aprimorada educação que ali se ministra a meninas, pela qual não só se tornam doces e amáveis no trato doméstico, mas também distintos ornamentos da sociedade”. O êxito deste colégio é um exemplo das contradições do século, que se confrontava com alguma incoerência na atitude perante a Igreja católica. O anticlericalismo liberal, a proibição das ordens religiosas, a independência face ao poder espiritual, cediam perante o aproveitamento da acção disciplinadora da Igreja. Assim, a religião não servia para os homens, que se reservavam o direito à liberdade de pensamento e sentido crítico, mas servia perfeitamente para as mulheres, desde que as mantivesse acomodadas aos papéis que lhes tinham sido destinados. Mas este aproveitamento ideológico era também

comum à Igreja, que utilizava as mulheres como missionárias para converter a família e a sociedade num período de descrença. Força sempre actuante e organizada, a Igreja serviria ainda para colmatar as falhas e desorganizações liberais no que dizia respeito à educação feminina das classes elevadas e à educação e assistência das “meninas pobres”. Assim se explica talvez que a liberal D. Maria II se tenha proclamado protectora oficial do Colégio das Ursulinas em 1852, reflexo da concordata com a Santa Sé em 1848.¹⁰⁰

O projecto pedagógico deste colégio obedecia à necessidade de instrução feminina sentida pela sociedade da época e era destinado apenas a um bom desempenho doméstico e social sem consequências laborais. As áreas educativas privilegiavam uma secção literária com o ensino da língua materna e outras línguas, geografia e história e não abordando as ciências exactas. A secção artística contemplava labores e trabalhos manuais e ainda o ensino da música. Além da aprendizagem intelectual havia uma componente ligada à vida prática com noções de economia doméstica e higiene.

A educação religiosa tinha como modelo a vida monástica, procurava furtar as educandas a contactos familiares frequentes e ao convívio com crianças de classe social inferior. Insistia-se em inculcar noções de ordem, limpeza, modéstia e submissão, moldando o carácter das jovens alunas. O dever de caridade era incentivado e constituía uma das obrigações das mulheres das classes elevadas que exerciam uma função mediadora entre os diferentes estratos sociais.

O ensino religioso feminino “aliava à aquisição de conhecimentos e a uma sólida formação moral e religiosa, a aprendizagem das boas maneiras e das regras da civilidade”, mas “este ensino elitista e selectivo” transmitia os estereótipos habituais e “preparava as jovens para o

¹⁰⁰ Vaquinhas, Irene Maria, O Real Colégio Ursulino das Chagas de Coimbra. Notas para a sua história. Separata da Revista Portuguesa de História, T. XXXI, Vol. II (1996).

conformismo, para os papéis tradicionais de mãe, esposa e dona de casa”.¹⁰¹

Uma classe profissional muito presente na secção de anúncios do periódico que temos vindo a analisar é a ligada à confecção de roupas. As modistas eram muito importantes no panorama elegante da capital, principalmente as francesas, como M.^{me} Derville que se fez anunciar diversas vezes na sua língua: “Madame Derville, modiste française a l’honneur d’informer les dames qui l’honorent avec leur clientèle qu’elle peut offrir à leur choix une grande variété d’etoffes et objets de parure du dernier gout. S’adresser Largo do Loreto, nº 4.”. Esta categoria profissional mantinha uma situação por vezes privilegiada devido às suas relações sociais e à ditadura da moda que lhes outorgava um estatuto de excepção. O primeiro número de A Voz Feminina dirigiu-se-lhes incitando-as a unirem-se numa associação.

Como seria de esperar de um jornal progressista e liberal, não foram ignoradas as classes de mais baixo estatuto socio-profissional, como as tipógrafas e as lavradoras. As primeiras foram bem sucedidas na Suécia, onde Fraulein Hallin publicava um jornal em que era redactora, compositora e directora da tipografia. Neste país existiam, em 1869, três tipografias conduzidas inteiramente por mulheres. Em 1869, The Printer’s Register de Londres mencionava a tipografia Vitória, que há oito anos dava trabalho a mulheres tipógrafas, ampliando assim as possibilidades de emprego feminino na indústria.

Quanto às mulheres lavradoras, Francisca Wood dedicou-lhes um artigo, bem fundamentado, em que anuncia que vai falar não das senhoras mas das mulheres inglesas. Em 1861, em Inglaterra e Gales era 1.447.352 o número de mulheres que ganhavam a subsistência por meio

¹⁰¹ Vaquinhas, Irene Maria, Alguns aspectos da vida quotidiana num colégio feminino do séc. XIX: o caso do Real Colégio Ursulino das Chagas de Coimbra (1874 - 1880). Separata da Revista Gestão e Desenvolvimento, 5-6 (1996-1997).

de trabalho manual, não contando com relojoeiras, compositoras, oficiais de telégrafo, parteiras, caixeiras, mestras, etc. A estatística que apresentou abrangia unicamente:

Encadernadoras.....	5.364
Fabricantes de renda.....	45.107
Lavadeiras.....	166.442
Sapateiras.....	39.348
Criadas.....	976.931
Agricultoras.....	43.964
Enfermeiras em hospitais e asilos de alienados.....	27.618
Costureiras (não modistas).....	76.015
Fabricantes de seda.....	66.563

Os três primeiros lugares não deveriam diferir muito do que se passava em Portugal e eram ocupados respectivamente por criadas, lavadeiras e costureiras.

No artigo de Francisca Wood, esta estimava as mulheres agricultoras, como as mais robustas, saudáveis e com maior longevidade. Competiam com os homens em força física e no desempenho de qualquer trabalho agrícola. A maioria era solteira e abandonava os campos quando casava, salvo por incapacidade do marido, a qual era por vezes causada pelo alcoolismo. O governo, preocupado com o trabalho feminino, apurou que não era nocivo às mulheres. Concluindo: o trabalho agrícola não degradava as mulheres que eram sensatas, boas mães e donas de casa.¹⁰²

Observando a secção de anúncios, verificamos que a visibilidade do trabalho feminino se centrava nas profissões que lidavam directamente com as damas e que tinham disponibilidade financeira para se poderem

¹⁰² Mulheres Lavradoras, Francisca Wood, n° 73, 1869.

anunciar, tais como professoras e modistas. A invisibilidade cobre as profissões indispensáveis às famílias, como lavadeiras e costureiras, excepto as empregadas domésticas que são procuradas por anúncio, mas não dispõem de meios para publicitar a sua actividade.

O serviço doméstico na maior parte dos países ocidentais em curso de industrialização ultrapassava os têxteis como sector empregador das mulheres. "Em Inglaterra, a primeira nação industrial, 40% das mulheres trabalhadoras, em 1851, eram criadas, enquanto apenas 22% eram operárias têxteis; em França, os números comparáveis de 1866 eram de 22% no serviço doméstico e 10% nos têxteis."¹⁰³

Em Portugal, país pouco industrializado, as empregadas domésticas, nos meios urbanos, deviam constituir a maioria das assalariadas. A presença desta categoria profissional está presente na secção de procura dos anúncios do jornal e também num artigo muito interessante de um colaborador, Abreu Marques. Num tom ora irónico, ora sério, o editorialista traça uma saborosa aguarela da Lisboa do séc. XIX e do clássico par formado pela criada e pelo soldado. Inicia e termina o artigo da mesma forma, contrapondo a impossibilidade de coexistência entre a paz pública assegurada pelo soldado e a paz doméstica comprometida pela criada.

As situações são ridicularizadas com ironia queiroziana: ter criada "é ter uns pés e mãos cuja cabeça está sempre no quartel imediato: é ter uma casa sitiada ... ou estar servido ao gosto ... do primeiro cabo de esquadra que passa pela rua. É a rebelião armada que se introduz em nossa casa sob a forma de uma criada... É ter tudo tarde, caro e mau." Mas um olhar sério não tardava a reavaliar a situação e concluir pela injustiça que vitimava a criada. Os rapazes estavam em situação transitória e voltavam para as suas famílias. As raparigas estavam numa

¹⁰³ A mulher trabalhadora, Joan W. Scott in Geneviève Fraisse e Michelle Perrot (sob a direcção de) História das Mulheres, vol. 4: O séc. XIX, Porto, Edições Afrontamento, 1994, p. 448.

situação permanente e jamais regressariam ao lar de onde as expulsara a necessidade. Essas “pobres mulheres ... sem mais património do que a beleza das suas feições, sem mais companhia do que a sua ignorância e a sua inocência ... quando voltam? Nunca! No mundo encontram-se estes dois seres: eles voltam, elas ficam.”¹⁰⁴

A dramática problemática das serviçais, tão magistralmente abordada em O Primo Basílio, também neste artigo apontava para a injusta desigualdade destas mulheres condenadas à solidão, ao celibato, à pobreza, quando não à sedução, abandono e prostituição.

A redactora de A Voz Feminina lamentava a exiguidade de oportunidades da mulher trabalhadora “pois actualmente na Europa, a mulher que quer ganhar a sua vida honestamente, ou há de ser servente, ou costureira ou mestra enquanto a ilimitada concorrência faz que os ganhos sejam quasi ilusórios”. Francisca Wood esperava que o progresso permitisse às mulheres o exercício de novas profissões, como médicas, cirurgiãs, farmacêuticas, artistas, músicas ou mecânicas e lhes abrisse o livre acesso às Universidades. Em 1869, estabelecia-se em França o prémio D’Arbés - Dufour no valor de 1200 fr. a atribuir ao melhor tratado sobre iniciativas mundiais no campo da educação, instrução, salários e saídas industriais das mulheres.

As mulheres mais conscientes da época tinham nítida consciência da inferioridade em que se encontravam e de que era necessário lutar pelos seus direitos. Guiomar Torrezão, uma das mais ousadas feministas portuguesas, publicou, em A Voz Feminina, uma carta, seguida de um discurso de M.^{me} Marie Goegg, Presidente da Associação Internacional das Mulheres. Assistindo em Genève ao Congresso da Paz, esta senhora suíça apercebeu-se “da imensa vantagem que os homens dele tiravam, adquirindo conhecimentos sólidos e preciosos entre os representantes de

¹⁰⁴ Coisas Sérias, Editorial, Abreu Marques, nº 64, 1869.

todos os países.” Daí lhe veio a ideia de formar, em 1868, uma Associação de Mulheres “com o fim de criar de país para país e de cidade para cidade, entre a totalidade das mulheres, um laço que lhes permita o mutuo apoio e as ajude a trabalhar em comum” tendo em vista a emancipação feminina.

Nesta carta é ainda anunciada a futura criação em Genève, de “uma escola clássica para meninas”, uma escola preparatória para o ingresso nas Universidades, que em breve teriam de se abrir às mulheres. A esta carta, segue-se a publicação do discurso, a todos os títulos notável, que Marie Goegg pronunciou no segundo Congresso da Paz em Berne, a 26 de Setembro de 1868. A presidente da Associação Internacional das Mulheres começou por denunciar “a posição em que as leis e o uso têm colocado as mulheres”, o que teve por consequência a apatia, a indiferença ou a puerilidade devido “à exclusão de todo o pensamento activo”. Assim, teriam de ser abolidas todas as leis que submetiam as mulheres aos homens e reabilitá-las como seres responsáveis. As mulheres não tinham direitos ao trabalho e o pequeno número de profissões disponíveis não satisfaziam as mulheres de classes elevadas e proporcionavam às das classes baixas tão reduzidos salários que daí advinha a imoralidade.

Assim, pedia-se a igualdade no trabalho e na instrução e finalmente a igualdade completa perante a lei. Num discurso argumentativo e demonstrativo, Marie Goegg afirmava que não se podia exigir mulheres instruídas e depois conservá-las presas como nos tempos em que imperava a ignorância; também seria ilógico tyrannizar as mulheres e pretender lutar contra outras tyrannias. Os homens da Revolução francesa foram criados por mulheres inspiradas em Rousseau, mas pagaram com ingratição a suas mães e esposas reclamando só para si a liberdade e “quando proclamaram os direitos imprescritíveis do homem,

não mencionaram os não menos imprescritíveis da mulher". Marie Goegg não admitia mais atrasos: "Nada de reticências no que respeita à mulher".

O Congresso acabou reconhecendo "que todos os direitos humanos, económicos, civis, sociais e políticos pertencem à mulher"¹⁰⁵ e iria estudar os meios mais apropriados para que se tornassem realidade.

¹⁰⁵ "Senhoras Suissas", Editorial, Guiomar Torrezão, nº 55, 1869.

O LAZER DE UMA ELITE

O baile

Que luxo nas salas!
Que brilho e de galas
Eu vejo ostentar!

.....
Na sala de dança
Que vida! Não cansa
- Nem deve cansar -
Na valsa enlouquecem,
Voando parecem
Às nuvens chegar!

.....
Mariana Angélica de Andrade, nº 16, 1868.

As páginas de A Voz Feminina dão-nos uma informação muito completa sobre as actividades de ocupação de tempos livres. Várias crónicas e descrições de viagens são dedicadas a este tema. Os momentos de lazer eram passados em estadias reconfortantes na frescura verdejante de Sintra ou do Buçaco, no termalismo ingénuo do Luso ou das Caldas, nos piqueniques e nos passeios a pé, em caleche descoberta ou de barco.

A moda do veraneio instalara-se desde Belém, Pedrouços, Algés, Dafundo, Caxias, até Oeiras, Estoril e Cascais. As classes sociais mediam o seu prestígio e poder económico na razão directa da distância de Lisboa a Cascais. A pequena e a média burguesia ousavam apenas localizações estivais próximas e só a alta burguesia e a nobreza migravam para o Estoril e para Cascais, esta elevada a vila de Corte pela preferência do rei D. Luís, que elegera a Cidadela como residência de verão.

D. Francisca Wood informava: "Lisboa tem vazado metade da sua população em todas as localidades, que no inverno são positivamente ermos, mas que agora estão transbordando com elegantes de ambos os sexos, ou com aqueles que querem aparentar sê-lo *coute qui coute*. Desde a Junqueira até Sintra, se quiséssemos hoje alugar uma casa... por certo se não conseguiria. 150 pessoas jantaram no domingo passado no Hotel Lisbonense em Cascais e 60 no Transmontano, não falando nas casas particulares onde nas ocasiões de enchente, há mesas para o público. Enquanto a Sintra, essa não sei como ainda tem lugar para as suas milagrosas constelações de granito. Luso e Buçaco têm a descortesia de porem à porta os hóspedes que chegam tarde e o mesmo sucede com várias outras das localidades que guarnecem as margens do Atlântico."¹⁰⁶

¹⁰⁶ Sorrisos à Beira-Mar, Francisca Wood, nº 36, 1868.

Um turismo incipiente, à maneira de As Viagens na minha terra, também se encontra documentado neste jornal em impressões de viagem como “De Leiria a Coimbra”, “De Lisboa a Alcobaça”, “De Coimbra à Figueira”, “De Coimbra ao Buçaco”, “Alcobaça”, “Uma viagem em miniatura”, “De Alcácer a Setúbal” e “Uma Visita a Grândola”.

Lília Torres, uma jovem colaboradora de 18 anos, assina “De Lisboa a Alcobaça”, “De Coimbra à Figueira” e “De Coimbra ao Buçaco”. Refere-se aos transportes utilizados e ao tempo gasto nas deslocações, pormenores que nos fazem considerar a contínua evolução técnica até hoje registada. Na viagem de Lisboa a Alcobaça, só foi possível fazer em caminho de ferro o trajecto até ao Carregado, pois era bem recente a inauguração deste meio de transporte, que merecia sempre honras descritivas devido à sua modernidade. A viagem seria continuada em trem, durante três dias, até Coimbra. Digna de menção é a forma de viajar de Coimbra à Figueira: foram fretados dois botes, que deslizavam pelo Mondego, não se esquecendo Lília Torres de descrever a paisagem e de constatar: “Não íamos sós, outros botes seguiam o mesmo rumo”.

Caiu a noite, iluminaram-se os barcos, “Não podemos resistir à vontade de desembarcar e de nos sentarmos sobre a areia. Para melhor passar o tempo, alguns cavalheiros preludiam nas violas várias canções, entretendo agradavelmente a pequena sociedade. Aproximando-se a hora de tomar chá, entramos para um batel, que estava metamorfoseado em casa de jantar e aí se estabeleceu um animado cavaco, que o génio fértil de alguns cavalheiros teceram de graciosos epigramas.

Depois do chá, despedimo-nos dos nossos companheiros de viagem, e recolhemo-nos ao nosso barco, onde as camas já estavam feitas. Suavemente embaladas pela corrente adormecemos...”¹⁰⁷

¹⁰⁷ De Coimbra à Figueira, Lília Torres, nº 20, 1868.

Às nove da manhã chegavam à Figueira, seguindo-se a descrição da vila, muito frequentada na época balnear até por famílias lisboetas. Um Club acolhia essas pessoas e havia bazar para fins caritativos. Aí a jovem viajante pode ouvir recitar a poetisa Amélia Janny, que já conhecia das páginas de A Voz Feminina.

Emília A.M. da Maia assinou "Alcobaça", que viu de forma diferente da jovem Lília Torres. Enquanto esta se comovia com os amores de Pedro e Inês, Emília Maia constatava o estado de desleixo e abandono a que fora votado o mosteiro: "altares desnudados, as imagens deterioradas, os ricos painéis consumidos", havendo necessidade de conservar fechada a capela para evitar maior destruição. Quanto à cozinha "com as suas grandes pias feitas de mármore, que servem hoje em dia (creio eu) para depósito de cal!", ostentava o mesmo aspecto abandonado. O refeitório tinha sido transformado num teatro; "saimos dali lamentando o desprezo a que foi condenado aquele histórico e majestoso edifício, tão venerado dos antigos monarcas portugueses."¹⁰⁸

"Uma viagem em miniatura", "De Alcácer a Setúbal" e "Uma visita a Grândola", devem-se ao colaborador Francisco A. de Matos, que utilizava uma construção à maneira de Garrett, introduzindo personagens que contavam a sua história e dialogavam com o narrador.

As viagens eram simultaneamente actividades não só de lazer, mas também culturais, pois se educava o sentido estético pela observação da paisagem, se investigava a história das localidades e seus monumentos e se desenvolvia a aptidão literária através da descrição dessas viagens. Também existe uma referência às viagens ao estrangeiro, acessíveis às senhoras colaboradoras ou leitoras deste jornal: "É de absoluta necessidade estudar, para obtermos alguns conhecimentos; porque se emprendermos uma viagem pelas principais

¹⁰⁸ Alcobaça, Emília A.M. da Maia, nº 31, 1868.

idades da Europa, onde se encontram tantas maravilhas da arte, tantos monumentos grandiosos, ricos e curiosos museus, deslumbrantes exposições: não tendo nós alguns estudos, olhamos para tudo e não vemos nada, porque em verdade não saberemos ver, e regressaremos à nossa pátria tão adiantadas como quando partimos.”¹⁰⁹

O lazer urbano, mais crispado, porque mais comprometido com o desempenho social, desdobrava-se ao longo da *saison* citadina, em concertos, ópera, opereta, representações teatrais em espaços públicos ou saraus, bailes, banquetes e desempenhos musicais amadores em espaços privados.

Os bailes de máscaras públicos mereceram do jornal o seguinte comentário: “É indecoroso para as senhoras honestas, apresentarem-se num baile de máscaras público, que parece só serem instituídos para divertirem aquelas, cuja infelicidade lhes veda aparecerem nas reuniões decentes!” As actividades de lazer só podiam ser aceites desde que obedecendo a estritas normas de honestidade, decência e decoro.

Guiomar Torrezão descreve-nos uma estadia em Setúbal, onde conviveu com as pessoas ilustres da cidade: “No dia 20 fomos a bordo do brigue galgo, fundeado em frente do Castelo de S. Filipe. É lindo, um passeio no Sado... tendo ao lado amigos sinceros e dedicados. No brigue fomos recebidos bizarramente pelo capitão, o Sr. Manuel Avelar, que nos ofereceu um saboroso *lunch*, findo o qual e depois de alguma palestra, regressamos a terra. Aqui tive a satisfação de ser visitada pelos nossos comuns amigos e distintos colaboradores deste jornal, a Ex.^{ma} Sr.^a D. Mariana A. de Andrade e o Sr. Francisco A. de Matos; e não esquecerei nunca a agradável impressão que destes dois conhecimentos me resultou”.

¹⁰⁹ Correspondência, Maria Adelaide Fernandes Prata, nº 5, 1868.

Sucederam-se as recepções em casa dos notáveis de Setúbal: “Esperava deparar com uma reunião provinciana, e encontrei uma soirée aristocrática e composta da mais escolhida sociedade... notando-se muitos rostos simpáticos e toilettes graciosas. Às três da madrugada começou o *cotillon* que durou até manhã; dançando-se, sempre com a maior animação”. Guiomar Torrezão nomeava as personalidades que conheceu nos saraus a que assistiu e assinalava como decorriam: “A soirée esteve animadíssima, recitando-se, cantando-se e dançando-se até às 2 horas da madrugada, e eu saí daquele festival e ameno recinto trazendo as mais agradáveis reminiscências”. Não deixava de comunicar à “querida redactora” que A Voz Feminina “tem aqui bastantes leitores e não poucas simpatias, e que talvez a ela devo muitos olhares de curiosidade e bastantes expressões animadoras.”¹¹⁰

Continua o testemunho da jornalista, também ela melómana como a maioria da sociedade do seu tempo: “O bom gosto das toilettes rivalizava com o finíssimo espírito daqueles que as ostentavam. Tive o gosto de ouvir cantar, acompanhando-se ao piano, Madame Custance...” e em outra ocasião: “Conservo agradável reminiscência da soirée... agradavelmente começada com um duo para harmoniflute e piano, da ópera *Lucia de Lamermoor*, tocado este pelo Sr. Junqueiro, aquele pelo Sr. Nascimento.”

A estadia setubalense de Guiomar Torrezão revelou-se assim abundante em contactos sociais, passeios pelo Sado, apreciações paisagísticas, actividades culturais e degustações gastronómicas: “Projecta-se agora um piquenique de 80 pessoas, almoçando-se na poética lapa de St^a Margarida, jantando-se na Torre do Outão e passando-se a noite na Academia Terpsicore.”¹¹¹

¹¹⁰ Setúbal na Actualidade, Guiomar Torrezão, nº 36, 1868.

¹¹¹ Setúbal na Actualidade, Guiomar Torrezão, nº 37, 1868.

A tourada também esteve presente nas actividades de lazer registadas em Setúbal e Cascais, desculpando-se este cruel espectáculo com os fins de assistência a que se destinava, revertendo a receita a favor da infância desvalida.

Sofia Nesbitt Cunha era a colaboradora que assinava as crónicas de Cascais e assinalava a extraordinária concorrência de visitantes: "Se a minha amiga visitasse esta vila na actualidade não a conhecia. Ninguém poderia crer que chegasse a ser tão frequentada. Vieram 60 trens no domingo, fora os chars-à-bancs e omnibus... As ruas dos Hotéis estavam cheias de carruagens, quasi que nem se podia passar... Sempre chegou a vir o vapor novo do Burnay, o Lusitano. Trouxe pouca gente. Estavam para vir outros dois vapores, mas não vieram, porque correu o boato em Lisboa, que o mar estava mau na baía de Cascais. Enganaram-se! O mar estava muito manso. Dizem que 200 pessoas saíram do Lusitano, depois que ouviram este boato. Domingo, se fizer bom tempo, temos a regata. Naturalmente há de vir muitíssima gente."

Sofia Nesbitt, a banhos em Cascais, continuava informando a redactora dos acontecimentos marcantes na pequena vila de pescadores, transformada em local de vilegiatura da alta sociedade e de visita obrigatória para os elegantes da capital: "Cá tivemos a nossa tourada no dia 20 do passado, e foi tourada de fidalgos. Fizeram uma boa praça, onde concorreu muitíssima gente; mais de 800 pessoas. Os três cavaleiros eram Frederico Ferreira Pinto, Avelez e Marquês de Castelo-Melhor. Escolheram para local da praça uma baixa na encosta de um monte. Sobre este monte estavam umas três mil pessoas, muitas de Cascais, mas a maior parte saloias. Faça ideia qual seria o golpe de vista para os que estavam na baixa, quando levantavam os olhos para o monte

apinhado de gente; os saloios com os seus grandes chapéus e varapaus, e as saloias trajando saias encarnadas!”¹¹²

Multiplicavam-se as iniciativas de lazer para manter ocupada e divertida uma pequena multidão privilegiada, onde avultavam nomes grados da aristocracia da época: duques de Palmela, marqueses de Castelo-Melhor, Cantagalo, Belas, Alvito, Condes de Ficalho, Galveias, Atalaia e Redondo, Viscondes da Atouguia: “Tem chovido aqui quase todos os dias; mas nem por isso tem a gente deixado de se divertir. Há agora nesta vila, teatro, bailes, e até mesmo toiradas de um género novo em que todos se divertem sem ninguém sofrer, nem mesmo os toiros”. Estes eram substituídos por pessoas ilustres, como D. Luís Alvito ou o Visconde da Atouguia, que se prestavam a ser toureados por crianças de famílias nobres e titulares: “Estavam estes valentinhos luzidamente vestidos *en caractère*, e toireavam com gentileza e grande denodo; enquanto os toiros, medonhamente ferozes, desempenhavam *leur rôle à merveille*.”

O produto do espectáculo destinava-se a vestir 26 crianças pobres. O dia em que foi distribuído o vestuário foi pretexto para novos divertimentos: “À noite houve uma representação a que assistiram 306 pessoas e onde foram actores e actrizes a maior parte da nobreza que se acha aqui... Foi grande o aplauso como é de ver, e os ramos de flores choviam de todos os lados do teatro. Muitos dos concorrentes à representação das fidalgas vieram de Paço d’Arcos, Estoril, Dafundo e Sintra. Durou a diversão até passado meia noite.”¹¹³

Esta representação despertou em Sofia Nesbitt a saudosa recordação do teatro que ela própria e outras senhoras tinham feito na casa de S. Domingos à Lapa, sendo Francisca Wood a anfitriã.

¹¹² Cascais na Actualidade, Sofia Nesbitt Cunha, nº 38, 1868.

¹¹³ Sorrisos à Beira-Mar, Sofia Nesbitt Cunha, nº 41, 1868.

Emília A.M. da Maia escreveu das Caldas e depois de fazer o historial da vila, descreveu as suas características, recursos e o calendário das termas, ainda hoje respeitado na maioria dos estabelecimentos termais: de 15 de Maio a fim de Outubro. Em 1868, dispunha a vila das Caldas da Raíña de dois belos espaços verdes: a mata e o passeio da Copa e ainda “dois templos que nada têm de admiráveis, um club com uma sala de baile, menos má, e uma livraria sofrível.”

Os caldenses eram agradáveis e a terra farta, com uma feira concorrida aos domingos. Muitas famílias, principalmente de Lisboa, acorriam para os tratamentos termais. “Enfim um mês passado nas Caldas seria muito agradável, se o luxo não viesse profanar a linda simplicidade do campo, mas infelizmente o luxo está aqui em tanto ou mais apuro que em Lisboa!”¹¹⁴

Em Maio, Mariana Angélica de Andrade aborrecia-se em Setúbal: “...estes últimos meses têm decorrido com a habitual monotonia dos invernos setubalenses. O dia de hoje é igual ao de ontem, e há toda a probabilidade que o de amanhã seja igual ao de hoje!”. Dos três teatros, dois eram privados (*Amor teatral* e *Sociedade Tália*) e um público, o *Bocage*, que estava desactivado. A representação dos actores era sofrível no primeiro teatro e só no segundo se representava bem. Os bons actores, como Taborda, não abandonavam Lisboa. Mariana e mais algumas pessoas, “para fugir a esta insipidez e apatia”, resolveram fazer uma viagem a Alcácer do Sal. Mariana A. de Andrade constata o desenvolvimento inesperado da vila e descreve o seu aspecto. Foi muito bem recebida, fez alguns passeios para conhecer a região e não deixou de constatar a existência de duas ou três assinaturas de A Voz Feminina.

¹¹⁴ Correspondência, Emília A.M. da Maia, nº 27, 1868.

Guiomar Torrezão fez uma reportagem sobre um passeio à aldeia de Unhos, onde é evidente o seu estilo vivo, espírito de observação e sentido de humor. Apelava à cumplicidade “da leitora” a quem mantinha ao corrente de todas as peripécias, sentimentos e pensamentos que lhe ocorriam durante a viagem.

Abandonou Lisboa “em dia de Corpus Christi”, quando toda a cidade se preparava para celebrar o feriado. Desculpando-se desta atitude insólita, assim como da vulgaridade do primeiro transporte, o omnibus para o Poço do Bispo, Guiomar Torrezão divertia-se a observar os três únicos companheiros e as respectivas leituras: o *Mário de Silva Gaio* e o *Diário Popular*. Incluindo ela própria, concluía que só “entes fora da lei comum, atacados de *spleen*” ousariam deixar a capital em semelhante dia. Chegada à estação dos caminhos de ferro do norte não deixou de dedicar algumas palavras de admiração à mais recente prova do progresso: “a locomotiva resvalava sobre os carris, novo Pégaso resfolegando e relinchando, altiva do seu poderio, e galgando o espaço com a celeridade fantástica do principal motor que a impelia”. Também três era o número dos novos companheiros de viagem, que Guiomar Torrezão retrata com agudeza e ironizando a incongruência das situações. Tratava-se de um casal nobre e de um amigo: “A condessa***, no mais elegante vestuário de amazona, cuja cor sombria fazia destacar admiravelmente a alvura das suas faces e o dourado dos cabelos, possuía em todos os ademanes e palavras esse não sei quê característico, exclusivo da *grande dame*, e cujo privilégio os próprios democratas têm de conceder-lhe. O conde era a perfeita antítese de sua esposa; um homúnculo enfrascado em água de colónia, e submergido na política, eterna sensaboria; mercado onde, na eloquente frase de Amélia Janny, se vendem e pisam os sentimentos mais nobres.” Perto da estação dos Olivais, resolveu o conde escrever um bilhete a um amigo, relembRANDO-lhe a caçada combinada e juntando um vintém no envelope

“arremessou-o para um valado, indo cair aos pés de um rapazinho que boquiaberto ouviu, como voz misteriosa... *rapaz, atira isso para dentro da quinta.*”

A condessa, sorrindo, comentou que o rapaz guardaria o dinheiro e inutilizaria o bilhete, fazendo a atenta observadora concluir: “Aqui fica demonstrado mais uma vez que a mulher excede o homem na lógica do raciocínio; e ao mesmo tempo inaugurada uma nova e engenhosa formula de correspondência, a... vapor!”.¹¹⁵

De Sacavém, Guiomar Torrezão seguiu para Unhos, onde a esperavam os donos da Quinta do Miradouro e o prior de Unhos, “sacerdote simples como o evangelho; bom sem ele próprio saber que o é; assemelhando-se na virtude ao reitor de Júlio Diniz, e ao pároco da aldeia de Alexandre Herculano na simplicidade chã e tranquilamente risonha de um bom pastor.” Jornalista empenhada, apressou-se a dar indicações sobre o historial de Unhos, que procedia de Afonso Henriques, e a localizar a aldeia, que sabia ser ignorada das leitoras. Ao mesmo tempo que descrevia a paisagem da região, observada ao poente, do cimo de um monte e na companhia dos anfitriões, aproveitava para localizar Unhos: “À esquerda avistava-se Loures, Frielas, Monte-mor. Ao norte... S. Julião do Tojal atestando com a espiral de fumo ... a indústria da sua excelente fábrica de papel.”

Estava-se a 12 de Junho, véspera do dia de Santo António eurgia colher alcachofras. Num diálogo imaginário com a leitora, Guiomar Torrezão era questionada sobre a maneira como passara o dia, iniciado com a missa, sob o olhar divertido dos camponeses, devido à diferença de vestuário. Depois surpreendeu-nos com um humor desconcertante, descrevendo o almoço ao ar livre, como a “degolação dos inocentes”, isto é, passarinhos “que eram decapitados, não com o cutelo mas à unha”.

¹¹⁵ Um passeio à aldeia d’Unhos, Guiomar Torrezão, nº 27, 1868.

Certa de provocar o horror da leitora, Guiomar Torrezão ironizava contrapondo o nome da aldeia (originado segundo a lenda por um combate “à unha” contra os mouros, por escassez de armas) e o modo como eram preparadas as aves. Quebrada a poesia bucólica, também o “regresso a Lisboa foi o mais prosaico deste mundo; até Sacavém em burros; depois nos wagons a regurgitarem de passageiros tauromáquicos e *touristes*.”¹¹⁶ Para trás ficavam as três recordações de Unhos: ginjas garrafais excelentes, água rival da melhor de Sintra e amizade dedicada.

Decorria o verão de 1868 e todos o procuravam aproveitar, esquecendo as cidades acaloradas e procurando a Natureza, um prazer tão peculiar do séc. XIX, contrapondo a simplicidade campestre à cansativa sofisticação citadina. Tanto a literatura como a pintura da época testemunham este verdadeiro prazer colectivo de comunhão com a natureza, contrastando com a rigidez e incomodidade do vestuário tanto masculino como feminino, mais adequado à formalidade urbana do que à informalidade rústica.

O impressionismo conseguiu transmitir a opulência cromática, o matizado gradual das sombras protectoras, o mosqueado das folhas sobre toalhas e veraneantes em quadros que reflectem as preferências da época: passeios em barcos a remos, o *dejeuner sur l'herbe*, os bailes e convívios ao ar livre.

A carta que Helena Possolo escreve a Guiomar Torrezão em 20 de Julho, descrevendo um piquenique na quinta da Azeda em Alcácer do Sal, constitui um testemunho precioso, um instantâneo pleno de vida, do que eram nessa época as actividades de lazer: “Partimos eram 7 horas da manhã num pequeno barco, e chegámos a Azedas eram 8 horas. Dizer-te os mil divertimentos que procurámos é impossível! Houveram jogos, danças, palavras enigmáticas escritas com uns quadradinhos arranjos

¹¹⁶ Um passeio à aldeia d’Unhos, Guiomar Torrezão, nº 29, 1868.

pelo Sr. M. e que sei eu! Estendemos chale-mantas no chão à sombra de um grande e viçoso laranjal, e sentados passámos ali a hora do calor. Às 4 horas jantou-se... os rapazes armaram com tábuas uma mesa, junto da qual corria constantemente a água; os ramos das árvores batiam ligeiramente sobre as nossas cabeças... Quando refrescou a tarde, fomos para um grande largo sombreado por nogueiras gigantes e aí passamos o resto do dia dançando.”¹¹⁷

O lazer citadino encontra-se abundantemente documentado no jornal. Em Lisboa, são mencionados pelo nº1 de A Voz Feminina o Teatro da Trindade, S. Carlos, Teatro da Rua dos Condes e Teatro do Príncipe Real. O primeiro levou à cena a comédia de grande êxito “A Família Benoiton” que logo mereceu a seguinte crítica: “achamos-lhe tanto de espirituosa como de prejudicial aos espíritos fracos”. Em S. Carlos ensaiava-se a ópera *Políuto*; no Teatro do Príncipe Real subiria provavelmente à cena a ópera cómica de Offenbach, *A Grã-Duquesa de Gerolstein* e no teatro da rua dos Condes iria debutar a actriz Maria José de Noronha no drama *Honra e Glória*. Também se noticiavam espectáculos no estrangeiro (Europa e Estados Unidos) e publicou-se uma resenha de óperas postas em cena em Paris “no decurso do último ano”. Uma carta procedente de Silves noticiava a existência de um único teatro onde actores amadores tinham representado duas peças. A actividade teatral de província ressentia-se do afastamento dos grandes centros, mas pequenas cidades e até vilas orgulhavam-se de possuir o seu teatro.

O teatro do Ginásio em Lisboa levou à cena a peça de Karl Busch “O inimigo das mulheres”, que desde logo chamou a atenção de A Voz Feminina. O título estava longe de corresponder à realidade e a crítica teatral aconselhou o autor a melhorar a peça no concernente à extensão

¹¹⁷ Pic-nic, Helena Possolo, nº 31, 1868.

dos diálogos e monólogos e à falta de lógica de algumas situações, antes de repor aquele "lindo drama".

Finalmente concretizou-se o sonho de representar em Lisboa Offenbach, o autor musical com mais aceitação nesta época. O Rei, que vira em Paris *A Grã-Duquesa de Gerolstein*, tomou a iniciativa de a fazer apresentar na capital. A Voz Feminina aprovou esta representação, plena de música e alegria, com bom desempenho ao nível dos actores nacionais que nada ficavam a dever aos parisienses. Pouco tempo depois, "O Barba Azul", do mesmo autor, é levado à cena no teatro da Trindade merecendo também uma crítica favorável do jornal.

O Teatro de D. Maria II exibiu com enorme êxito "A Morgadinha de Val Flor", de Pinheiro Chagas, que teve grande destaque da parte de Francisca Wood e Guiomar Torrezão, que lhe dedicaram extensos comentários. As referências musicais tinham também muita importância neste jornal: com a presença de Suas Majestades, o Rei D. Luís e D. Fernando e de Sua Alteza D. Augusto estreou-se em S. Carlos a ópera *Dom Giovanni*, que mereceu uma crítica musical de William Wood.

Foram assinalados como grandes *virtuosos* nacionais, o maestro Sá Nogueira e Artur Napoleão (antigo menino prodígio), internacionalmente conhecido. Ambos se exibiram em S. Carlos com agrado geral. Artur Napoleão exibiu-se ainda no salão da Trindade e era celebrado como grande executante.

O comportamento dos homens nos teatros, nomeadamente no teatro da Trindade e no S. Carlos, mereceu justas críticas. O esplendor destes recintos, em nada inferior aos da Europa, era prejudicado por uma conduta indigna de homens civilizados. Eram apontadas três graves faltas: a expectoração geral e incessante, assinalada no chão, capachos, cadeiras, plateia superior e inferior, corredores e átrios: "E isto não é só naquele teatro ou nos outros teatros domésticos, que acontece. Em S. Carlos, que se pode dizer o teatro da aristocracia, tanto titular como

burguesa, enfim da gente fina; concorrido pela corte; o teatro onde se exerce uma arte sublime; onde tudo tende a elevar e envolver o auditório, tenho visto, com horror, a mesma profanação!”

A segunda falta, não tão repugnante, mas muito incomodativa era a saída e entrada do teatro logo que o pano descia para os intervalos, causando grande perturbação aos que permaneciam sentados. A conduta do sexo fraco revelava-se mais forte pois resistia à “necessidade” de expectorar, de tomar ar e fumar um cigarro, enquanto os homens “se uma peça tivera uma dúzia de actos, uma dúzia de vezes saíam.” A terceira falta era o comportamento indelicado dos cavalheiros da plateia, durante a actuação da orquestra: uns de pé, outros sentados, a maioria cobertos e falando alto: “Não há ainda quinze dias, que em S. Carlos dois cavalheiros (ao menos em aparência) se entretiveram durante a sinfonia ... disputando sobre operações bancárias, em tons tão fortes que eu, a pesar de não estar contígua a eles, podia ter recebido uma interessante lição”.¹¹⁸ Havia ainda os que se deixavam dormir, só acordando nos intervalos para discutir os méritos de uma música que não tinham ouvido.

Em Paris e Londres, ao contrário de Lisboa, a plateia era frequentada por multidões de senhoras, o que seria impossível se os homens não se comportassem com delicadeza, e se em Portugal as mulheres tentavam melhorar, o mesmo era exigido aos seus companheiros.

O séc. XIX marca o apogeu de uma espantosa orquestração cénica, em que a cidade era o palco e a sociedade fornecia os actores. O “estar em público” remetia para uma nova responsabilidade, uma nova maneira de exercer a cidadania e homens e mulheres tomavam os seus lugares na prévia marcação. A aparência exterior, assegurada pelos

¹¹⁸ Editorial, nº 6, 1868.

fornecedores da moda, era essencial. Um erro de toilette transformava-se em erro social, uma *gaffe* de etiqueta equivalia a uma despromoção.

A aparição em público assemelhava-se a uma entrada em cena, em que tudo tinha de se ajustar na perfeição. Ir ao teatro, à ópera, ao concerto, ao Passeio Público, ao café ou a casa de amigos, eram actos que obedeciam a “regras de apresentação”. Não se andava pela rua, *estava-se* na rua. O observador e o observado trocavam constantemente de papéis nos espaços cénicos de uma cidade teatral centrada no Chiado, no Loreto, na Igreja dos Italianos, nas Câmaras, na Trindade, no Príncipe Real, em S. Carlos, no Passeio Público.

No espaço urbano, a Natureza era uma figurante, destinada a servir como pano de fundo aos actores sociais, assim como as telas dos teatros enquadravam a representação. A água e as plantas obedeciam e acediam a entrar no espectáculo como fontes, lagos, cascatas e repuxos. As árvores “tornadas instrumentos urbanos, convidavam ao passeio”.

O lazer era uma actividade que não era domínio da despreocupação, mas da regra. O cansaço resultante desta representação contínua explica a obsessão pela simplicidade da Natureza, como derivativo das obrigações sociais. Mas nada era fácil: o luxo e a ostentação perseguiram os fugitivos até às termas, às praias, ao campo. Quem não representava, não existia. A sociedade desta época não ia ao Teatro, ela era o Teatro.

“Ir a S. Carlos” era uma expressão que traduzia instantaneamente um hábito social e um estatuto de privilégio e se um teatro “é um lugar que possibilita a continuidade do efémero”¹¹⁹, era-o também não só na cena, mas entre a assistência.

O camarote real era um palco menor que defrontava o maior como antagonista e em ambos se desenrolava a acção. A monarquia, era neste

¹¹⁹ Ir a S. Carlos, Seabra, Augusto M., Lisboa, Edição do clube do Coleccionador dos Correios, 1993, p. 13.

Teatro Real, subsidiado pelo Estado, que definia a sua presença e afirmava o seu estatuto. Os lugares designavam-se como os do lado do Rei ou do lado da Rainha, as senhoras ocupavam os camarotes, os cavalheiros a plateia. A localização de um lugar em S. Carlos era uma classificação “segundo privilégios (e interditos) de ordem, dinheiro e sexo.”¹²⁰ Já a competência do espectador era muito discutível: aí o teatro mundano defrontava o melómano. Na plateia, reservada aos homens, estreitavam-se contactos sociais e políticos, mas também se faziam ou desfaziam reputações musicais. Na generalidade imperava a importância de ver e ser visto e as damas, ostentando as suas jóias e toilettes nos camarotes, escoltadas pelos cavalheiros, atrás e em pé, constituíam o elemento decorativo da soirée.

O sexo feminino, neste contexto social, tinha como tarefa gerir as actividades do lazer, tanto privado como público, delimitado pelas coordenadas do tempo, do espaço e das conveniências. Determinar com exactidão um adequado emprego do lazer, equivalia a saber ocupar com bom senso e inteligência o seu lugar na sociedade.

¹²⁰ Ir a S. Carlos, Seabra, Augusto M., Lisboa, Edição do Clube do Coleccionador dos Correios, 1993, p. 13

BELEZA E MODA

A coquette

.....
Formosura!... reinado passageiro,
Que vive um dia só...
Se não tens mais do que esse valimento,
Mulher, causas-me dó!...

.....
Oh! Procura, procura noutros dotes
Firmar o teu poder;
A mulher que for boa e ilustrada
Não teme envelhecer!

Mariana Angélica de Andrade.

ao teu leque

.....
Fatal leque! eu sei, é certo,
Que todo o leque é fatal:
Faz verter mais sangue e prantos
Num martírio mais real,
Di-lo a história aterradora,
O leque de uma senhora
Que a espada de um general!

.....
Sei; teu leque é um modelo,
Um primor de perfeição,
É de marfim arrendado,
É de custoso charão;
Mas, se às mãos o conseguira,
Eu - perdão! - não resistira
De quebrá-lo à tentação!

Ernesto Marecos, nº 65, 1869.

No séc. XIX, todas as mulheres tinham o dever de ser belas, ao contrário dos homens, cuja beleza era um atributo mais tolerado do que valorizado.

O capital feminino era um capital de beleza e elegância realçado por complicados códigos éticos (rituais de conduta) e códigos estéticos (rituais de aparência), sem mencionar o óbvio pressuposto do dote.

A oferta e a procura matrimoniais oscilavam entre uma multiplicidade de componentes: posição e poder de influência, reputação, agilidade e adequação social. A situação económica familiar podia fazer esquecer algumas destas exigências, mas o modelo da “grande senhora”, além do bem estar material, requeria um desempenho só conseguido por meio de uma exigente educação interiorizada ao longo de gerações.

Nas primeiras décadas do séc. XIX, as mulheres faziam uma vida de interior, os serões eram passados em família, as saídas limitavam-se a visitas a igrejas, a parentes e amigos, participação em procissões e comemorações. Esta vida recatada exigia pouco das mulheres: devoção, decoro, direcção dos serviços domésticos, habilidade na costura. Como derivativo, alguns jogos com as visitas da casa, leitura e alguns espectáculos, mas só os moralmente aconselháveis. A beleza era sempre motivo de preferência, mas o pretendente não desejava exageros na moda, saídas intempestivas ou permanência às janelas. Além de formosura, não lhe eram necessários conhecimentos nem inteligência, além da mediania e a conduta devia ser pautada pela modéstia e seriedade.

A partir da segunda metade do século, época em que se situou a publicação de A Voz Feminina, as mulheres já faziam vida no exterior, a beleza era escrava da moda, que plastificava a aparência exigida pelo rigor cenográfico da encenação social. As descrições das *toilettes* faziam ressaltar a utilização de um código, que simultaneamente integrava as mulheres, identificando-as com uma categoria social, ao mesmo tempo

que as diferenciava das outras mulheres que não pertencessem a essa classe. O vestuário era um meio de comunicação imediato: dava indicações precisas do desafogo económico pela qualidade do material utilizado (a seda, o cetim, o veludo, as rendas, o gaze, o tule, o ouro, os *glacés*) e pela complexidade dos feitios. Flores, jóias e fitas completavam a mensagem de feminilidade. Os acessórios (leque, chapéu, luvas, sombrinha) indicavam que as possuidoras não tinham outra preocupação além da aparência, que eram seres servidos, transportados, figurativos, ornamentais, não utilitários. Assim como à actriz era indispensável o camarim, à dama elegante era necessário um imenso quarto de vestir, onde a multiplicidade dos adereços era armazenada, aguardando a escolha: vestido de passeio, para visita, de jantar, de baile, de teatro.

Estas profundas modificações na vida das mulheres trouxeram novas exigências: a inteligência social e a arte da conversação requeriam espírito, dicção, domínio da língua, conhecimentos vários. Não se podia mais assistir a teatro, ópera, concertos, jantares e bailes e permanecer num mutismo caseiro ou exhibir uma vergonhosa ignorância.

A postura do jornal perante a moda tinha de ser forçosamente ambígua: por um lado, num jornal de senhoras, era impensável excluir a rubrica de moda, sem que fossem acusadas as redactoras de presumidas e *savantes*. Por outro lado, dar-lhe demasiado ênfase era pactuar com a superficialidade reinante, prescindir da acção educativa que tentavam realizar.

M^{lle} Anne Marie Caron era quem habitualmente assinava a secção de moda, comprometendo-se a fazê-lo em português e não na sua língua, a pedido de uma assinante da província, que alegara o desconhecimento do francês fora das grandes cidades. Afirmava M^{lle} Caron: “Modas! Assunto delicado e difícil para mim, que geralmente me ocupo pouco dele. Sou mesmo por essa causa ridicularizada.”

Mais ou menos regularmente, a secção de modas foi marcando presença ao longo da publicação e, embora M^{lle} Caron desse o seu melhor e consigamos, pela descrição, ter a visão desses esplêndidos figurinos, é evidente que seria muito difícil às leitoras a confecção do vestuário apenas baseadas nessas descrições. Verificamos alguma aparente incoerência (numa época em que existiam já excelentes revistas especializadas em modas, com desenhos explicativos dos modelos) em teimar este género de abordagem. Talvez se destinasse a captar as assinantes de província, que não tinham acesso às revistas de modas. Parece-nos, porém, que a secção de moda se destinava principalmente a servir de pretexto à condenação da maneira como as mulheres lhe obedeciam. Assim, logo no número inaugural de A Voz Feminina, se afirmou: “é preciso que as senhoras se façam amar pela sua ilustração, pelos seus dotes de alma, e não só pela moda elegante, porque todas nós sabemos o que tudo isto vale no lar doméstico.”

Estava lançada a cruzada contra o despotismo da moda e o luxo desregrado, sobrepondo-lhes os verdadeiros valores que deveriam orientar as mulheres: “uma senhora que trate dos seus enfeites é justo e curial, mas que sacrifique toda a sua vida a enfeitar-se como qualquer boneca, julgando que só assim pode agradar, é o que nós não admitimos, porque o julgamos um erro manifesto”.¹²¹

A obediência cega à moda que ditava o que se deveria usar em cada estação era objecto de reflexão e de revolta: “É tempo de acabarmos com este servilismo odioso! Façamos a moda e daremos um testemunho radical, de que para sermos senhoras de bom gosto não precisamos do paladar francês.”¹²²

Este servilismo perante a moda tinha os seus efeitos perversos: todas as senhoras, independentemente do seu aspecto, corpulência ou

¹²¹ “Correspondência”, D. Adelaide B.S. da C., nº 1, 1868.

¹²² “Correspondência”, D. Emília A.S. Assis, nº 2, 1868.

estatura, procuravam obedecer cegamente ao figurino e instituíam a moda como religião. O mais pequeno desvio era uma heresia, a mais pequena originalidade uma aventura perigosa, susceptível de comprometer o resultado. Esta atitude mental “é uma confissão tácita de que se não tem espírito nem fantasia. Seguir um figurino ... é ter o gosto que se recebeu de encomenda; é alugar o chique ao mês; é mandar vir as ideias pelo correio; é o bom tom por assinatura”.¹²³

No entanto, na Páscoa de 1869, o Jornal das Damas anunciava “A moda matou a moda!”. Com efeito, havia plena liberdade na adopção de enfeites e guarnições, nos feitios, no comprimento das saias, resultando daí, segundo o mesmo jornal, uma variedade atraente, uma verdadeira elegância e não um uniforme.

Francisca Wood considerava que o amor exagerado ao luxo tudo consumia, até a faculdade de compreender que nada acrescentava ao mérito individual quer da alma quer do corpo, o qual era desfigurado por modas sem poesia nem graça e que não se baseavam num único raciocínio.

Toda a argumentação do jornal ia no sentido de convencer as mulheres, não a abandonarem o gosto pela apresentação, mas a exigir que a preparação moral e intelectual acompanhasse os padrões de beleza. Se era certo que não obedecer às aparências, apresentando-se fora do contexto, equivalia a entrar em cena vestindo o figurino errado, também uma conversação vazia de ideias e conhecimentos e servida pelos mais grosseiros erros de linguagem anulava a deslumbrante impressão inicial conseguida pela aparência. Esta era servida por uma cadeia de actividades sumptuárias: publicação de revistas de moda, fabricação de inúmeros géneros de tecidos, rendas e flores artificiais, retrosaria, passamanaria, calçado, indústrias de acessórios de *toilette*,

¹²³ Uma campanha alegre, José M. Eça de Queiroz, Obras completas, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1988, vol. XIV, p.p. 298.

ourivesaria e joalheria, cabeleireiros, ateliers de modistas de vestidos e chapéus. Em actividades de manutenção trabalhavam lavadeiras, engomadeiras, costureiras e criadas.

A ociosidade das senhoras conduzia-as naturalmente à supervalorização da moda, pretendendo A Voz Feminina que os tempos livres se empregassem em actividades culturais e de valorização intelectual esquecendo os passatempos habituais do toucador, janela ou piano. A perda da feminilidade era o argumento dos adeptos da frivolidade contra as mulheres que pretendiam que as senhoras se distinguissem das mulheres do povo pela educação e não pelos enfeites: “Mas se perder as graças feminis é querer fazer-se homem, não passar as horas preciosas que nunca mais voltam, diante do toucador, despenteando-se, pondo aqui um lacinho e ali um *suivez-moi*, prendendo a cauda e desprendendo a cauda, estudando os figurinos, falando com a maninha ou com a amiguinha, do vestido que trajava D. Fulana ou D. Sicrana, e espiando os viandantes, então nenhuma mulher, não digo sábia, mas sensata, pode ter graças feminis, nem a meu ver, são para cobiçar.”¹²⁴

Mariana Angélica de Andrade preferiu utilizar o interesse pela moda para o orientar culturalmente, escrevendo sobre o vestuário das mulheres dos tempos de Eva à actualidade. Interessante e esclarecedora esta série de artigos tocava aspectos como a influência intersexual da moda: os homens utilizando os lenços e os chailes de abafo femininos, as mulheres usando gravatas e colarinhos. Não esqueceu o uso dos espartilhos, que remontando à Antiguidade, atingiu utilização obrigatória no séc. XIX, devido à moda das cinturas finas: “Aproveito o ensejo, para recomendar às meninas de qualquer idade que sejam, que não se apertem demasiado, porque não poucas jovens têm adquirido moléstias

¹²⁴ Editorial, nº 17, 1868.

de estômago e de peito, para terem a cintura bem delicada. O corpo deve andar aconchegado, mas nunca oprimido; aliás terão resultados que as farão arrepender.”¹²⁵

M^{lle} Anne Marie Caron, lutando embora contra o ridículo na moda feminina, demonstrou que este existia também na moda masculina e passou a descrever as novidades da moda de inverno para cavalheiros: casaquinhos estreitos, pespontados, muito curtos e *cor de damasco*. Nos chapéus mosquinhas de metal, com estes insectos admiravelmente imitados. Salientava a frivolidade dos *dandys*, que se atreviam a condenar a extravagância feminina.

Por vezes, tentava-se manipular um pouco a moda em proveito pessoal: saias curtas para quem tinha pés pequenos e *rase-terre* para quem não possuía “essa jóia chinesa”. As saias para a chuva eram de cor e procurava-se renovar o feitio do *waterproof* ou roupão impermeável, mas as guarnições na parte traseira dos vestidos impediam as elegantes de se sentarem.

A moda previa todas as situações e solucionava todos os problemas: os vestidos para baile não deviam ser levados a concertos e teatros particulares. Para estes eventos privilegiavam-se os tecidos pouco susceptíveis de se amarrotarem. Para casa e visitas feitas de carruagem a saia de crina com folhos era mais graciosa e maleável.

A saia era um dos pontos mais complicados da *toilette*. No interior desta peça de vestuário, um verdadeiro bastidor encarregava-se dos pormenores consoante o desejo da elegante: a *crinoline* podia ter arcos que afastavam o vestido só atrás e não à frente. As inimigas da *crinoline* podiam adoptar a *tourmure*, saco estofado atado à cintura para afastar o vestido do corpo. Usavam-se saias umas por cima das outras e

¹²⁵ “O vestuário das senhoras”, Mariana A. de Andrade, nº 26, 1868.

apanhados de toda a qualidade a que M^{lle} Caron chamava uma *trapalhadinha* elegante de sedas e rendas.

Francisca Wood, mais severa, considerava a mulher que se carregava de semelhantes folhos, saias e complicações uma “tola do mais alto quilate”. Preferia a simplicidade que resultava em vestuário mais económico, mas também mais elegante.

Guiomar Torrezão também se referiu ao interesse exagerado pela moda e citou um orador de um congresso em Berna, que reclamava o desaparecimento do código das mulheres, ou seja o jornal de modas, afirmando que o excesso de adornos era incompatível com a emancipação. Se as mulheres queriam igualdade de direitos, deviam exigir igualdade de tratamento, não consentindo em lisonjas ao seu aspecto físico. Ironicamente o orador comentava: “se alguém me viesse dizer que eu ponho bem a minha gravata e que tenho os olhos bonitos, zangava-me. Pois insultos semelhantes são dirigidos à mulher a toda a hora.”

Guiomar Torrezão concordava com as censuras feitas ao seu sexo relativamente à obsessão pela moda: “Efectivamente, oh! minhas doces conterrâneas, na vossa alma há mais simpatia pelo jornal de modas que pelo livro! entre este e aquele optais ordinariamente pelo primeiro. Traduzis sempre o artigo com relação às dimensões da *crinoline*, à largura das *brides*, à *nouveauté* da *coiffure*, mas raras vezes o que disser respeito a outro assunto menos banal.”¹²⁶

Guiomar Torrezão exortava as senhoras a desligarem-se do exclusivismo da *toilette*, do narcisismo e a olhar tantas horas para um livro, quantas dedicavam ao espelho. Não se tratava de serem escritoras, mas acrescentarem a essência à aparência.

¹²⁶ Editorial, Guiomar Torrezão. n.º 42, 1868.

Simultaneamente, Mariana Angélica de Andrade expressou a sua satisfação por ver as teses do jornal sobre talento e formosura encontrarem eco favorável na imprensa. As colaboradoras de A Voz Feminina insistiam no enriquecimento cultural como valorização intrínseca das mulheres, resistente à dureza da vida, à velhice e à própria morte.

O ideal de beleza no séc. XIX, segundo desenhos e gravuras da época, apontava para um tipo de mulher com rosto de um oval perfeito, nariz regular, boca pequena e orelhas delicadas. As poesias referem a transparência e brancura pálida da pele, os lábios de coral, os dentes como pérolas, a doçura de um olhar fugidio velado por compridas pestanas. Pescoço, colo e ombros eram roliços, como aliás todo o corpo, não deixando vislumbrar a estrutura óssea. As mãos eram pequenas, de dedos afuselados, os pés minúsculos, o peito farto, ancas largas e cintura “de vespa”. Mas este modelo só era perfeito se possuísse uma abundante e comprida cabeleira, que se desenrolava como uma sedutora cascata até aos ombros, à cintura ou mais raramente até aos pés. Geralmente, o cabelo era repartido ao meio para valorizar a simetria perfeita do rosto e depois enrolado em complicados e demorados penteados. Por não se possuir a quantidade de cabelo requerido pela moda ou ser difícil a manutenção de tão longas cabeleiras, assim como a realização dos penteados, recorria-se ao tão falado *chignon* ou à cuia, rolo de cabelo postiço, indispensável para este efeito.

As páginas do jornal contêm inúmeras referências “às horrorosas cuias”, demonstrando pouca simpatia por esta componente artificial da *toilette* feminina. Começaram por ser aplicadas na nuca e foram pouco a pouco subindo até ao alto da cabeça. Os penteados tornaram-se excêntricos e volumosos, exibindo a magnificência das cabeleiras verdadeiras e artificiais, encimadas por chapelinhos pousados nas alturas. A modista de chapéus tinha de operar milagres para evitar o ridículo; à noite, os penteados eram enriquecidos com fitas, grinaldas ou jóias.

Em Paris chegou a formar-se uma associação de senhoras para abolir os volumosos exageros capilares, decretando a proibição do uso do cabelo postiço e prescindindo dos cabeleireiros. De dia o cabelo seria trançado e arranjado debaixo de uma rede e à noite coroado com uma grinalda.

O jornal classificava de antihigiênica a utilização de cabelos postiços: os microrganismos descobertos por um químico americano desenvolviam-se aí, causando doenças cutâneas. Além disso, a proveniência dessas cabeleiras, compradas a mulheres pobres, talvez cortadas a cabeças falecidas em leito de hospital, apontava para os maiores perigos.

No entanto, nem toda a artificialidade era condenada pelo jornal. A redactora reprovava em absoluto o mau gosto de um colaborador anónimo de um Almanaque, que aludia às pessoas idosas, que colocavam dentes artificiais, pintavam o cabelo ou usavam cabeleiras postiças. Era totalmente aceitável remediar os estragos do tempo e tentar melhorar a sua imagem, sem por isso ser julgado, atribuindo-se a essas pessoas os piores motivos. Francisca Wood explicava estas críticas devido à tendência da mocidade masculina do nosso país para um revoltante cinismo.

Interessante ainda é o desafio e conseqüente polémica amigável mantida entre Mariana Angélica de Andrade e o prussiano C. Busch, autor da comédia *O inimigo das mulheres* e que, com o pseudónimo de C. B. Deutsch, vinha publicando em *A Voz Feminina* uma *História da Instrução*. Em um destes artigos, dedicado à Matemática, o autor aludiu à pouca inclinação das senhoras para esta ciência. Mariana Angélica de Andrade protestou não ter horror aos números, nem mesmo no que respeitava à sua idade. Achava inútil o recurso à *maquillage* para melhorar o aspecto e enganar o tempo “como se fôsse um crime ter nascido feia ou ter vivido muito!”. O espelho dizia-lhe que era feia e não temia a velhice que nada

lhe iria roubar. Desafiando as regras estabelecidas e gabando-se da sua audácia, declarava publicamente a sua idade: vinte e nove anos, que na época era considerada uma idade não jovem, principalmente para uma mulher solteira: "Não tenho marido - felizmente - mas se o tivesse desejaria nunca separar-me dele; quem toma a cruz deve levá-la até ao calvário!". Conclui, esperando ter provado que nem todas as mulheres têm horror à aritmética, ao contrário de certos homens "que põem chinó e pintam o bigode."¹²⁷

Esta reacção de Mariana Angélica de Andrade parece-nos um pouco agressiva e exagerada. Se estava no seu direito de se considerar uma excepção, de assumir a idade, o aspecto físico e o estado civil, devia considerar que este desafio denotava alguma ingenuidade e, longe de valorizar o seu feminismo, podia produzir a falsa imagem de uma mulher amarga, desiludida e despeitada.

A resposta do prussiano foi pronta e passe embora o tom cerimonioso e os cumprimentos habituais, não deixou de acertar nos pontos fracos, que Mariana Angélica deixara a descoberto, expondo-se desnecessariamente: "querendo-se defender da exprobação de coqueteria, parece-me que a faz patente. Sinto não ter a honra de a conhecer, mas creio poder afirmar sem me enganar, que é coqueteria sua, se acha que o seu espelho lhe diz ser feia; o seu espelho mente, segundo me dizem."

Quanto à cruz do matrimónio, o visado limitou-se a contar a história de uma mulher de 48 anos, que se referira a uma noiva de 18, como "pobre vítima", casando-se pouco depois. Esta história, humilhante mas previsível, pareceu ao prussiano adequada a uma "polémica amigável".

Mariana Angélica de Andrade resolveu aparar os golpes do adversário, começando por desdramatizar: "Nunca gostei de questões de

¹²⁷ "A propósito da História da Instrução", Mariana A. de Andrade, nº 34, 1868.

imprensa a não serem para um fim muito determinado... mas não posso esquivar-me ao convite de uma polémica amigável.”

A resposta era diplomática, cortês, rebatendo com inteligência e moderação a argumentação contrária: retribui a acusação de coqueteria, pois o polemista mencionara os seus “bigodes retorcidos à prussiana”. O desenlace da história da senhora que tão tardiamente aceitara ser uma vítima é atribuído ao desarranjo das suas faculdades intelectuais, dando-se assim por encerrada esta curta polémica. Nenhum dos polemistas primou pela objectividade, mas conhecendo-se as grandes polémicas do século, não constituíram excepção.

Nesta época, a beleza e a moda eram valores imperativos, que permitiam às mulheres o desempenho social exigido. O vestuário, como paisagem inventada ou copiada do figurino, enquadrava a beleza e determinava destinos. A missão do grupo de A Voz Feminina era pois impopular, ingrata e actuava em sentido contrário à opinião geral. O diagnóstico feito pela redacção e pelas colaboradoras sobre a condição das mulheres era objectivo e baseado no conhecimento e experiência de cada uma delas. Aliás, os intelectuais da época confirmavam esse mesmo diagnóstico e apontavam os erros: nas classes ricas não havia ocupação para as mulheres, pois o serviço doméstico, a criação dos filhos eram problemas práticos resolvidos por serviços. Restava-lhes a ociosidade e todos os derivados do lazer mal aplicado. O estudo e o trabalho eram soluções radicais para o tempo e mesmo os críticos mais severos não os aceitavam, preferindo colocar as mulheres nas ocupações da família para evitar o adultério e a dissolução do casamento. Embora fosse grave a problemática feminina, a generalidade dos homens e mulheres continuava a pensar que “para a mulher a beleza é o mais alto dos seus direitos e o mais grave dos seus deveres”. Mas essa beleza, à qual tudo se sacrificava tinha um reverso: quando acabava a representação, havia que abdicar dos adereços e surgir ao natural. Era o desaparecimento de um

elaborado visual, que tendo melhorado ao máximo a imagem, a devolvia minimizada de atractivos. Este choque e esta desilusão abalavam a sensibilidade masculina, que não podia evitar um sentimento irreprimível de perda e de logro.

Nas páginas do jornal existem várias referências a esta situação: “Algumas damas ficam sobejamente satisfeitas, se pela sua beleza ou pela habilidade da sua modista, conseguem ser proclamadas rainhas dos bailes. Mas... apenas trocaram as vestes vaporosas do baile pelo roupão abotoado, logo que substituam o *chignon* e as delicadas flores pela touca de dormir, ei-las destronadas... ei-las caídas na mais prosaica realidade!”¹²⁸

O contacto entre os sexos assentava em relações superficiais, encontros casuais, e desenvolvia-se pouco em profundidade. A paixão era por vezes um mito forjado pela ignorância das motivações reais dos dois sexos, que viviam em mundos separados e agudizava-se intoleravelmente devido às barreiras sociais, aos tabus sexuais, à alegada concepção espiritual do amor, ao remorso como componente religioso da formação cristã, que inferiorizava o amor carnal. Muitas vezes o embaraço, a falta de naturalidade, a precipitação ocasionavam paixões, que eram equívocos decepcionantes, quando consumadas. O mistério recíproco era o filtro que desencadeava a paixão. Juntemos a magia da aparência, a sensação de risco, e tudo o que estava em jogo numa época em que o “até que a morte nos separe” não era uma figura de retórica eclesiástica e encontraremos explicação para tantas relações infelizes.

A moda construía uma figura sofisticada com “atractivos emprestados”, que só consentia em ser admirada em presença de terceiros. O desenlace era previsível: “O seu noivo, que ama apaixonadamente os cabelos lindos; que talvez fosse unicamente

¹²⁸ Editorial, Mariana A. de Andrade, nº 16, 1868.

seduzido pela beleza dos de V. ex^a ... naturalmente será muito contrariado de ver, que três partes dos cabelos que V. ex^a ostenta, vieram da loja do canto. Talvez fique tão desesperado, como se, depois de casado, percebesse que V. ex^a coxeava um pouco.”¹²⁹

O marido recém-casado a custo reconhecia na desencantada Cinderela, que se arrastava pela casa em roupão e chinelos, a rainha das festas, o objecto deslumbrante da sua paixão. Com a idade aumentava o contraste entre o cenário público e o desleixo privado: “Há dias, transitando da minha residência até S. José de Ribamar entre as 7 e as 8 da manhã, notei às janelas ao longo do caminho, considerável número de cabeças de medusas vetustas, que tinham saído da cama e desalinhas, desgrenhadas e nojentas tinham vindo exhibir-se ao público. Quanto melhor seria que o tempo perdido nesta inútil ocupação fosse empregado em se pentearem e assearem, afim de darem exemplo de nitidez e de ordem a suas filhas, e de subtraírem à observação de seus maridos e filhos, espantalhos de figueiras que lhes devem fazer repulsivos os seus lares domésticos.”¹³⁰

A moda dos banhos também não favorecia em nada as beldades dos salões. Construída uma imagem, o público recusava-se a dar intervalo à actriz, fosse em casa ou na praia. À força de manipular o artifício, a realidade afigurava-se repugnante. O Jornal do Comércio comentava assim o espectáculo dos banhos: “Homens mais ou menos bem construídos, vestidos de Alcides de feira, e senhoras de carapuças de oleado amarelo, ou de coifas e de camisolas de cores duvidosas, modeladas pelas antigas alvas dos enforcados, põem-se de salmoura todos os dias para enrijarem os nervos, terem apetite e para se livrarem de uma infinidade de outras moléstias que afligem a humanidade... Se

¹²⁹ “A cuia”, tradução do jornal francês La guêpe por Sofia Nesbitt Cunha, n° 37, 1868.

¹³⁰ Editorial, Francisca Wood, n° 33, 1868.

alguém tiver uma inimiga e quiser vingar-se dela, vá vê-la sair do banho: o ódio converte-se em compaixão.”¹³¹

O antagonismo entre a minoria feminista do jornal e a maioria das senhoras que recusavam o seu progresso intelectual e moral, encarniçando-se contra “as literatas”, tinha aumentado ao fim de um ano de publicação.

Francisca Wood, que “aborrecia de morte a palavra moda, sinónimo de tentação e aviltamento da mulher”, constatou a obstinação das suas opositoras e aconselhou-as a deixarem “de vilipendiar as que curam mais da pena e do papel, do que de serem *nutridinhas*, de ostentarem banhas e toucinhos, cuias, sedas e caudas.”¹³²

Fundamentando as suas convicções, A Voz Feminina transcreveu um artigo do jornal inglês The Saturday Review sobre a atracção da beleza feminina, que levava os jovens a casarem com raparigas atendendo apenas ao seu aspecto exterior, juventude e alegria. Não reflectiam nos seus defeitos, não investigavam a sua inteligência. Constatavam depois que se encontravam unidos a “uma daquelas mulheres que envelhecem sem nunca ter chegado à maturidade; que são crianças, menos nas rugas, até ao fim da vida; sem juízo, sem previsão, sem valor moral.”¹³³ Só então o homem se apercebia da perenidade da inteligência e da transitoriedade da beleza.

Em todas as épocas sempre foi muito difícil modificar comportamentos quanto à beleza e à moda, devido às complexas implicações inerentes a estes dois temas. Seria interessante investigar as motivações que determinam a moda e não são apenas devidas ao acaso ou ao capricho. A moda depende de uma multiplicidade de factores: ambiente político, económico e social, incluindo a esfera de

¹³¹ Variedades, nº 43, 1868.

¹³² Editorial, Francisca Wood, nº 50, 1868.

¹³³ A beleza e a inteligência, nº 50, 1868.

movimentação das mulheres e o seu grau de influência na família e na sociedade, ocupações, factores religiosos e éticos, progressos técnicos, facilidade de matérias-primas e mão-de-obra, e até correlações com o clima, a habitação, mobiliário e transportes.

O servilismo perante a moda e a beleza continuou durante o nosso século. Actualmente assiste-se à reformulação destes dois valores, que impõem padrões de juventude e bem estar, publicitados pelos media e traduzidos em termos de consumo e movimentação de mercados, mas mantendo os mesmos potenciais de poder e sedução.

ESPÍRITO ASSOCIATIVO

Há tantos assim!

.....
Quem fez boas obras deve
Guardar segredo profundo,
Quem as patenteia quer
Os elogios do mundo.

Conheço muitos que assim
Praticam a caridade...
Mas não gostam que lhes falem
Com tanta sinceridade!...

Mariana Angélica de Andrade, nº 44, 1868.

A publicação de um jornal feminista em Portugal não teria, como é óbvio, a simples intenção de ser mais um jornal de senhoras, apenas com a originalidade da colaboração exclusivamente feminina, o que aliás não correspondia à verdade, como vimos.

O grupo de homens e mulheres que se lançou nesta empresa conhecia o estágio em que mundialmente se encontravam os progressos feministas. A missão do jornal seria mudar mentalidades, agitar ideias, reunir adeptas e lançar um movimento que tornasse possível às mulheres portuguesas acompanharem o desenvolvimento das mulheres dos outros países. Do êxito que esperavam alcançar dependeria certamente a formação de uma associação de mulheres, capaz de liderar o movimento, alargá-lo, promover a cultura entre os seus membros e finalmente modificar as orientações políticas e legislativas no sentido de permitir que a emancipação se tornasse uma realidade. Mas este grupo, composto de pessoas com fortes relações familiares e culturais ao estrangeiro, avaliou mal o país: desconhecia a província e esperou demasiado das principais cidades. O atraso era grande em relação aos modelos propostos, o meio pequeno e mesquinho, o imobilismo uma certeza, a novidade um fenómeno suspeito.

Nas páginas do jornal são frequentes as alusões às associações como agrupamentos colectivos susceptíveis de alcançar objectivos que não poderiam ser atingidos com actividades meramente individuais. Com efeito, as associações são formas colectivas de personalidade jurídica legalmente reconhecida e que servem de mediadoras entre o indivíduo e o Estado para a consecução de determinados fins.

Foi com o advento do constitucionalismo que se desenvolveu o movimento associativo em Portugal, abrangendo uma multiplicidade de iniciativas, fossem elas educativas, de beneficência, de socorros mútuos, de classe, comerciais, agrícolas, industriais, civilizadoras, humanitárias, etc. Interesses comuns, necessidades de convívio social e de

solidariedade estiveram na origem do movimento associativo. Foi, porém, na segunda metade do séc. XIX, precisamente a época em análise, que atingiu maiores proporções o aparecimento de todo o género de associações. Seria pois lógico, que se pensasse em aproveitar o movimento das associações para tornar realidade uma associação de mulheres que defendesse os seus interesses e melhorasse a sua situação na sociedade.

Logo no número inaugural de A Voz Feminina se sugeria a criação da associação profissional das modistas portuguesas: “Fazei pois por criar uma associação de todas as senhoras da vossa classe”, com direitos iguais. “Reuni-vos pois, e fazei por aumentar os vossos interesses” na medida em que toda e qualquer associação visava a melhoria da situação de cada um dos seus membros. Havia ainda preocupações proteccionistas: “Preferi todas as fazendas e enfeites nacionais... e com isto animarão os nossos industriais”. Com conhecimento de causa aconselhava-se ainda: “Fixai uma tabela de preços.” Esta teria de ser favorável, pois existia a concorrência das modistas estrangeiras, sempre preferidas, e ainda senhoras que “vendo que para tanto lhes não chegam os meios, fazem para si as suas toilettes.”¹³⁴ A redacção resolveu evidenciar, para que servisse de exemplo às senhoras de Lisboa, a criação em Coimbra de uma associação feminina com 400 membros “para os fins mais justos.”¹³⁵

Esta sugestão não ficou sem resposta: em carta aberta à redactora, uma senhora propôs: “O meio para se obter este grande fim, é a associação; e Lisboa que tomou a iniciativa, nesta santa cruzada da civilização, publicando o jornal A Voz Feminina, bom seria que também inaugurasse uma associação, cujo intuito fosse promover exclusivamente, entre o nosso sexo, o máximo grau de ilustração possível.” A leitora

¹³⁴ Às senhoras modistas portuguesas e outras senhoras, D. Maria da C.H.P.G., nº 1, 1868.

¹³⁵ Secção noticiosa, nº 1, 1868.

lamentava que tantas senhoras de talento tivessem sido contrariadas no seu desejo de se cultivarem e insistia: "Em Coimbra, segundo me consta, há uma associação de senhoras, e bastante desejava que em Lisboa se inaugurasse uma outra, que sob os princípios estabelecidos pelo jornal A Voz Feminina, contribuísse por todos os meios legais, para desenvolver a ilustração entre o nosso sexo, na máxima parte ignorante das coisas mais triviais."¹³⁶

Enquanto em Portugal o primeiro jornal feminista ambicionava uma Associação de mulheres, já nos países saxónicos estas reclamavam o direito de voto. Em França, país como o nosso, de tradição católica, formava-se em 24 de Janeiro de 1869 a Associação das senhoras francesas em defesa dos seus direitos. No debate efectuado, propôs-se que, a exemplo das inglesas, se reclamasse o direito eleitoral. A ideia não foi aceite pois "de nada serviria senão de mal, por estarem as francesas ainda muitíssimo debaixo da influência do clero."¹³⁷ Resolveu-se optar por uma educação fundada na "moral da justiça, religiosa mas não dogmática."

No mesmo ano e mês, recebeu Guiomar Torrezão uma carta de Marie Goegg comunicando-lhe a existência da Associação internacional de mulheres: "a nossa associação conta actualmente em seu seio as mulheres mais inteligentes de diversos países. A Alemanha e a Itália sobretudo são, depois da Suíça, os países em que as relações se acham mais bem mantidas. Em Inglaterra, Mademoiselle Lydia Becker; em França Madame André-Léo; estão de acordo connosco sobre a necessidade da união internacional, à qual presentemente consagro todo o meu tempo e todas as minhas forças."

Esta Associação internacional exprimia a vontade de um movimento generalizado na Europa para a emancipação das mulheres. É

¹³⁶ Correspondência, D. Luísa H:P., nº 3, 1868.

¹³⁷ Associação de senhoras francesas, nº 63, 1869.

de notar ainda que a carta foi dirigida a Guiomar Torrezão , por indicação de Lydia Becker de Manchester, e não a Francisca Wood ou outra colaboradora do jornal. Guiomar Torrezão era pois a mais activista das feministas portuguesas da sua época a quem Marie Goegg pedia: “teria grande satisfação se V. Ex^a quizesse ter a bondade de dar-me alguns detalhes sobre o movimento operado em Portugal em nosso favor; dizer-me quais são as pessoas que, depois de V.Ex^a, se ocupam desta questão. Se alguns homens políticos são dela defensores, etc.”.

A autora da carta estava ciente da dificuldade da luta travada pelas mulheres e que por toda a parte levantava celeuma: “A nossa obra tem excitado já tantas simpatias como antipatias. Contrariam-nas com as mesmas razões que se têm oposto aos progressos de cada século, razões que V. Ex^a conhece tão bem como eu, e que sem dúvida, melhor do que eu, sabe combater”.¹³⁸

Seguia-se a publicação na íntegra, do discurso que Marie Goegg pronunciou no Congresso da Paz em Berne e já analisado por nós noutra ponto do nosso trabalho. Guiomar Torrezão terminava, pedindo a todas as senhoras que pretendessem aderir a esta Associação, para dirigirem a sua correspondência ao nº 25 da Rue du Mont-Blanc em Genève.

O jornal referiu-se a outros tipos de associações como por exemplo as que serviam os interesses dos consumidores. Assim o Journal des Femmes iria explicar às leitoras as vantagens das Associações abastecedoras, que poderiam fornecer os artigos a baixo preço devido à ausência de intermediário e o “luxo das lojas”.

Também se regista notícia de uma associação civilizadora da África, de iniciativa de um filantropo alemão, Cristiano Schuster, de quem o jornal dava ótimas referências, suplicando que lhe fosse dada ajuda.

¹³⁸ Senhoras Suissas, Editorial, Guiomar Torrezão, nº 55, 1869.

As causas humanitárias e filantrópicas e todas as que envolvessem seres carentes e desprotegidos encontravam eco e compreensão em A Voz Feminina. Não se lutava apenas contra uma injustiça, mas contra todas as injustiças.

A causa dos negros, defendida por algumas mulheres americanas, não era desconhecida pelo jornal, que referiu Harriet Beecher Stowe, autora do célebre livro antiesclavagista A cabana do pai Tomás.

A guerra da Secessão americana (1861 - 1865) era contemporânea das colaboradoras do jornal, que teriam acompanhado as suas vicissitudes pelas agências noticiosas. Conhecendo os princípios destas mulheres, será fácil concluir para que lado se inclinariam as suas simpatias. Publicou-se uma estatística da população e dívida pública dos Estados Unidos da América, de 1820 a 1868, anos em que estiveram incluídas a guerra civil e a presidência de Lincoln, concluindo-se: "O total da dívida pública actualmente pode calcular-se em 400.000.000 libras. Tal é o preço enorme da alforria de quatro milhões de vítimas do infame jugo da escravatura, cem libras esterlinas pela liberdade de cada um."¹³⁹

Em Lisboa, Francisca Wood tomou a defesa de um pobre negro deficiente, relatando como alguns rapazes, incitados por um homem mal formado, o fizeram cair depois de lhe terem tirado a muleta em que se apoiava.

Cinco números do jornal publicaram a tradução da história de Toussaint L'ouverture, escravo negro de S. Domingos, que lutou pela independência da sua terra, tendo morrido aprisionado por ordem de Napoleão. Este tinha restabelecido o regime esclavagista, que a Convenção abolira em 1794. A França só libertaria os seus escravos em 1848. Os ideais de liberdade e igualdade entre brancos e negros não deixaram de estar presentes nesta narrativa.

¹³⁹ Variedades, nº 24, 1868.

Deu-se ainda notícia do falecimento de Lord Henry Brougham devido à "sua ardente e infatigável advocacia da abolição da escravatura nas colónias inglesas das Índias ocidentais, contra toda a vigorosa oposição que todas as grandes reformas suscitam. Tendo em 1810 pela primeira vez levantado a sua voz diante dos delegados da nação, contra aquele crime gigantesco, não houve meio de silenciar aqueles acentos de caridade e filantropia universal, senão com a total abolição da escravatura em todos os domínios de sua majestade britânica, cuja grandiosa medida foi decretada em 1838 - vinte e oito anos de luta, de antagonismo e de todas as agruras de uma oposição a mais acérrima."¹⁴⁰

Em 1842 um tratado luso-inglês confirmava a tendência abolicionista considerando o tráfico de escravos acto de pirataria; e a 23 de Fevereiro de 1869 (o segundo ano de publicação de A Voz Feminina) a escravatura foi totalmente extinta em território português.

Numa época em que a escravatura não estava ainda totalmente erradicada da cultura ocidental, deveriam parecer desproporcionados os esforços do casal Wood a favor dos animais. Juntou-se-lhes Mariana Angélica de Andrade e o assunto foi introduzido pela publicação francesa La guêpe, que criticava os espectáculos degradantes que se observavam nas ruas de Lisboa. Perante a indiferença camarária e a indignação de alguns transeuntes, animais de carga ou de tracção eram espancados até à morte pelos seus condutores.

Le journal des femmes de Genève referia a criação pela academia de St-Germain-en-Laye de uma associação formada pelos seus alunos e destinada a proteger os ninhos das aves e comentava: "a criança caridosa para com os animais será caridosa para com o seu próximo e para com os seus irmãos." O valor educativo da zoofilia iria depois desenvolver-se sob a forma de uma generosa filantropia.

¹⁴⁰ Lord Brougham, n.º 23, 1868.

Francisca Wood apelou aos chefes de família portugueses que colaborassem na defesa dos animais. Mais eficaz que a repressão, que poderia ser exercida pela Câmara Municipal, era a acção educativa junto dos criados e das crianças para não oprimirem os animais domésticos. Quanto às aves de criação, atadas vivas pelas pernas em molhos e de cabeça para baixo, deveria ser recusada a sua compra nos mercados, à semelhança do que se fazia em Inglaterra: as donas de casa recusavam comprar o açúcar resultante do trabalho escravo da Jamaica.

A educação, como elemento modificador de costumes e melhorador de comportamentos, era posta em evidência pela redactora que lamentava que “enquanto noutros países se ensinam as crianças a respeitar e proteger até os ninhos dos pássaros, neste nosso país se lhes ensina a tauromaquia, isto é, a espicaçar, a exasperar um pobre bruto; a ver correr sangue sem emoção; a ouvir sem emoção, a menos que seja a de um prazer feroz, os mugidos de dor!”¹⁴¹

Guilherme Wood dedica um editorial a um leão preso no Jardim da Estrela para entretenimento dos visitantes. Evidenciava os aspectos negativos do enclausuramento do animal numa jaula minúscula e advogava a sua restituição à savana natal.

A atitude vanguardista dos movimentos feministas em defesa dos animais e da natureza era precursora dos modernos movimentos em defesa do ambiente. O respeito por todo o ser vivo só poderia conduzir ao respeito pela humanidade.

A filantropia constituía nesta época uma obrigação moral devido à inexistência de qualquer obrigação estatal para com as pessoas necessitadas. Assim, uma das actividades femininas consistia na participação em obras de caridade e era desde cedo incentivada. O jornal não constituiu excepção: logo no primeiro número a secção noticiosa

¹⁴¹ Apelo aos chefes de família. Editorial, Francisca Wood, nº 67, 1869.

inseriu dez comunicados participando a existência de mulheres vivendo em chocantes situações de carência e solicitava para elas a ajuda das senhoras portuguesas. Mulheres sozinhas, por vezes com filhos deficientes ou doentes, sem trabalho, nem quaisquer meios de subsistência, aguardavam auxílio. A total indiferença do Estado, até para com os seus servidores, originava situações como esta: “Existe na maior miséria, com três filhos menores, no Quartel da Penha de França, a infeliz senhora D. Matilde Augusta, viúva do falecido Sr. Luís António de Melo, ex-capitão da Guarda Municipal de Lisboa”. O jornal decidira pôr as suas colunas à disposição destas mulheres “para qualquer reclamo à caridade pública, uma vez que comprovem com documentos a veracidade do seu estado indigente.”

As colaboradoras e leitoras do jornal redigiam e subscreviam pedidos de auxílio: é o caso de Maria Isabel Fernandes, que pedia ao público que se compadecesse de outra viúva com três filhos menores, encontrando-se a filha mais velha “como uma tísica declarada, resultado da falta de alimento e das privações de toda a espécie, que em tão tenra idade já tem experimentado.”

Por vezes é solicitada a atenção dos leitores para senhoras trabalhadoras, a isso forçadas pela doença prolongada e morte de um familiar, como era o caso das irmãs que leccionavam no colégio para educação de meninas na Rua de S. Bento. A intenção era pedir a preferência por este estabelecimento de ensino.

A sensibilidade à injustiça social estava também patente, como era natural, nas páginas da publicação. Eram feitos relatos de situações semelhantes à de Jean Valjean de Os miseráveis, em que a prisão aguardava quem roubava pão, enquanto as grandes fraudes passavam impunes. Aludia-se, na crónica de modas, às fantasias luxuosas de uma dama parisiense que não sabia o que fazer da sua vasta fortuna, enquanto a miséria se evidenciava na grande cidade.

A filantropia era praticada um pouco por toda a parte: a título particular ou associativo, por Misericórdias, Câmaras Municipais ou pela Igreja. As classes produtoras também não se eximiam ao seu dever: três negociantes de peixe de Setúbal, todas as sextas feiras davam peixe aos asilados “mesmo quando o não haja para a mesa dos ricos”, segundo noticiava o jornal daquela cidade.

Nas cidades, praias e termas, as senhoras não se esqueciam da organização do inevitável bazar de caridade em benefício de asilos de velhos e crianças ou para qualquer outra finalidade filantrópica. Organizavam-se espectáculos teatrais, tauromáquicos e outros, cuja receita revertia a favor dos indigentes.

Sofia Nesbitt Cunha noticiava de Cascais: “Fez-se esta tourada para um fim filantrópico à sugestão dos fidalgos, que se achavam aqui a banhos, e que aplicaram o produto líquido (36.000 réis) a vestir 26 crianças pobres. As fidalgas mesmas cortam e fazem a roupa, trabalhando frequentemente desde as 7. p.m. até à meia noite. Reunem-se para este efeito na sala do palácio do governador militar, na cidadela. Ontem estavam lá as Exm.as Sr.as Duquesa de Palmela, Marquesas de Cantagallo, de Belas, e d’Alvito e as Condessas de Ficalho, das Galveias, d’Atalaia e de Redondo, a trabalhar, talhando e cosendo, enquanto que os senhores se divertiam jogando cartas.

O golpe de vista cá de fora, isto é, da bateria, era lindo: as luzes todas acesas, as senhoras trajando diferentemente e todas activamente ocupadas; as fazendas e as roupas em progresso, sobre as mesas; e os senhores dispersos nas salas, em pé ou sentados; parecia uma cena encantada!”¹⁴²

Francisca Wood comentou os sentimentos de desinteresse, amor ao próximo e caridade que são o fundamento da religião cristã e que

¹⁴² Fidalgas benevolentes, Francisca Wood, nº 39, 1868.

tinham por alvo crianças de Cascais destinadas à indigência “nada gozando em comum com aquelas senhoras senão o brilhantismo desse céu estrelado que se estende sobre umas e outras”.

A redactora louvou as fidalgas, exortando-as a continuarem no exercício da caridade pois “não é vaidade o santo amor do próximo, não é vaidade renunciar por algumas horas no curso da semana aos gozos da vida para as dedicar aqueles menos favorecidos da fortuna.”¹⁴³

Sofia Nesbitt Cunha contou-nos o desfecho destas jornadas filantrópicas: distribuído o vestuário às crianças na cidadela, formou-se uma procissão, acompanhada de banda de música, em que, além das crianças e das damas nobres, participavam o prior e outros padres. Ouvida a missa, regressaram à cidadela, onde se encontrava a mesa posta e fornecida de abundantíssimo almoço, servido seguidamente pelas fidalgas. Finda a refeição, ainda restou alimento para mais 30 crianças, igualmente servido pelas mesmas senhoras, que deram 100 réis a cada uma. A cronista informou que estas damas se encontravam organizadas numa sociedade filantrópica que actuava de forma regular.

As actividades filantrópicas no estrangeiro também eram referidas pelo jornal: uma senhora francesa incógnita remeteu ao Director da Administration d'assistance publique, 9.400 francos (1.692\$00) para serem distribuídos aos pobres que não tivessem podido pagar a renda de casa.

Mademoiselle Caron divulgou a iniciativa de Victor Hugo, exilado na ilha de Guernesey, e que consistia na distribuição de alimentos e vestuário às crianças no Natal, sendo esta ideia seguida também em Inglaterra, América e Suíça. O número de crianças abrangido por este acto filantrópico era já na ordem dos milhares.

¹⁴³ Algumas palavras dedicadas às fidalgas benevolentes actualmente em Cascais, Francisca Wood, nº 40, 1868.

Mademoiselle Caron sugeriu: “se fôsse possível às colaboradoras de A Voz Feminina, a par da emancipação da mulher tratarem de fundar um instituto para crianças pobres, à imitação do grande poeta, que glória lhes não acrescia!”¹⁴⁴

Francisca Wood aproveitou para esclarecer que já há quinze anos que existiam em Inglaterra iniciativas semelhantes, contemplando crianças e velhos necessitados e custeadas pelas autoridades paroquiais, por senhores nobres ou por sociedades filantrópicas. Concluiu não ser relevante procurar saber quem foi o primeiro a pensar nos sofrimentos alheios, mas sim ressaltar o auxílio prestado.

Estávamos ainda longe do Estado providência e a sociedade liberal e individualista criara situações de grande contraste económico entre as classes sociais. Se nos meios rurais o recurso à terra não deixava agudizar as situações, nos meios urbanos, como se pode verificar pelos apelos divulgados no jornal, os problemas atingiam um grau intolerável.

As mulheres eram chamadas ao papel de medianeiras e eram agentes dissuasores da tensão social. O liberalismo era ambíguo relativamente à religião e parecia considerá-la como um valor feminino, humilde e caritativo. Tomando a Virgem como modelo, as mulheres eram anjos benfazejos no lar e na sociedade. As boas obras realizavam-se, punham em prática a caridade cristã em cumplicidade com a Igreja. Os homens limitavam-se a facilitar os meios materiais e pareciam considerar pouco viris semelhantes actividades.

O meio masculino liberal mantinha um afastamento discreto em relação à Igreja; não vivia a religião, apenas a tolerava. Esta atitude era compreensível tendo em conta o antagonismo e a fricção entre o regime constitucional e a Igreja. Como era suposto as mulheres não terem

¹⁴⁴ Victor Hugo e os inocentes, Anne Caron, nº 57, 1869.

opiniões políticas, mas deveres religiosos, eram os elementos indispensáveis para a mediação e os contactos entre as partes.

Havia grande diferença entre a filantropia como dever social banalizado numa cenografia filantrópica e as motivações feministas. Estas, embora enquadradas na componente religiosa e visando fins semelhantes, possuíam uma capacidade de racionalização e distanciamento e uma preparação cultural que lhes permitia uma maior abrangência da problemática social. As grandes causas que subscreveram são em muitos casos as que ainda hoje perseguimos.

LEITORAS E ESCRITORAS

... Poesia

.....
Ó mundo! que mal tu pagas
Aos entes privilegiados,
Quando de amor inspirados,
Te olham com confiança!
As corôas que lhes concedes
Têm mais espinhos que flores,
E em troca de seus louvores
Lhes ofereces a desesperança!...

Mariana Angélica de Andrade, nº 53, 1869.

Desde o início da sua publicação o jornal anunciara a inclusão nas suas páginas de uma “revista literária” objectiva e sucinta das publicações nacionais e estrangeiras. Entre todas as actividades intelectuais, a literatura era a que tinha uma maior tradição feminina devido aos numerosos tempos livres, que eram preenchidos pela leitura, principalmente de poesia e romance. A maior parte das colaboradoras eram também escritoras e muitas vezes as leitoras enviavam os seus trabalhos para publicação.

Tanto a leitura como a escrita eram incentivadas pelo jornal: a leitura porque era indispensável na aquisição de uma sólida cultura, a segunda derivava naturalmente da primeira, permitia um trabalho criativo e era considerada tão feminina como as actividades musicais ou manuais. “As que forem estudiosas encontrarão um grande auxílio na leitura de bons livros, ou lançando mão da pena, para descrever o que a sua imaginação e o seu génio pensador lhe tiverem ditado.

Que seria de nós nestas longas e frias noites de pesado inverno... se não fosse o socorro da literatura?”¹⁴⁵

Dois livros de poesias, um deles de tema religioso, intitulado O filho de Deus, da autoria da colaboradora portuense D. Maria Adelaide Fernandes Prata, foram apreciados pela secção de crítica literária do jornal, que cumprimentava esta senhora pela sua cultura histórica e conhecimentos filosóficos. Embora “a arte nem sempre seja atendida”, revelando a autora falta de domínio da arte poética, é-lhe reconhecido o seu “muito talento e conhecida ilustração”. O pensamento religioso era muito frequente tanto na poesia como na prosa publicadas em A Voz Feminina, o que indicava a existência de laços fortes entre as mulheres e a Igreja.

¹⁴⁵ Correspondência, Maria Adelaide Fernandes Prata, nº 5, 1868.

A recensão literária é muito variada e abrange jornais, gazetas, peças teatrais, romances, livros de poesia e outros. Nem sempre era assinada, mas Francisca Wood e principalmente Guiomar Torrezão tomaram a seu cargo a apreciação de obras de autores ilustres como Júlio Diniz, João de Deus ou Pinheiro Chagas.

As pupilas do Sr. Reitor mereceram, obviamente, uma cuidadosa análise de Guiomar Torrezão, que a dedicava à redactora, mas excusando-se da sua iniciativa: "Não se imagine que este modestíssimo escrito tem pretensões a esboço crítico", em vista de tantas outras análises notáveis de críticos autorizados, e a autora justificava-o como "expressão de uma admiração entranhada, como me inspira tudo o que é sublime".

A sua apreciação tocou as características principais da obra: "Reconhece-se um profundo estudo analítico através deste suavíssimo idílio; uma íntima percepção da alma humana a revelar-se nesses diálogos fluentíssimos, e de uma graciosa singeleza; ora re florindo em risos expansivos, ora expirando em lágrimas!" Destacou seguidamente as figuras do reitor, de Margarida e Clara, que considerava modelarmente delineadas.

Mas foi uma situação clássica do imaginário deste século, a mulher velando o doente, que foi escolhida para citação. Afirmava Júlio Diniz: "Depois nunca é tão cheia de atractivos a mulher, como ao velar solícita pelo doente que estima. Às mais levianas revela-se-lhes então a grandeza e sublimidade da sua missão na terra. O coração, que as vaidades podiam trazer abafado, estremece e acorda ao primeiro grito de dor; o instinto feminino revive com toda a espontaneidade da abnegação; dá-lhes à voz inflexões de ternura, ao olhar requebros de meiguice; aquela deliciosa fraqueza de ânimo, que nos pedia protecção e amparo, transforma-se em coragem heróica, diante da qual nós, os que nos supunhamos fortes, cedemos subjugados. Um momento destes na vida

da mulher, absolve-a de todos os pequenos defeitos que temos por costume censurar nela.”

Esta passagem vinha finalmente reconhecer a coragem e o valor do sexo feminino. Guiomar Torrezão classificou-a como “uma página de ouro, ditada por íntimas convicções; é finalmente uma glória para a mulher.”¹⁴⁶

Francisca Wood anunciou a criação de uma Biblioteca mensal, dirigida por Costa Goodolfin, que publicaria todos os meses uma obra original ou uma tradução escolhida. O volume deste autor, Páginas soltas, era o arauto anunciador desta colecção. Este livro deveria ter lugar em todas as livrarias e em todas as salas: “Trata de assuntos divertidos, interessantes e variados, num estilo ligeiro como um globo de água de sabão e como ele fascinante nas cores prismáticas de conceitos e linguagem.” Mais tarde, Francisca Wood fez a crítica de Joraica ou a rebelião dos mouros, romance histórico também da autoria de Costa Goodolfin, que reproduzia os factos mais relevantes de uma época de opressão política e religiosa.

Já a obra Os homens de bem, de A. Clímaco dos Reis, mereceu crítica desfavorável da redactora, não só pelo tema, que revelava um horror obsessivo pelo vício e pelo crime, esquecendo o lado positivo da humanidade, mas também pelos abundantes erros gramaticais e tipográficos que apresentava.

Guiomar Torrezão encarregou-se da crítica de O remorso de António José de Carvalho, a pedido do autor, objectando embora ter sido já ajuizado por mestre Castilho. Era ainda notável que, num país em que não se considerava o talento feminino, um homem confiasse na inteligência de uma mulher a ponto de lhe pedir que fizesse a crítica do seu livro.

¹⁴⁶ As pupilas do sr. reitor, Guiomar Torrezão, nº 16, 1868.

Tratava-se de um romance social em três volumes, cheio de peripécias surpreendentes, lances dramáticos e até trágicos. A figura mais notável era a velha tia Fortunata Maria da Chaga do Lado de Jesus, “tipo excepcional mas verdadeiro e bem acabado da Lady Tartufo da plebe”. Guiomar Torrezão transcreveu citações sobre a mulher e o amor e terminou incitando ao estudo o autor, ao mesmo tempo que lhe vaticinava um futuro na república das letras.

A maioria destes escritores tinha publicado no jornal produções suas e as colaboradoras também publicaram romances de sua autoria, sob a forma de folhetins. É o caso de Uma alma de mulher de Guiomar Torrezão, Aurelie et Eliska de Anne Marie Caron (em língua francesa) e Mary Severn de Francisca Wood.

É raro o número de A Voz Feminina em que não tenham sido publicadas poesias dedicadas aos temas mais diversos. Mariana Angélica de Andrade e Amélia Janny eram as poetisas mais notáveis e conseguiam por vezes ultrapassar o formalismo e as convenções e deixar transparecer um sofrimento não literário, mas genuíno.

Estas duas mulheres brilhavam nos salões como poetisas, mas deviam ter sofrido uma marginalização pela sociedade que temia mulheres diferentes. O cansaço de serem exibidas, a desilusão pessoal e a frustração de porfiar numa luta sem êxito estão patentes nos versos de ambas. Amélia Janny exprime-se assim na poesia *Desalento*:

.....
Idade desperdiçada! que hei eu feito?
Sofrer comigo só - nunca o dizer:
Matar aspirações, calar o peito,
Sufocar ambições que ousam nascer!

Na carta resposta a Francisca Wood, que lhe pedia colaboração afirmava: “Quando eu sonhava escrevia os meus sonhos. No tempo em

que tinha aspirações, vinham os meus versos denunciá-las. Hoje, que nem sonho nem aspiro, que quer V. Ex^a que eu escreva?”

Mariana Angélica de Andrade desabafava na poesia *Sorrisos*:

.....
A sociedade quer risos,
risos só, lágrimas não!
E é cruel rirem os lábios
Quando chora o coração...

Deixava também transparecer o seu desencanto na poesia *Ilusões*:

.....
No céu há grinaldas, delícias eternas
Que Deus dá em prémio das boas acções;
Venturas da terra não creiam donzelas,
São tudo quimeras... são tudo ilusões!

O acento de sinceridade destas poesias é diferente da mágoa poética convencional, pois perseguir ideais e ser diferente sempre teve custos muito elevados. Guiomar Torrezão era menos vulnerável a esta erosão e, embora também tenha publicado poesia, denotava um espírito mais objectivo e combativo, enquanto Francisca Wood se dedicou exclusivamente à prosa.

O livro de versos Aparições de Guilherme de Azevedo recebeu caloroso acolhimento da parte de Guiomar Torrezão, que o considerou pleno de juventude, novidade e entusiasmo. O autor “escreve versos porque Deus o fadou poeta, pensa e crê sem irromper em estultas

imprecações contra a sociedade, que no fim de tudo tem tanto de má como de boa”.¹⁴⁷

Mas foram as “Flores do Campo” de João de Deus que suscitaram da parte desta crítica literária a maior aprovação. A Voz Feminina, o Jornal das Damas e muitas outras publicações da época, divulgaram os poemas deste autor, que brilhavam de autenticidade entre a rotineira produção poética, vergada ao peso das banalidades usuais.

No extenso artigo que lhe dedicou, Guiomar Torrezão começou por defender a poesia. “Não chamem à poesia trivialidade” pois ela teve lugar nos grandes acontecimentos sociais: as estrofes de Roger de L’Isle ergueram a França cantando a *Marselhesa*; Shakespeare e Camões immortalizaram os respectivos países e no séc. XIX “os homens dos algarismos, os materialistas que antepõem a carne ao espírito” devem deixar cantar os poetas.

Guiomar Torrezão confessava ter lido inúmeras vezes as Flores do Campo, sempre com renovado prazer, e a primeira qualidade que atribuiu ao poeta foi a originalidade. Enquanto ao fazer a crítica de qualquer poeta português, este era sempre comparado aos poetas estrangeiros, isso não era possível com João de Deus, pois “tem o cunho original da poesia portuguesa na sua mais genuína expressão”. Todo o país perpassava através dos seus versos e lendo-o “compreende-se quanto na pátria de Camões e de Garrett a poesia se manifesta esplêndida na forma e na ideia!”

A originalidade deste poeta e a desconcertante simplicidade dos seus versos, que se destacavam entre a produção nacional, não escaparam à observação de Guiomar Torrezão: “Há estrofes de uma suavidade tão niamente infantil, tão peculiarmente despretenciosa, que a ninguém senão João de Deus poderiam atribuir-se”, mesmo que o seu

¹⁴⁷ Revista, Aparições, versos de Guilherme de Azevedo, Guiomar Torrezão, nº 64, 1869.

nome as não subscrevesse. A forma como as mulheres são tratadas na sua poesia despertava no sexo feminino um necessário sentimento de gratidão. Várias composições atestavam ainda a crença em Deus.

O excesso de rima, que saía por vezes defeituosa, era uma incorrecção largamente compensada pela força da inspiração. Guiomar Torrezão defendeu abertamente o poeta: “Se João de Deus pertencesse a um certo número de poetas, que esgaravatam na areia e folheiam livros alheios, primeiro que possam rabiscar algumas insulsas linhas, talvez a rima lhe saísse menos incorrecta segundo a arte, mas acanhada e raquítica segundo o pensamento.

A verdadeira poesia, como diz C. de Figueiredo, surge livre como a natureza, irrompe, inunda de luz de fogo, sem muitas vezes poder sujeitar-se aos acanhados moldes da arte.”¹⁴⁸

O artigo terminava, aconselhando todas as leitoras a adquirir a obra, colocando-a no seu *boudoir* junto às flores da Primavera que se aproximava.

No início da publicação de A Voz Feminina já Guiomar Torrezão alertava a redacção contra o perigo de se dar preferência a traduções em detrimento de produções originais. Também temia certamente, o que de todo não se pode evitar, isto é, a proliferação de má poesia nas páginas do jornal. Naquela época, qualquer cavalheiro ou dama de sociedade considerava poetar como mais um dom social e seria difícil à redacção recusar sistematicamente pedidos de publicação, sob pena de perder simpatias e amizades.

Guiomar Torrezão advertia: “Versos a não serem de uma D. Maria Amália Vaz de Carvalho, D. Amélia Janny, etc. não creio que cooperem muito para o fim a que se propõe A Voz Feminina.”¹⁴⁹ Seguiu-se o elogio

¹⁴⁸ Flores do Campo de João de Deus, Guiomar Torrezão, nº 60, 1869.

¹⁴⁹ Saudação, Guiomar Torrezão, nº 4, 1868.

da primeira poetisa e a transcrição de versos do livro Uma primavera de mulher, que exprimiam o que se entendia ser a missão da mulher:

“Não é nas salas, ao clarão dos lustres,
não é entre delírios e folganças
que tu és bela; e brilhas, ó mulher!
mas és santa no albergue da indigência!
és sublime do leito à cabeceira;
onde anceia na febre derradeira
o pai... o esposo... o irmão que vai morrer!”

Chegou a altura de confrontarmos Guiomar Torrezão com a inconsequência e aparente conflitualidade das suas opções: por um lado a concordância com o papel das mulheres abnegadas, que justificavam a sua existência servindo os homens e a sociedade; e por outro a adesão às mulheres que enveredavam pelas ciências duras, pela senda do trabalho, das associações, do feminismo militante em demanda dos direitos fundamentais.

Esta dualidade é inevitável. A pressão social é enorme quanto ao que se espera das mulheres, a opção radical é marginalizadora e não é isolando-se que as mulheres atingem objectivos. Além disso, não é psiquicamente tolerável recusar todos os estereótipos, mesmo gozando da proximidade de um grupo de apoio, nem se pode abdicar de uma vida social e familiar em proveito de um isolacionismo que não tem por onde actuar. O feminismo só pode agir induzindo novos comportamentos na colectividade e não excluindo-se dela.

Os progressos anglo-saxónicos e os atrasos latinos não são fatalidades nacionais, nem demonstram méritos ou deméritos, apenas apontam condicionalismos facilitadores ou impeditivos. Os primeiros germinaram em ambiente favorável, na tradição de um protestantismo sublevado, de uma tradição política favorável às liberdades e afirmação

individuais, num ambiente cultural de literacia generalizada e baseada nos textos bíblicos. Os segundos consolidaram-se na tradição do catolicismo contrareformista, de práticas políticas absolutistas, substituídas por um constitucionalismo masculino incipiente e alienado e num ambiente cultural iletrado.

O regresso exclusivo ao lar também não era mais possível, pois as exigências sociais tinham conduzido as mulheres ao “clarão dos lustres” a que se referia Maria Amália Vaz de Carvalho. Perante a mesma situação da mulher velando o doente, é curioso comparar a análise desta escritora com a de Júlio Diniz. Ambos consideram esta missão como “sublime”.

Reflexo da participação feminina nos eventos sociais é a abundância de críticas teatrais nas páginas do jornal. A representação no teatro de D. Maria II do drama em 5 actos, A doida de Montmayour proporcionou a Guiomar Torrezão o ensejo para enaltecer a actriz Emília das Neves e que, a avaliar pela descrição da complicadíssima trama, conseguiu por si só captar o interesse dos espectadores.

No teatro do Ginásio, o drama de Carl Busch O inimigo das mulheres foi alvo de uma crítica não assinada. Não correspondendo ao que se esperava do título, a acção narrava a história de um homem que, enganado por três mulheres, jurava vingança, mas não conseguia consolação: “Assim pois o prazer de fazer mal às mulheres, deixava um vazio na alma do inimigo das mulheres!”

A crítica considerava altamente dramático o desenvolvimento da história, mas apontava defeitos: a acção era interrompida por intermináveis monólogos e diálogos, havia situações ilógicas e incongruentes e era pouco viril o carácter da personagem masculina. A obra foi aceite pela crítica, mas o autor era convidado a reformulá-la antes de a repor em cena.

Grande êxito teatral e literário foi a peça de Pinheiro Chagas, A morgadinha de Val Flor, levada à cena no teatro de D. Maria II e que

mereceu a honra de duas apreciações, uma de Francisca Wood e outra de Guiomar Torrezão.

A redactora admirou-se do notável conhecimento do autor sobre os sentimentos e o mundo íntimo feminino. Devido à separação dos sexos e ao jogo amoroso, os homens estavam mais preocupados em conquistar do que em conhecer. Quanto às mulheres, temendo ser presa fácil, estavam mais preocupadas em esconder os seus sentimentos, porque temiam os homens. Estes só tinham facilidade em conhecer mulheres que já não eram honestas. “Pinheiro Chagas, porém, ou é inspirado, ou tem tido o privilégio raro de obter modelos perfeitos para esse perfeitíssimo coração de mulher.” A transformação da heroína, Leonor, de mulher insolente e arrogante devido à riqueza e aos pergaminhos em simples mulher apaixonada constituía um dos atractivos desta produção.

Francisca Wood confessava já ter visto os melhores actores e as melhores peças, mas enquanto estas são “mitos com os quais não nos podemos identificar”, o mesmo não acontecia com A morgadinha de Val Flor, “porque os costumes, a linguagem e as ideias são outros tantos liames entre os actores e o auditório.”¹⁵⁰

Convidou as leitoras a ver o espectáculo e reiterou a afirmação, já divulgada em outros números do jornal, que os actores portugueses nada tinham a invejar aos estrangeiros. Em muitos pontos poderíamos estar atrasados, mas nunca na arte de representar.

Enquanto a crítica da redactora se dedicou exclusivamente a esta peça teatral, Guiomar Torrezão referiu-se-lhe apenas no final de um editorial: “A morgadinha de Val Flor”, belíssimo drama original de Pinheiro Chagas, actualmente em cena no teatro de D: Maria II, marca um período brilhantíssimo no teatro português, atestando eloquentemente quão rica e

¹⁵⁰ O teatro de D. Maria II, Francisca Wood, nº 68, 1869.

florescente em dotes intelectuais é a geração presente, e quanto a arte dramática tem prosperado entre nós.”¹⁵¹

Muitas publicações foram recebidas e divulgadas pela revista literária do jornal. O Guia histórico do viajante em Coimbra foi altamente recomendado por Francisca Wood, não só por ser um rico repositório de notícias históricas, arqueológicas e descritivas, ilustrado com admiráveis gravuras de panoramas e monumentos da cidade, mas também uma obra de literatura amena adaptada ao preenchimento dos tempos de lazer.

Em 1869, saiu do prelo uma obra que originou na secção de recensão literária do jornal um extenso comentário assinado pela redactora. Era o Dicionário - Album, o amor, a mulher e o casamento, compilação do que se tinha dito e escrito a respeito das mulheres e do amor, sendo a obra coligida dos melhores autores nacionais e estrangeiros, aumentada por L. de Claranges e editada por Carl Busch.

A redactora afirmava que se tratava de uma obra original em todos os sentidos, surpreendendo-se com a aplicação e persistência em coligir opiniões e sentimentos de mais de trezentos e trinta autores. Não sendo obra filosófica, científica ou poética, tinha o interesse de revelar que “o maior volume ou número de conceitos ludibriosos contra a mulher são exalações dos séc. XVI, XVII e XVIII, precedentes dos homens e mulheres daquelas mesmas épocas”. Francisca Wood atribui este facto à corrupção social e política desses séculos e, abrindo o livro ao acaso, seleccionou e transcreveu vários pensamentos exemplificativos do que afirmara, como por exemplo a máxima de Montesquieu “As mulheres só têm almas pequenas”.

Denotando o interesse que sempre existiu pelas mulheres na Europa ocidental ao longo dos séculos, o Dicionário-Album recordou as

¹⁵¹ A arte dramática, Editorial, Guiomar Torrezão, nº 73, 1869.

formas como o sexo feminino tinha sido considerado através dos tempos, preponderando as asserções negativas sobre o elogio hiperbólico.

Os gregos e os romanos queixavam-se grosseiramente das mulheres, que enquadradas em maus ambientes originados pelos homens não podiam ter bons comportamentos. Também os cristãos se queixaram, porque as mulheres, mais do que outra criatura ou coisa terrestre, lhes faziam sentir a sua fraqueza humana. Quanto ao homem medieval acusava a mulher de não lhe dar um amor casto e puro pois, como na antiguidade greco-latina, tendo criado para a mulher um círculo vicioso, queria que fosse virtuosa. “Assim pois o Dicionário-Album é um epitome histórico da irresistível influência moral que a mulher em todos os séculos, mas particularmente naqueles que especificamos, tem exercido sobre o homem, e da injustiça com que este sempre a tem julgado e interpretado.”¹⁵²

Dezoito séculos antecederam o extraordinário séc. XIX, em que tantos homens cultos da Europa e da América reconheciam finalmente o direito das mulheres serem tratadas como seres pensantes e responsáveis, a terem direitos civis e políticos iguais aos dos homens, a serem recebidas nas universidades e a obterem novos meios de assegurar a sua subsistência. A redactora terminou desejando bom acolhimento a esta obra, embora soubesse que em Portugal se gastava mais em guloseimas do que “em livros ou Vozes Femininas.”

O jornal noticiou a publicação dos dois primeiros números da Gazeta Pedagógica, divulgando o prólogo dirigido ao professorado: “...apontem-se as transformações porque vão passando os métodos e os modos de ensino e finalmente torne-se o mestre um indivíduo instruído, que só assim será capaz de compreender a útil e alta missão que é chamado a desempenhar para o melhoramento intelectual e moral da

¹⁵² Revista, Dicionário-Album, Francisca Wood, nº 65, 1869.

sociedade.” Concluía pela impossibilidade de estimular o professorado devido à pobreza e privações originadas “pela extrema modicidade dos salários dos mestres e mestras.”¹⁵³

Também foi acusada a recepção do primeiro número da Gazeta do Correio, que se propunha eliminar abusos, promover melhoramentos de utilidade pública, perseguindo objectivos filantrópicos, sem nunca ceder as suas colunas a vergonhosas polémicas.

Francisca Wood advertiu a nova publicação do costume nacional de ridicularizar e hostilizar quem promovia o bem geral, ao contrário da benevolência com que outros países acolhiam este tipo de iniciativas. A redactora comentou ainda o papel da imprensa que, sendo o mais precioso dom da civilização, se convertia por vezes num flagelo: “A imprensa que honram com os títulos de púlpito da verdade, tribuna da nação, órgão do progresso, etc. não é por enquanto entre nós senão um órgão de paixões vis, de doestos vergonhosos.”¹⁵⁴

Uma publicação dedicada às senhoras, mas totalmente diferente de A Voz Feminina, era o Jornal das Damas, que enviou várias vezes os seus exemplares à redacção de Francisca Wood. Era um jornal que investia na moda, em luxuosos figurinos, mas que publicava também alguma produção literária. A Voz Feminina não deixou de manifestar a sua reserva, expressa no seguinte comentário: “Publicou-se o nº 19 do Jornal das Damas, revista de literatura e modas, que, se podemos julgar pela tendência do sexo a que se dirige, tendência tão extremamente exagerada no século em que vivemos, deve gozar da apreciação geral e ilimitada das senhoras (êxito que muito desejamos aos empresários) mas também a deve gozar pela sua nitidez e interesse literário.”¹⁵⁵

¹⁵³ Ao Professorado, nº 69, 1869.

¹⁵⁴ Francisca Wood, nº 70, 1869.

¹⁵⁵ Notícias literárias, nº 28, 1868.

As apreciações sobre o Jornal das Damas são feitas em tom condescendente e irónico. É o que verificamos quanto ao nº 25, que apresentava “um opíparo banquete de modas” oferecido por um homem. Transcrevia-se a descrição de uma toilette onde se lia: “Grande cuia formada de louras tranças”, ao que se seguia o comentário de A Voz Feminina: “e quem as tiver pretas o que há de fazer?”

Quanto à secção literária de o Jornal das Damas, acusava-se a publicação de poesias, uma das quais de João de Deus, o excerto de um artigo de Ramalho Ortigão sobre o *cancan*, que era considerado embaraçoso para as senhoras, Romeu e Julieta pelo escritor J. C. Machado e uma série de artigos que eram considerados interessantes.

A colaboradora Emília da Maia noticiou a publicação em Paris de um jornal redigido exclusivamente por senhoras, a Gazeta das Damas, comentando que seria de desejar que a imitação das senhoras estrangeiras não se limitasse à moda, mas também ao aperfeiçoamento intelectual.

A área da actividade feminina no domínio dos interesses e das obrigações era muito extensa no séc. XIX. Assim, o jornal recebeu exemplares de publicações tão díspares como o Manual do jardineiro e a Revista dos monumentos sepulcrais, sem dúvida porque um dos seus múltiplos deveres era a gestão das enfermidades e das mortes.

MULHERES E POLÍTICA

Liberdade

Enquanto a mim, não posso
Sofrer qualquer prisão;
Ar livre, a pátria livre!
E livre o coração!...

Mariana Angélica de Andrade, nº 11, 1868.

A promessa, feita no primeiro número do jornal, de não o eximir da abordagem de assuntos políticos, embora se tratasse de um jornal feminino, foi cumprida. Era mostrado um bom conhecimento e domínio da política europeia da época, como por exemplo as unificações italiana e alemã e a luta contra o poder temporal do Papado.

Quanto à política nacional, a luta partidária auxiliada pela imprensa desiludia grande número de pessoas, entre as quais se contava o grupo de A Voz Feminina. Amélia Janny, Mariana Angélica de Andrade e Francisca Wood expressaram diversas vezes o seu repúdio pela forma de fazer política no nosso país. A falta de objectividade, as paixões partidárias e os interesses individuais, as invejas que conduziam a ataques pessoais, a inexistência de frontalidade e de cumprimento da palavra dada contribuíram para essa opinião negativa sobre as actividades políticas nacionais.

Francisca Wood transcreveu as conclusões de um escritor contemporâneo sobre o funcionamento da imprensa e da política: "As agressões violentas e injustas assacadas contra o civismo de Latino Coelho, atestam a decadência da nossa imprensa. Estamos numa época desgraçada. Deturpam-se os factos, desvirtuam-se as intenções, sofismam-se os princípios, com o único fim de inutilizar um adversário. Hoje move-se a Latino Coelho uma guerra mesquinha e desleal: ontem sofreu Casal Ribeiro o mesmo ataque, que além de miserável é hediondo. Todos os partidos estão afectados da mesma intolerância, e a sociedade, educada neste ambiente de paixões tenebrosas há-de chegar ao último grau de prostituição política."¹⁵⁶

Este mau exemplo iria certamente pesar na recusa das mulheres em participar na política, achando-a incompatível não só com os seus princípios como com o sexo a que pertenciam.

¹⁵⁶ Editorial, Francisca Wood, nº 47, 1868.

A luta pelos direitos políticos e sociais das mulheres não foi pacífica. Proclamou-se que o séc. XIX era o século da emancipação feminina, divulgaram-se as conquistas alcançadas no mundo ocidental, mas no nosso país não havia consenso quanto aos limites dessa evolução. As mulheres não ousavam avançar, embora, multiplicassem argumentações e notícias a favor dos seus direitos. Algo que ficava por dizer, mas muito poderoso paralisava-as. Existia uma luta entre o desejo de afirmação pública das mulheres e o receio de comprometer a sua inquestionável missão privada. Responsáveis por uma interminável cadeia de deveres e glorificadas como deusas e sacerdotizas do lar doméstico, as mulheres hesitavam e debitavam argumentos dilatatórios para se justificarem. Apontavam como exemplos as inglesas e americanas, mas terminaram por repudiar os seus "excessos".

Para compreendermos o que as assustava, recordemos esta passagem de Jean-Jacques Rousseau, tirada de Emile ou l'éducation: "Toute l'éducation des femmes doit être relative aux hommes. Leur plaire, leur être utiles, se faire aimer et honorer d'eux, les élever jeunes, les soigner grands, les conseiller, les consoler, leur rendre la vie agréable et douce; voilà les devoirs des femmes dans tous les temps, et ce qu'on doit leur apprendre dès l'enfance."

Comparemos estas directrizes que nortearam a educação feminina até ao nosso século com o que lhes propunha Stuart Mill: "Enquanto ao exercício dos direitos políticos, não admito diferenças de sexo. Todos os seres humanos têm o mesmo interesse em que haja um bom governo; dele depende igualmente o bem estar de todos, e todos têm igual necessidade de assegurar para si uma parte dos benefícios que dele resultam para a sociedade. Se nisto quiséssemos admitir alguma diferença, havíamos de admiti-la em favor das mulheres, por isso que, sendo elas fisicamente mais fracas, dependem mais imediatamente da protecção da lei e do estado.

Há já muito que a sociedade se acha despida dos absurdos preconceitos em que unicamente poderia fundar-se a exclusão da mulher relativamente aos cargos públicos e ao exercício dos direitos políticos. Ninguém já hoje sustenta que a mulher deve viver subjugada pelo predomínio do sexo forte, que não deva ter outro pensamento, outro desejo, outra ocupação mais do que o ser a escrava doméstica de seu marido, seu pai ou seu irmão. As modernas leis civis permitem às mulheres a posse e livre administração de suas fortunas e a gerência dos seus negócios, exactamente como aos homens; todos são unânimes em dizer que a mulher deve pensar, ler, escrever e ensinar como o homem, e desde o momento em que a sociedade perfilha estas ideias, a incapacidade política do sexo feminino não tem fundamento algum. Ou são falsas as tendências modernas de progresso social, ou então é necessário levá-las até à completa abolição de todas as incapacidades e exclusões que vedam a um ser humano o exercício de um direito que lhe compete.¹⁵⁷

O abismo existente entre a filosofia dos dois textos era o que existia entre a educação feminina do séc. XIX e a contradição manifesta em que se encontrava relativamente aos progressos do século. A porta aberta por Stuart Mill deixou as mulheres atemorizadas: presas há séculos a deveres, encontravam-se incapacitadas para exercer direitos, como se paradoxalmente tendo reclamado pela sua afirmação na sociedade, tivessem subitamente descoberto... que preferiam ficar em casa.

O mais longe que puderam ir foi assumir a conquista dos direitos, mas abdicaram do seu pleno exercício. Era absurdo exercer cargos públicos e políticos, expor-se a insultos, à publicidade, aos votos do

¹⁵⁷ Editorial, D. A. C. Isabel da Costa, nº 22, 1868.

eleitorado, aventurar-se num terreno hostil, abandonando a segurança doméstica e o mero convívio social.

As notícias que chegavam dos Estados Unidos surpreenderam e escandalizaram a redactora de A Voz Feminina: as mulheres americanas não se limitavam a exercer passivamente os seus direitos políticos, mas avançavam para o desempenho activo da cidadania. Enquanto, segundo o jornal, as mulheres indianas ainda eram sacrificadas no cerimonial religioso do “sutee”, deixando-se cremar no funeral de seus maridos, as americanas decidiram acabar com as Igrejas exclusivamente masculinas e, sem comentário, o jornal publicou as seguintes notícias: “Em Iowa, distrito dos Estados Unidos da América, a reverenda Miss Chapim aceitou o curato de Milwaukee, percebendo dois mil pesos anuais” e ainda “Há no seminário de Meadville (América do Norte) duas estudantes de teologia. Discute-se a expediência de admitir senhoras no colégio de Alleghany, o que sem dúvida se levará a efeito.”¹⁵⁸ Em Chicago reclamou-se um governo constituído por mulheres, que reorganizasse a Igreja e o Estado.

A perturbação em A Voz Feminina não é de surpreender: o grupo colhia as suas raízes culturais em Portugal, França e Inglaterra e o velho mundo acompanhava com dificuldade a rapidez evolutiva do novo mundo e das suas oportunidades, onde nada parecia impossível.

Além disso, o recente constitucionalismo português determinava uma forma incorrecta de actuação política, estando ainda mal assimiladas as regras do jogo democrático. Assim, as mulheres olhavam para o clube político como reservado a homens, onde também não faziam questão de entrar por ser local “impróprio para senhoras”. Consideravam que o ambiente agressivo e a falta de respeito mútuo entre deputados não augurava nada de bom, embora soubessem que muitas mulheres desempenhariam melhor essas funções no Parlamento: “Sei de algumas

¹⁵⁸ Variedades, nº 63, 1869.

senhoras, que se fôsem eleitas deputadas, seriam mais dignas representantes da nação e mais eloquentes advogadas do povo, do que certos deputados mudos, que só servem de despesa ao Estado, mas o que importavam o amor da pátria e os dotes oratórios, se a voz da oradora não seria talvez escutada nas vastas abóbadas de S. Bento?"¹⁵⁹

Mariana Angélica de Andrade era da opinião que as mulheres não deviam exercer cargos públicos, as questões políticas eram "intrincadas e repugnantes" e "a mulher que cumpre à risca os seus deveres e governa bem a sua casa, já não faz pouco." Isto depois de censurar as outras senhoras que "alistadas nas nossas fileiras progressistas, tinham desertado antes de fazer serviço!", observação que, de certo modo, poderia aplicar a si própria.

Francisca Wood queria que as mulheres tivessem direitos políticos, mas isto não significaria um desempenho obrigatório. Assim como os homens de diversas ocupações tinham poder eleitoral, mas não abandonavam as suas profissões para fazer política, assim também as mulheres deviam ter todos os direitos, sem serem obrigadas a abandonar os seus deveres domésticos.

Guiomar Torrezão defendia que a mulher devia possuir o direito de sufrágio, *embora não o aproveitasse*, quando mais não fosse para ter a certeza de que a reconheciam como *a mulher livre ao lado do homem livre*, ambos iguais em direitos.

William Wood procurou tranquilizar as mulheres, assegurando-lhes que os direitos políticos não as obrigavam a sair de suas casas para a confusão pública, exercendo cargos, votando e solicitando votos, mas *deviam ter essa opção*.

Na actualidade, perante a intenção do Governo de atribuir uma quota de 20% de participação feminina no Parlamento, logo surgiram

¹⁵⁹ Editorial, Mariana Angélica de Andrade, n.º 54, 1869.

preocupações masculinas: não é justo “obrigar” por lei as mulheres a fazerem política.

Simplemente os motivos desta ausência são escamoteados: sabendo-se da existência da dupla jornada de trabalho, do duro esforço exigido para construir uma carreira num ambiente masculino competitivo e ainda da dificuldade em aceder a lugares de chefia e decisão, mesmo por parte de mulheres de qualificação académica superior, esta preocupação é no mínimo de um paternalismo hipócrita.

Na época a que nos reportamos, o temor da opinião pública, o medo de serem confundidas e ridicularizadas e principalmente culpabilizadas de abandono dos seus deveres, justificam todos estes avanços e recuos.

As mulheres não podiam ter a audácia de traçarem com segurança o seu próprio caminho e, devido a essa força paralisadora que as impedia, resultava que os homens eram por vezes melhores advogados da causa feminina do que as interessadas.

William Wood escreveu: “Minhas senhoras, o prisioneiro acostumado às trevas da sua masmorra, teme a luz do dia; assim também a mulher acostumada a uma limitadíssima órbita convencional, teme a gloriosa luz da verdadeira liberdade, luz que em pouco tempo, iluminando as veredas da sua vida social lhes descobrirá cenas de utilidade universal que ela nunca pode contemplar nas trevas da sua actual menoridade.”¹⁶⁰

Foi transcrito do jornal Voz do Povo do Funchal um artigo sobre a emancipação das mulheres: “Pela nossa parte nós somos pela completa igualdade política dos dois géneros da humanidade ... É odioso e é condenável perante a filosofia e perante o cristianismo, que a mulher esteja excluída das funções públicas que ao homem a lei concede ... A

¹⁶⁰ Editorial, William Wood, nº 25, 1868.

mulher tem no decurso dos séculos percorrido o caminho da sua menoridade e soou para ela a hora da sua emancipação. Ajudemos nós os homens a converter num facto social este grande princípio da liberdade; e a mulher não trará à vida civil senão os benefícios que derrama na vida doméstica.”¹⁶¹ O articulista referiu os progressos verificados no nosso Código Civil, mas que eram ainda insuficientes, pois condenavam as mulheres “a um exílio civil insustentável e despótico.”

Em 1869, Francisca Wood afirmou que as senhoras portuguesas não estavam ainda aptas para apreciar as regalias civis que não possuíam. Mas não se podia responsabilizar deste facto o poder legislativo, visto que o novo Código Civil continha várias provisões em favor das mulheres tão justas e liberais como se poderiam desejar mesmo num estado de civilização superior ao nosso. Concluía: “O que a mulher portuguesa carece é ensino, ilustração.” De facto, o desfasamento entre Direito e realidade verifica-se ainda na actualidade.

Numa comunicação dirigida à redactora, um republicano elogiava a república dos Estados Unidos da América como fonte de progresso da civilização, pois promulgava leis que emancipavam homens e mulheres, concedendo-lhes direitos e acrescidos deveres. A educação transformaria as mulheres pobres ou ricas em boas cidadãs, mulheres livres ao lado de homens livres.¹⁶²

Ao renunciar à redacção do jornal em proveito do seu marido, Francisca Wood anunciou que, “em imitação de todos os jornais estrangeiros dedicados à causa dos direitos sociais do sexo feminino”, o jornal ampliaria a secção de política e negócios públicos, até porque “a maior parte dos seus assinantes pertencem ao sexo a que a política pertence”. A redactora, acusada de querer sair fora da sua esfera de

¹⁶¹ Editorial, nº 44, 1868.

¹⁶² Editorial, João Luís da Silva Viana, nº 64, 1869.

competências privadas, afirmava que não a desprezava, antes a reconhecia como sua, não a trocando por outra.

Abandonado pelo sexo que se propunha defender, o primeiro jornal feminista português reconheceu não ser possível ajudar quem não queria ser ajudado e que considerava as teses que tão valorosamente defendera como demasiado progressistas.

No núcleo deste pequeno grupo não esmoreceu até o final a coragem com que tinham iniciado a sua acção: mais hesitantes e confusas umas, mais esclarecidas e determinadas outras, mas todas acreditando que, como mulheres do seu século, tinham direito a participar nos seus progressos.

CONCLUSÃO

As mulheres escolheram o jornalismo, nesse já distante ano de 1868, para reclamarem os seus direitos e afirmarem a sua presença. Era-lhes intolerável o silêncio, a invisibilidade e a nulidade em que a sociedade as encerrava. Estas jornalistas eram possuidoras de apreciável cultura e de facilidade na utilização da língua. Durante dois anos expuseram as suas ideias com convicção e firmeza e conseguiram manter-se fiéis à planificação que tinham concebido para o seu jornal. Orientavam-se não só pelas ideias gerais de justiça, liberdade e progresso do seu século, como também reivindicavam o direito de nelas participarem e contribuírem para o seu desenvolvimento. Lutavam contra a situação em que se encontrava o sexo feminino, que era impedido pela ignorância e pelos preconceitos de exercer uma cidadania de pleno direito.

Este tipo de jornalismo pedagógico procurava educar as mulheres e fazê-las repensar os papéis tradicionais sem lhes retirar a possibilidade de virem um dia a aprofundar os seus conhecimentos e a exercer profissões respeitadas.

O jornal não seguiu uma orientação feminista exclusiva, orientando-se por preocupações de carácter universalista e englobando na sua defesa todas as situações de opressão e injustiça. Nem sempre, porém, podiam excluir hesitações e contradições inevitáveis a um jornalismo incipiente, que dava os primeiros passos na década de sessenta. O meio envolvente, isto é, uma sociedade regeneradora, mas estreitamente conservadora e a agitação política e religiosa desta época não podiam ter deixado de exercer pressão nestas mulheres. Nem sempre lhes era possível abandonar estereótipos, ou porque ainda estivessem muito vincadas as marcas da educação recebida ou porque não era possível romper com costumes, ideias e tradições profundamente enraizadas na sociedade. Era-lhes necessária uma certa flexibilidade para que existisse alguma aceitação sem sofrerem um repúdio total.

Assim, é possível apontar algumas contradições não só à redactora como a algumas colaboradoras. Francisca Wood era determinada e consistente, mas recusava o "extremismo" de Stuart Mill e as atitudes das feministas americanas, que considerava provocatórias. Guiomar Torrezão, jornalista e autora teatral, convivia com facilidade nos meios mundanos e se por um lado procurava lisonjear a exemplar Maria Amália Vaz de Carvalho, por outro lado correspondia-se com as mais evoluídas feministas europeias. Mariana Angélica de Andrade era firme, mas por vezes excessivamente moderada nas suas ambições, confinando-as ao lar doméstico. Amélia Janny tinha a consciência de desperdiçar o seu talento poético, mas retraía-se numa atitude sofredora. Era-lhes muito difícil conciliar a sua condição de "senhoras da sociedade" com a sua postura intelectual. Por vezes não era possível ir muito longe na condenação de actividades como a moda ou a literatura de entretenimento sob pena de afastar as leitoras com a apresentação exclusiva de artigos de opinião ou textos informativos ou educativos. A defesa dos animais, tão cara ao casal Wood, era obrigada a conviver com alusões tauromáquicas, embora com fins filantrópicos.

Apesar das suas limitações, podemos considerar positiva a actuação destas mulheres, que conseguiram provar não ser o sexo feminino um lado nulo da humanidade. Finalmente fizeram chegar ao público a sua linha de pensamento e a mundivivência feminina tirando do silêncio a sua geração.

BIBLIOGRAFIA

- **Almeida, Fortunato de**, História da Igreja em Portugal, nova edição, preparada e dirigida por Damião Peres, Barcelos, Editora Civilização, 1968.
- **Ariès, Philippe e Duby, Georges** (sob a direcção de), História da vida privada, Vol. 4, Porto, Edições Afrontamento, 1990.
- **Barreira, Cecília**, "Imagens da Mulher na literatura portuguesa oitocentista", in Análise Social, 3ª série, Vol. XXII, nºs 92-93, 1986 -3º - 4º, p. 521.
- **Berrini, Beatriz**, Condição feminina in Portugal de Eça de Queiroz, temas portugueses, (Dissertação de doutoramento, Universidade de S. Paulo, 1982), Lisboa, Edição Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984.
- **Catroga, Fernando e Carvalho, Paulo A.M. Anchor de**, Sociedade e Cultura Portuguesas II, Lisboa, Edição Universidade Aberta, 1996, p. 137.
- **Chagas, Manuel Pinheiro**, História de Portugal, popular e ilustrada de M. Pinheiro Chagas, continuada desde a chegada de D. Pedro IV à Europa até à morte de D: Maria II por J. Barbosa Colen e daí até aos nossos dias por Marques Gomes, décimo segundo volume, Lisboa, Empresa da História de Portugal, Sociedade Editora, 1907.
- **Costa, Fernando Marques da**, "Um namoro na geração de 70: Batalha Reis - Celeste Cinatti", in Análise Social, 3ª série, vol. XXII, nºs 92-93, 1986 - 3º - 4º, p. 715.
- **Costa, goodolfin**, A Associação, História e desenvolvimento das Associações portuguesas, Lisboa, Tipografia universal de Tomás Quintino Antunes, imprensa da casa real, Rua dos Calafates, 110, 1876.

- **Fonseca, Martinho da**, Aditamentos ao Dicionário Bibliográfico português de Inocêncio Francisco da Silva, p. 17, Lisboa, Imprensa Nacional, 1972.
- **Fraisse, Geneviève e Perrot, Michelle** (sob a orientação de), História das Mulheres, vol. 4, o séc. XIX, Porto, Edições Afrontamento, 1994.
- **Leal, Maria Ivone**, Um século de periódicos femininos, Lisboa, Edição CIDM, 1992.
- **Lemos, Maximiano de** (publicado sob a direcção de), Enciclopédia Portuguesa Ilustrada, Dicionário Universal, vol. VI, p. 57, Porto, Lemos e C^a, Sucessor, Largo de S. Domingos, 63-1^o.
- **Marques, A.H. de Oliveira**, História de Portugal, II vol., Lisboa, Palas Editores, 1973.
- **Martins Moisés de Lemos**, "Verdade e poder no discurso da Igreja" in Ler História, nº 14/1998, p. 101.
- **Martins, Oliveira**, Portugal Contemporâneo, vol. II, Lisboa, Guimarães Editores, 1986.
- **Mattoso, José** (direcção de), História de Portugal, V vol., Edição Círculo de Leitores, 1993.
- **Mónica, Maria Filomena**, Um político, Fontes Pereira de Melo, in Análise Social, 143-144, 4^a série, vol. XXXII, 1997 - 4^o - 5^o, p. 731-745.
- **Ortigão, José Duarte Ramalho**, Farpas escolhidas, Lisboa, Biblioteca Ulisseia de autores portugueses, 1991.,
- **Pais, José Machado**, "A imagem da mulher e os rituais de galantaria nos meios burgueses do séc. XIX em Portugal" in Análise Social, terceira série, vol. XXII, nºs 92-93, 1986 - 3^o - 4^o, p. 751.
- **Pereira, A.X. da Silva**, O Jornalismo Português, Resenha *cronológica* de todos os periódicos portugueses impressos e publicados no reino e no estrangeiro desde o meado do séc. XVII até à morte do saudoso Rei Senhor D. Luís I; bem como dos jornais em língua estrangeira

publicados em Portugal durante o mesmo tempo. Extraído do Dicionário jornalístico Português, p. 110 e 114, Lisboa, Tipografia Soares, 1895.

- **Pereira, A.X. da Silva**, Os jornais Portugueses, sua filiação e metamorfoses. Notícia suplementar, *alfabética*, de todos os periódicos mencionados na Resenha Cronológica do jornalismo Português / Recentemente publicada pelo mesmo autor e agora correcta e aumentada, p. 122 e 152, Lisboa, Imprensa de Libânio da Silva, 1897.
- **Pereira, Miriam Halpern**, Das revoluções liberais ao Estado Novo, Lisboa, Editorial Presença, 1993.
- **Peres, Damião** (d direcção de), História de Portugal, vol. VII, Barcelos, Portucalense Editora, 1935.
- **Queiroz, José Maria Eça de**, Notas contemporâneas, in Obras Completas, vol. XV, Lisboa, Edição Enciclopédia, 1988.
- **Queiroz, José Maria Eça de**, O primo Basílio, in Obras Completas, vol. I, Lisboa, Edição Enciclopédia, 1988.
- **Queiroz, José Maria Eça de**, Uma campanha alegre, in Obras Completas, vol. XIV, Lisboa, Edição Enciclopédia, 1988.
- **Renevey-Fry, Chantal** (sous la direction de), En attendant le prince charmant, L'éducation des jeunes filles à Genève. 1740-1970, Genève, Edition du Service de la recherche en education et Musée d'ethnographie, 1997.
- **Sardica, José Miguel**, A vida partidária portuguesa nos primeiros anos da Regeneração, in Análise Social, 143-144, 4ª série, vol. XXXII, 1997 - 4º - 5º, p. 747-777.
- **Seabra, Augusto M.**, Ir a S. Carlos, Lisboa, Edição do Clube do Coleccionador dos Correios, 1993.
- **Serrão, Joel** (dirigido por), Dicionário de História de Portugal, vol. I, Lisboa, Edição Iniciativas Editoriais, 1963.

- **Silva, Inocêncio Francisco da**, Dicionário Bibliográfico Português, Estudos de Inocêncio Francisco da Silva aplicáveis a Portugal e ao Brasil, Tomo IX (2º do suplemento), pp. 240 e 437, Lisboa, Imprensa Nacional, MDCCCLXX.
- **Silva, Inocêncio Francisco da**, Dicionário Bibliográfico Português, Estudos de Inocêncio Francisco da Silva aplicáveis a Portugal e ao Brasil, continuados e ampliados por Brito Aranha em virtude de contrato celebrado com o governo português, Tomo XVI (9º do suplemento), p. 365, Lisboa, Imprensa Nacional, MDCCCXCIII.
- **Scott, Joan W.**, "A mulher trabalhadora", in Geneviève Fraisse e Michelle Perrot (sob a direcção de) História das Mulheres, o séc. XIX, vol. 4, p. 448, Porto, Edições Afrontamento, 1994.
- **Tengarrinha, José**, História da Imprensa periódica portuguesa, Lisboa, Editorial Caminho, 1989.
- **Vaquinhas, Irene Maria**, O real colégio ursulino das Chagas de Coimbra, notas para a sua história, Separata da Revista Portuguesa de História, T. XXI, vol. II, 1996.
- **Vaquinhas, Irene Maria**, Alguns aspectos da vida quotidiana num colégio feminino no séc. XIX: o caso do real colégio ursulino das Chagas de Coimbra, Separata da Revista Gestão e Desenvolvimento, 5 - 6 (1996 - 1997), 213 - 247.

Exemplares microfilmados de:

- A Voz Feminina, jornal semanal, científico, literário e noticioso, exclusivamente colaborado por senhoras, números 1 a 3, ano 1868.
- A Voz Feminina, jornal semanal dedicado à ilustração das senhoras, científico, literário e noticioso, números 4 a 50, ano 1868.

- A Voz Feminina, jornal semanal dedicado à ilustração das senhoras, científico, literário e noticioso, A mulher livre ao lado do homem livre, números 51 a 76, ano 1869.

Resumo

As mulheres na Imprensa periódica do séc. XIX, O jornal A Voz Feminina (1868 - 1869) analisa esta primeira publicação feminista, dando-nos o olhar das mulheres sobre a sua problemática.

Os mais importantes temas desenvolvidos são: a história do jornal, a educação feminina para o casamento, o papel da esposa, as profissões possíveis, o lazer de uma elite, a beleza, a moda, o espírito associativo e filantropia e as mulheres perante a literatura e a política.

Resumé

Les femmes dans la Presse périodique do XIX siècle, le journal La Voix Feminine (1868 - 1869) fait une analyse de cette première publication féministe, nous donnant le regard des femmes sur sa problématique.

Les sujets développés les plus importants sont: l'histoire du journal, l'éducation féminine pour le mariage, le rôle de l'épouse, les professions possibles, le loisir d'une élite, la beauté, la mode, l'esprit d'association et de philanthropie et les femmes devant la littérature et la politique.

Extract

The Women in the periodic press of the 19th century, the newspaper The Feminin Voice, analyses this first feminist publication, giving us the women view about their problematics.

The most important subjects developed are: the newspaper history, the feminin education for the wedding, the wife's role, the possible professions, one élite's leisure, beauty, fashion, the associative spirit and philanthropy and women facing literaure and politics.